



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA
EM SANTA CATARINA – SFA-SC**



RELATÓRIO DE GESTÃO

2009

SFA-SC

São José/SC, março de 2010.

SUMÁRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO	3
2 – INTRODUÇÃO	4
3 – RESPONSABILIDADES INSITUCIONAIS E ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	8
4 – PROGRAMAS DA SFA/SC – GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES	17
4.1 – Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	18
Ação: 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em produtos de origem Vegetal (RESÍDUOS)	19
Ação: 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (PADCLASSIF)	23
Ação: 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN)	27
Ação: 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL)	30
Ação: 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL)	41
4.2 – Programa 0357 – Segurança da Sanidades na Agropecuária	45
Ação: 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e Insumos (VIGIFITO)	48
Ação: 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos (VIGIZOO)	52
Ação: 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos (FISCPLANTA)	55
Ação: 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos (FISCANIMAL)	58
Ação: 4842 - Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTOS)	61
Ação: 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PCEVEGETAL)	65
Ação: 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL)	70
4.3 – Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	87
Ação: 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE)	89
Ação: 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal (FISCINAN)	93
Ação: 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (FISPROVET)	98
Ação: 2141 - Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes (FISFECOI)	103
Ação: 2147 - Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC)	111
Ação: 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM)	115
Ação: 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX)	121
4.4 – Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	128
Ação: 8592 - Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar (RATREAB)	129

Ação: 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (CERTORGAN)	133
Ação: 8560 – Fomento à Inovação no Agronegócio (INDGRAF)	137
Ação: 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas (APOIOAGRIC)	139
Ação: 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias (APOIOPEC)	142
Ação: 8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas (ORGMANEJO)	145
Ação: 8622 – Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo (PROMOCOOP)	147
4.5 – Programa 6003 - Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	150
Ação: 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse (FISCONTRATO)	152
Ação: 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário (APPRODUTOR)	154
5 – EXECUÇÕES FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA SFA / SC	159
6 – COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	162
7 – CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE ÁREA-FIM	163
8 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	164
9 – ANÁLISE CRÍTICA	165
10 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	168
11 – PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	169
12 – QUADRO DE DETALHAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS	170
13 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS CONCEDIDAS PELA UJ	171
14 – VALORES CONCEDIDOS A TÍTULO DE RENÚNCIA DE RECEITA E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA	172
15 – USUFRUTUÁRIOS DE DIREITOS DE RENÚNCIA – PESSOA JURÍDICA E FÍSICA ...	173
16 – BENEFICIÁRIOS DA RENÚNCIA – PESSOA JURÍDICA E FÍSICA	174
17 – AÇÕES FINANCIADAS COM RECURSOS DE RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ	175
18 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS	176
19 – INDICADORES DE GESTÃO DE RENÚNCIA DE RECEITAS	177
20 – DECLARAÇÃO	178
21 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU	179
22 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL	180
23 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA	181

1 – IDENTIFICAÇÃO

Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA			Código SIORG: 99999
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal da Agricultura em Santa Catarina			
Denominação abreviada: SFA-SC			
Código SIORG: 99999	Código LOA: 22000		Código SIAFI: 130072
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade:			Código CNAE: 101-5
Telefones/Fax de contato:	(0xx48) 3261-9900	(0xx48) 3261-9901	(0xx48) 3261-9902
Endereço eletrônico: gab-sc@agricultura.gov.br			
Página da Internet: www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua João Grumiché, nº 117 – bairro Kobrasol CEP: 88102.600 – São José /SC			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 9 de 11 de outubro de 1962, publicada no DOU em 12.10.1962, com republicação feita em 3.01.1963			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
999999	Texto		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
99999	Texto		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
999999		99999	

2 – INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem como seu principal objetivo o de ser instrumento de difusão das atividades desenvolvidas, ao longo do ano de 2009, pela área técnica da Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA-SC, bem como, o grau de interatividade com as demais áreas de serviço da UJ e entes públicos e privados, buscando com isto oferecer a sociedade brasileira um cenário mais detalhado acerca do cumprimento aos ditames fixado pela missão estratégica do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo como seu norteador a visão que é o de *“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio”*.

O conteúdo deste trabalho, cingido à abrangência de atuação da SFA-SC, demonstra com detalhes o que foi feito e o que não foi realizado, citando inclusive as dificuldades impeditivas para consecução.

Estes entraves foram fatores determinantes, em certos casos, para a ausência de uma maior efetividade do poder público como agente fiscalizador dos meios produtivos.

No entanto, mesmo com esta dificuldade aparente, o esmero e acuidade devida no trato da questão pública, foram empreendidas inúmeras atividades relacionadas aos Programas e respectivas Ações estabelecidas no PPA – 2008/2011, dando mostra cabal da capacidade do servidor público no desempenho de suas atividades laborais.

Registre-se por fim, o significativo empenho transcendido por todos os servidores da SFA-SC, indistintamente do âmbito de suas funções, que direta ou indiretamente foram alicerces contundentes para o atingimento das metas estabelecidas pelo Ministério

Este relatório apresenta de forma sucinta uma avaliação do alcance dos Objetivos Estratégicos que fazem parte do Plano Estratégico, representados no PPA 2008-2011, da Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA-SC, vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA seguiu, para elaboração do Relatório de Gestão 2009, as orientações expressas na Instrução Normativa TCU nº 389, de 21 de dezembro de 2009, Decisão Normativa TCU nº 100, de 07 de outubro de 2009, Portaria CGU nº 2.270, de 04 de novembro de 2009 e Orientações complementares para elaboração do Relatório de Gestão – Versão atualizada em 16 de dezembro de 2009.

Os Planos Interno – PIs e respectivas Ações foram analisadas com foco nas informações que possibilitaram demonstrar o desempenho e alcance dos objetivos propostos nos Planos de Trabalho internos e de acordo com as ações registradas no Plano Plurianual – PPA.

Para as principais Ações da SFA-SC em 2009, foram analisados os Indicadores de Desempenho estabelecidos para cada PI sob os aspectos da Eficiência, Eficácia e Efetividade, devidamente alinhados com as ações estratégicas do MAPA.

A Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA-SC é uma estrutura descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, este um órgão do Poder Executivo com a competência de formular e implementar as políticas para o desenvolvimento do agronegócio integrando os aspectos tecnológicos, organizacionais, ambientais e de mercado, para atendimento aos consumidores do país e do exterior, promovendo a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades e a inclusão social, tendo como:

OBJETIVOS SETORIAIS

- 1 – **Aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos**: aumentar a produção de matérias-primas e produtos agropecuários não alimentares e não energéticos, visando ampliar o abastecimento, de forma a disponibilizar no mercado quantidades dessas matérias primas a preços adequados, tanto para o consumo in natura quanto para a produção de bens processados, como por exemplo as matérias primas: couro borracha, madeira, fumo, algodão, flores, fibras, celulose.
- 2 - **Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética**: garantir o fornecimento regular de matérias-primas para a produção de bicomcombustíveis. Assegurar que os níveis de processamento sejam adequados ao incremento de sua participação na composição da matriz energética.
- 3 – **Garantir a segurança alimentar**: garantir a produção de alimentos com qualidade e inocuidade e em quantidade suficiente para gerar preços competitivos, possibilitando o acesso da população. Contribuir para a manutenção da saúde do povo, trazendo melhoria na qualidade de vida. Os serviços de fiscalização tanto animal como vegetal, revestem-se de primordial importância não só como garantia para a saúde pública pela inocuidade dos alimentos ofertados a nossa população, mas também como garantia de certificação aos

Países importadores. As ações da Defesa Sanitária Agropecuária na área de saúde animal e vegetal em Santa Catarina, viabilizam a produção de rebanhos e produtos saudáveis e, como consequência, a produção de alimentos saudáveis para sociedade. Nas ações de fiscalização de insumos agropecuários, destacamos as ações para coibir a comercialização e utilização de sementes fora Registro Nacional de Sementes e Mudanças. Na área de Alimentação animal uma das principais ações, foi a atuação com foco na inocuidade dos alimentos fornecidos aos animais de produção repercutindo em toda a cadeia produtiva avícola e suinícola do Estado e principalmente na segurança alimentar. Além disto, o Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG/DT/SFA-SC insere-se direta e prioritariamente na garantia da qualidade dos alimentos de origem animal e vegetal ofertados a sociedade brasileira em primeiro plano e à comunidade mundial num segundo pela disposição dos produtos a exportação. Irrefragável é a importância estratégica e social para o País, da Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelhas e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realizam de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes a aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação. A inocuidade dos produtos de origem animal, o combate a fraude dos alimentos, a manutenção do status exportador e a garantia da qualidade e da conformidade nos produtos brasileiros de origem animal, exigem do Órgão Oficial competente para a fiscalização um acompanhamento constante e programado. As fiscalizações, acompanhamentos, certificações, supervisões e auditorias nos Estabelecimentos Produtores da cadeia produtiva, tem como objetivo certificar, a conformidade e a inocuidade dos produtos oriundos dos Estabelecimentos produtores registrados no Ministério da Agricultura.

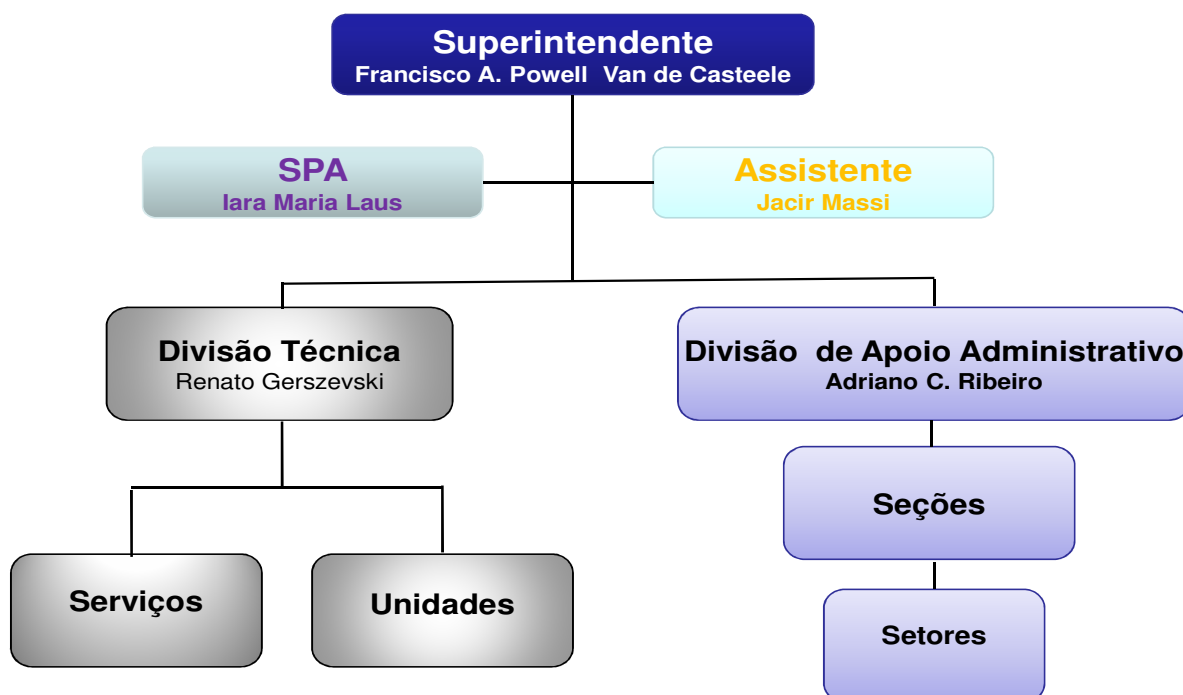
4 – Impulsionar o desenvolvimento sustentável do País por meio do Agronegócio: participar do desenvolvimento do País, ao fomentar a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do Agronegócio. Contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam positivamente na balança comercial brasileira. O incremento na produção de

alimentos, o desenvolvimento tecnológico da área produtiva e de industrialização com o conseqüente acompanhamento e regramento dessas ações possibilita ao País a oferta abundante e a preços acessíveis e declinantes de alimentos com qualidade, proporcionando segurança no setor produtivo e confiabilidade no consumidor. O fornecimento de produtos com alto nível de qualidade e inocuidade, tem demonstrado de forma clara que o Serviço Oficial de Inspeção de produtos de origem animal e vegetal, tem propiciado a credibilidade ao setor produtivo e ao mercado internacional para o crescente crescimento nas nossas exportações, sendo o balizador favorável da balança comercial. O setor de produção primária e o industrial tem evidenciado claramente as conquistas de nossos produtos no mercado nacional e internacional, embalados pela inegável credibilidade quanto a qualidade e as garantias para a saúde pública, imposta aos nossos produtos pela chancela oficial do Serviço de Inspeção Federal - SIF. Diante deste quadro favorável, há segurança e incentivo para o aumento de produção e mercados, trazendo a reboque o crescimento do agronegócio, prosperando assim, de forma sustentável o desenvolvimento do nosso País. Considerando que as ações de defesa animal viabilizam a produção de rebanhos saudáveis, certamente uma das evidentes conseqüências é uma maior produtividade por unidade animal, aspecto este que, indubitavelmente, influi positivamente na produção e no aumento da renda viabilizada pelo setor, oportunizando abastecer o mercado interno e, através dos excedentes, participar competitivamente do mercado externo.

Por fim, o Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários tem como objetivo garantir a inocuidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, bem como garantir níveis adequados de conformidade, qualidade, identidade ou procedência dos insumos básicos e serviço colocados à disposição dos usuários. Atuando na fiscalização de sementes e mudas o destaque se dá pelo universo de atuação dessa atividade com uma área de Inscrição de Campos de Produção de Sementes de 132.392,00 ha que estão integradas ao Sistema Nacional de Produção de Sementes na safra 2008/2009, perfazendo aproximadamente quase 10% da área de produção de cereais e oleaginosas de Santa Catarina, colocando o Estado como um dos maiores fornecedores de sementes para o país e impulsionando a produção de grãos com a disponibilização deste insumo de qualidade superior.

3 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A Superintendência federal de Agricultura em Santa Catarina - SFA-SC, no cumprimento do Regimento Interno instituído pela Portaria 300, de 20 de junho de 2005, possui a seguinte estrutura organizacional:



O Artigo 1º da Portaria 300/2005 estabelece as competências das Superintendências Federais de Agricultura - SFAs, *in verbis*:

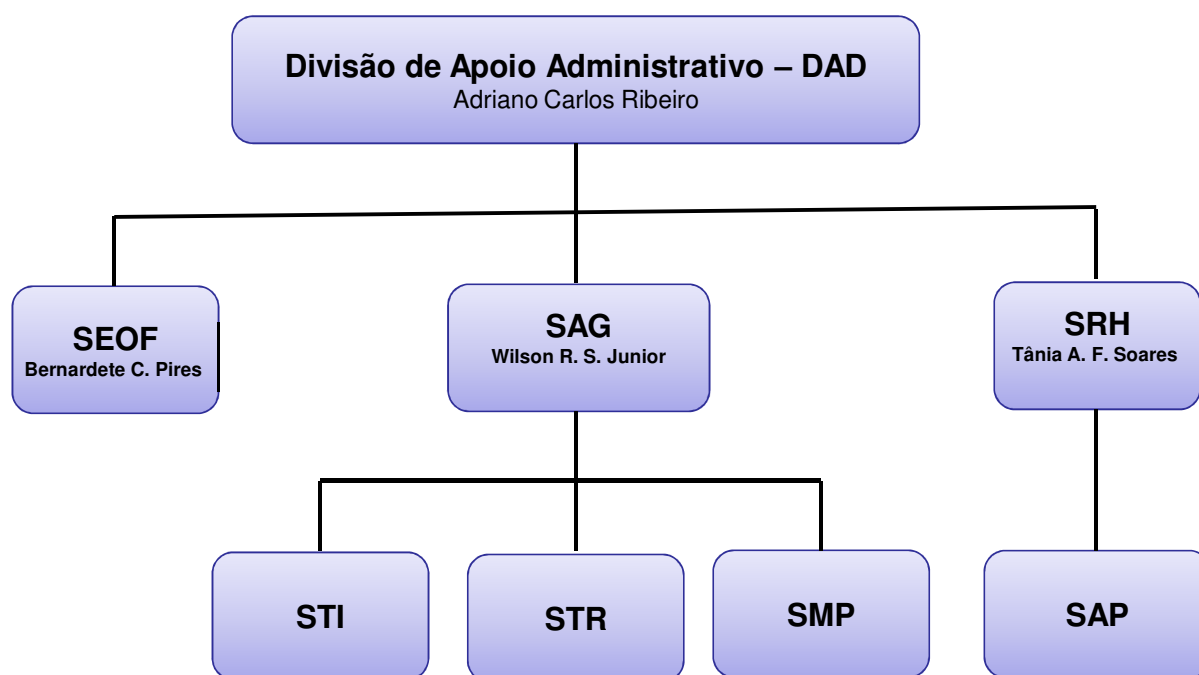
“Art. 1º Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;

II - fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;
 III - assistência técnica e extensão rural;
 IV - infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
 V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
 VI - administração de recursos humanos e de serviços gerais;
 VII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
 VIII - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários;
 e
 IX - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

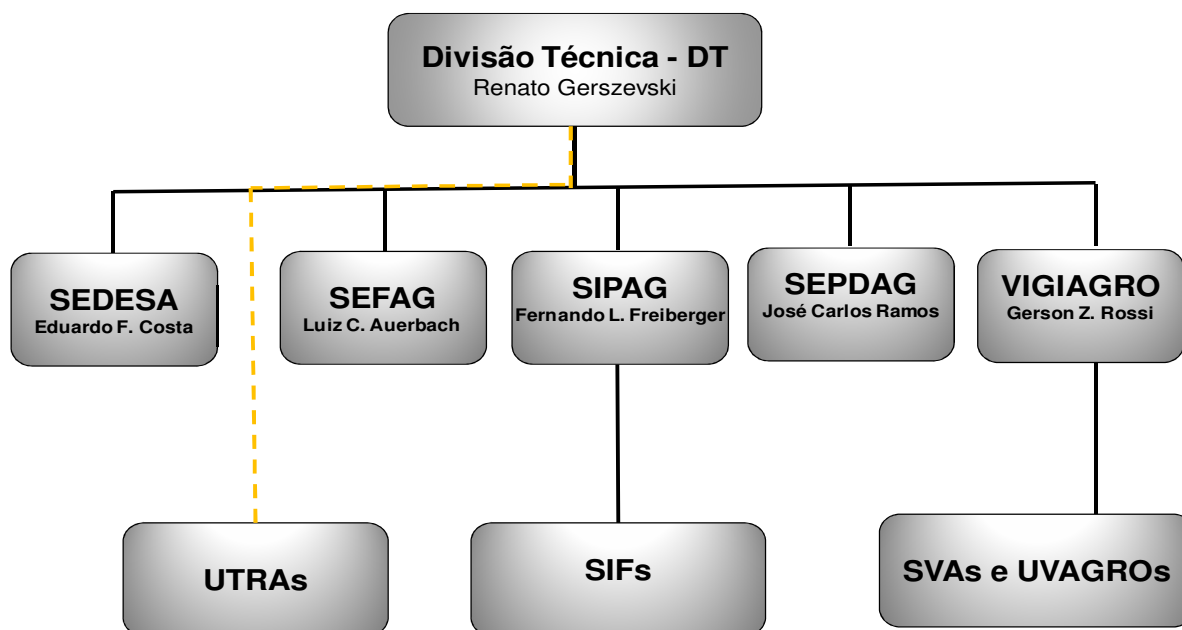
Parágrafo único. As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuárias, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.

Art. 2º Compete, ainda, às Superintendências Federais a execução de específicas atividades demandadas pela Secretaria-Executiva, relacionadas às inerentes competências de ouvidoria e de corregedoria.”



A **Divisão de Apoio Administrativo – DAD**, em que pese a deficiência de pessoal, opera todo o sistema administrativo e financeiro da unidade dando suporte à Divisão Técnica – DT para a execução dos Programas e Ações que visam o atendimento à Visão e à

Missão institucionais, primando pela prestação de um serviço público de qualidade para a clientela do MAPA. Entre as atividades administrativas destaca-se a elaboração de relatórios referentes à programação e monitoramento da execução dos planos, projetos, atividades, inclusive da programação orçamentária e físico – financeira de toda a SFA-SC.



A **Divisão Técnica - DT**, dentro do processo de coordenação, acompanhamento, orientação e execução das atividades, nivelamento das informações entre os diferentes serviços, o planejamento e elaboração dos programas de trabalho contemplados no Plano Operativo da Superintendência, aliada ao processo de tomada de decisões colegiadas e o acompanhamento físico-financeiro dos PIs técnicos, o acompanhamento do batimento das metas programadas pelos Serviços, em que pese as deficiências de recursos humanos, contribuiu para a manutenção do status sanitário do Estado de Santa Catarina, como Livre de Febre Aftosa, Sem Vacinação. Santa Catarina é o único Estado do País que possui este status, reconhecido pela Organização Internacional de Epizootias – OIE.

O Brasil, apesar da crise internacional foi um dos países com melhor desempenho econômico em 2009, em grande parte graças ao agronegócio, que continua a se desenvolver apesar dos problemas que enfrentamos, pois é um dos poucos países do mundo com possibilidades de responder à demanda mundial por alimentos. Com um clima diversificado que vai do temperado ao tropical, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de

toda água doce disponível no Planeta, o País dispõe de 388 milhões de hectares agricultáveis, dos quais 100 milhões ainda não foram explorados.

O baixo nível de investimentos em infra-estrutura e logística está interferindo de forma negativa na competitividade e no crescimento do setor. As condições precárias de transporte e a utilização inadequada dos modais de transporte dificultam o escoamento das safras, elevando os custos dos fretes e o desperdício. Portos defasados, baixa capacidade estática de armazenagem, dificultam a expansão das exportações brasileiras. A não garantia, ou a falta de garantia para o escoamento dos produtos comprometem a competitividade do agronegócio brasileiro.

A pesquisa, entre outras ações voltadas para o aumento da produção, redução dos custos dos insumos e a efetiva garantia na qualidade dos alimentos, são determinantes para a geração de renda no meio rural, melhoria do bem-estar e da saúde da nossa população.

Neste contexto a Superintendência Federal da Agricultura em Santa Catarina – SFA/SC tem atuado de forma decisiva com seus programas e ações potencializando a capacidade produtiva do Estado e garantindo através de uma fiscalização competente a qualidade dos produtos, destacando-se neste meio as exportações de aves e suínos. Como consequência, o mercado internacional tem demonstrado interesse cada vez maior nos produtos agropecuários produzidos em Santa Catarina, graças ao status sanitário diferenciado como único Estado livre da febre aftosa sem vacinação. Devido a esta condição, no ano de 2009 recebemos várias Missões Técnicas Internacionais, dentre as quais podemos destacar a da União Européia, da Rússia, da Bolívia, do Chile, da Coreia do Sul e dos Estados Unidos da América, cujos objetivos foi avaliar as condições de produção e defesa sanitária animal, para o comércio de carnes de aves, suínos e bovinos.

Muitos fatores afetam o Brasil no setor de produção de frutas, como carências estruturais, logística, armazenagem, distribuição, organização e gestão em comércio internacional, além dos fatores fitossanitários que nos impõem barreiras pela vigilância sanitária internacional.

Nesta área, os esforços da DT/SFA-SC compreenderam atividades em várias frentes, desde a facilitação para a incorporação tecnológica do produtor e armazenador, até ações sanitárias que garantem a qualidade e inocuidade da nossa produção. Associados às ações de capacitação e defesa vegetal, também a organização da base produtora foi observada como fator primordial para melhorar a competência gerencial, o padrão qualitativo das frutas ofertadas e sem dúvida a possibilidade de incrementar a competitividade do setor.

Em continuidade ao programa de controle de pragas na banana, visando a garantia da qualidade, buscando contrapor-se as questões de barreiras sanitárias impostas por importadores, especialmente da Argentina, que enviou Missão Técnica para auditar algumas áreas produtoras em Santa Catarina, com o objetivo de verificar “in loco” as ações de defesa implantadas na cultura .

Na área de produção de maçãs no Estado a atuação teve continuidade, visando a erradicação da **Cydia pomonella**¹, em áreas urbanas no município de Lages/SC, com instalação de armadilhas, visando a captura e monitoramento da praga na Região.

No serviço de vigilância Aeroportuário, as enchentes de final de 2008 que atingiram o Vale do Itajaí, causaram grandes prejuízos aos Portos de Itajaí/SC e Navegantes/SC, onde houve queda de 64% na movimentação de cargas em contêineres (comparação entre 2008 e 2009) nos berços públicos e Teconvi. Sendo que o prejuízo diário foi estimado em 35 milhões de dólares em movimentação, com a destruição dos berços de atracação e assoreamento do canal do Rio Itajaí, afetando sobremaneira a logística de atendimento da equipe do VIGIAGRO/DT/SFA-SC, durante praticamente todo o ano de 2009, cujas cargas foram deslocadas para as unidades de São Francisco do Sul/SC e Imbituba/SC, cujas estruturas não estavam preparadas para este aumento da demanda que houve. Desta forma, tivemos que suprir estas deficiências através do deslocamento das equipes para atendimento emergencial nestes portos.

Nas ações de fiscalização de sementes e mudas o destaque se dá pela realização de “Força Tarefa” para coibir a comercialização e utilização de sementes fora Registro Nacional de Sementes e Mudas, que resultaram na apreensão 785.900 Kg de sementes ilegais que poderiam vir a comprometer o sistema produtivo nacional de grãos.

Na área de Alimentação animal a Instrução Normativa 65, que estabelece os procedimentos para fabricação e o emprego de rações, suplementos e concentrados com medicamentos com foco na inocuidade dos alimentos fornecidos aos animais de produção repercutindo em toda a cadeia produtiva e na segurança alimentar, tendo sido apreendido 27.774,30 Kg de medicamentos sendo utilizados contrariando a referida Instrução Normativa.

A atividade de fiscalização de agrotóxicos teve seu foco de atuação na tentativa de impedir a comercialização de produtos ilegais e contrabandeados, deflagrada

¹ Com nomes populares de bicho da maçã e traça das frutas, ataca principalmente maçã, pêra, marmelo e noz europeia. As formas de penetrar no fruto pela larva são pelo cálice, pedúnculo ou pelo lado. Os frutos atacados apodrecem e caem precocemente. Seus prejuízos podem superar 80% em maçã e 40% em pêra, quando não são adotadas medidas de controle. O ciclo de vida do bicho da maçã é: ovo, lagarta, pupa e adulto (mariposa).

através de ações conjunta com o Ministério Público Federal, Polícia Federal e Cidasc, envidando esforços para debelar o comércio paralelo de agrotóxicos sem procedência evitando prejuízos aos produtores ao consumidor e ao meio ambiente.

As garantias para a certificação internacional de produtos de origem animal foram ampliadas com a intensificação das auditorias e supervisões nos estabelecimentos produtores, e com o aprimoramento por parte das indústrias de seus Auto-Controles, atendendo definitivamente às Circulares MAPA/DIPOA/DICAO 175 e 176/2005, mais especificamente nas diretrizes para aves (Circular 294/2006) e para suínos (Circular 130/2006).

Na Área da Inspeção do Leite, as ações visando o cumprimento da IN 51 do DIPOA/SDA/MAPA foram intensificadas, qualificando a equipe, harmonizando procedimentos fiscais, visando oferecer para a sociedade produtos com padrões internacionais de qualidade. Em relação à Área de Pescados, a prioridade da fiscalização foi coibir o excesso de água adicionado ao produto ofertado ao consumidor, na forma de glazer, causando prejuízos e burlando a legislação.

O PNSA – Plano Nacional de Sanidade Avícola, tem avançado no controle da IA – Influenza aviária² e DNC – Doença de New Castle³, duas doenças avícolas cujo controle são determinantes para a manutenção das exportações nacionais, cuja importância para Santa Catarina é fundamental, pois trata-se do maior exportador brasileiro de carne de aves. O treinamento da cadeia produtiva de aves, a intensa fiscalização nas granjas produtoras, com o plano de coleta de amostras e a verificação final nos abatedouros pelo Serviço de Inspeção Federal - SIF, tem elevado o nível de garantia sanitário do País frente aos mercados importadores.

Durante o ano foram realizadas inúmeras fiscalizações com o fito de combater a fraude financeira e contra a clandestinidade dos produtos. Foram ainda efetivadas várias análises microbiológicas e físico-químicas nos produtos, bem como a apreensão de produtos adulterados tanto na indústria como no comércio atacadista e varejista.

² A influenza aviária é uma doença infecciosa que acomete aves, causada pelo vírus “influenza A” e seus diferentes subtipos. A exposição às aves infectadas e suas excreções (saliva, secreção nasal e fezes) ou solo contaminado pode resultar em infecção humana. Inicialmente a doença foi identificada na Itália há mais de 100 anos. Todas as aves são suscetíveis à infecção pelo vírus da “influenza A”, porém algumas espécies são mais resistentes que outras. Os sintomas observados de influenza aviária em humanos são semelhantes aos da gripe (influenza humana), isto é, febre, tosse, dor de garganta, mialgia e podem levar a complicações respiratórias idênticas.

³ Doença de Newcastle (DNC), de etiologia viral (paramixovírus tipo I), que acomete aves comerciais e outras espécies. Apresenta-se com sinais respiratórios, seguidos por manifestações neurológicas, considerada de notificação internacional. No Brasil, em 2000/2001, houve registro de surtos desta doença, sendo que atualmente encontra-se sob controle.

Dando continuidade às ações de combate a fraude de água no frango, de adulterações no leite e de inclusão excessiva de água no pescado, contando ainda com a colaboração do Ministério Público, ação conjunta que resultou em processos de interdições, sequestros, condenações de produtos e autos de infrações. Ações deste gênero serão mantidas no processo de fiscalização e supervisões do SIPAG - Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários da SFA/SC.

Coube ao Ministério da Agricultura em Santa Catarina – SFA/SC, analisar, formalizar e acompanhar a execução de diversos convênios e repasses da União ao Estado e aos Municípios, oriundos de ações da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA, da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA, recursos oriundos de emendas de parlamentares ao orçamento da União.

No ano de 2009 foram acompanhados 09 convênios:

- 1) Convênio Nº 704570/2009 da SFA-SC com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, no valor de R\$ 1.367.638,00 (um milhão, trezentos e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e oito reais) para assegurar as condições necessárias à qualificação da gestão para a implementação das ações de educação, inspeção, monitoramento, fiscalização e controle destinados a prevenir e/ou evitar a disseminação e a instalação, no território catarinense, de pragas quarentenárias prejudiciais aos vegetais, produtos vegetais e material de propagação, qualquer que seja a sua origem ou proveniência, bem como promover medidas fitossanitárias apropriadas para combatê-las.
- 2) Convênio Nº 704571/2009 da SFA-SC com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, no valor de R\$ 389.080,00 (trezentos e oitenta e nove mil e oitenta reais) para reforçar as ações dedicadas à sanidade animal no estado de Santa Catarina, em especial a manutenção e o aprimoramento das ações em prevenção à febre aftosa.
- 3) Convênio Nº 704571/2009 da SFA-SC com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, no valor de R\$ 183.208,00 (cento e oitenta e três mil, duzentos e oito reais) para a implementação de ações voltadas a vigilância, inspeção e fiscalização do trânsito de produtos vegetais e suas partes, com ênfase às barreiras fitossanitárias localizadas nos municípios de Garuva, Mafra, Água Doce, Abelardo Luz e Dionísio Cerqueira, de forma a conter a disseminação de pragas quarentenárias de importância econômica para estado de Santa Catarina, em cumprimento às normas que integram o sistema unificado de atenção à saúde animal e vegetal.
- 4) Convenio nº 42001357200700132 entre a Secretaria de desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC/MAPA e a Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, no valor de R\$ 106.406,00 (cento e seis mil e quatrocentos e seis reais) com o objetivo de organizar, capacitar os produtores e caracterizar o produto para promover o desenvolvimento sustentável do processo de produção de queijo artesanal serrano no planalto catarinense, para que os produtores busquem o cumprimento dos requisitos para obtenção de indicação geográfica.
- 5) Convenio nº 708651/2009 entre a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário – SDC/MAPA – e o Instituto de Desenvolvimento da Organização Nacional de Excelência Administrativa – IABRAS/PR, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para apoiar o projeto de formação e estruturação de um consórcio de exportação, composto por

cooperativas e empresas produtoras de maçã no Brasil, com a finalidade de ampliar a participação das mesmas no mercado internacional.

- 6) Convenio nº 701350/2009 entre a SDC/MAPA e a Fundação Dom Cabral – FDC/MG , no valor de R\$ 2.309.956,75 (dois milhões trezentos e nove mil novecentos e cinqüenta e seis reais e setenta e cinco centavos) para apoiar a profissionalização baseada na aprendizagem de grupo para o desenvolvimento da capacidade de gestão de produtores rurais filiados à associações e cooperativas, em cadeias produtivas para exercer uma contribuição efetiva na elevação de sua competitividade e de sua cadeia. O projeto é previsto ser conduzido para cinco grupos de produtores, sendo dois em Santa Catarina.
- 7) Convênio nº 704245/2009 entre a SDC/MAPA e a Prefeitura Municipal de Chapecó, no valor de R\$ 159.250,00 (cento e cinqüenta e nove mil e duzentos e cinqüenta reais), com objetivo de apoiar a realização da EFAPI 2009 – XVII edição da Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó.
- 8) Convênio nº 720183/2009 entre o MAPA e a Cooperativa Rio do Peixe – COOPERIO , no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com o objetivo de apoiar a realização do V Dia de Campo Cooperio.
- 9) Convênio nº 713317/2009 entre o MAPA e a Casa Familiar de Riqueza , no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) com o objetivo de apoiar a realização da 3ª edição da Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Riqueza – EFACIR/2009.

Além dos convênios acima citados, foram firmado os seguintes Termos de Cooperação:

- 1) Termo de Cooperação entre SDC/MAPA e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, processo nº 21000.00011147/2008-61, no valor de R\$ 748.529,00 (setecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e vinte e nove reais) para realização do Curso de Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio – Módulo Introdutório – Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio (1.000 participantes) e Módulo 1 – Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (300 participantes).
- 2) Termo de Cooperação entre SDC/MAPA e a EMBRAPA – Centro Nacional de Pesquisa Suínos e Aves, no valor de R\$ 101.085,96 (cento e hum mil e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos) com objetivo de desenvolver tecnologias através de práticas e processos que incrementem o bem estar animal e a qualidade da carne de suínos, reduzindo as perdas quantitativas e qualitativas relacionadas com o manejo pré-abate.

No âmbito do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário desenvolveram-se ações no sentido de estimular a agregação de valor na produção agropecuária por meio de apoio à implantação de indicações geográficas do vinho e da uva Goethe (Urussanga) e do queijo artesanal serrano (planalto sul).

Também foram desenvolvidas ações no sentido de promover a integração das cadeias produtivas, através da implantação de Sistemas Agropecuários de Produção Integrada. Há sete projetos em andamento abrangendo as culturas de arroz, banana, maçã, mandioca, e tomate além de produtos como mel e carne bovina. Os produtos sob tais sistemas de produção chegam à mesa do consumidor garantidos por um sistema de rastreabilidade. Cada projeto componente do SAPI é regido por diretrizes gerais, normas técnicas específicas, regulamentos e outros documentos.

O estímulo à produção de produtos orgânicos mereceu, também, atenção especial, tanto na implantação dos mecanismos de garantia dos produtos (certificação) como na capacitação de produtores e processadores na gestão do ambiente de negócio e de qualidade dos produtos. Foram desenvolvidos dois cursos de capacitação em gestão do ambiente de negócios e gestão da qualidade dos produtos, beneficiando 30 empresas ou cooperativas.

Na área da infraestrutura e logística foram apoiados 160 municípios através 255 contratos de repasse tendo sido investidos R\$ 49.500.000,00 (quarenta e nove milhões e quinhentos mil reais). Grande parte desses recursos foram aplicados na estruturação de patrulhas mecanizadas para apoio em atividades agrícolas e recuperação de estradas vicinais.

Para assegurar que as atribuições dos servidores do MAPA sejam desenvolvidas cada vez com maior eficiência e efetividade, os dirigentes deste Ministério em todos os níveis de decisão, tem se esmerado na disponibilização e execução de reuniões técnicas, treinamentos, cursos presenciais e a distância, bem como participação em eventos, aplicando tempo e recursos financeiros de forma possibilitar o aprimoramento contínuo das equipes das áreas meio e finalística, de forma a fazer frente às atividades regimentais que a sociedade espera de um Serviço Público de qualidade a altura do Brasil contemporâneo.

4 – PROGRAMAS DA SFA / SC

“Gestão de Programas e Ações”

A SFA-SC, cumprindo o seu papel de agente fiscalizador do processo de produção agropecuária catarinense, tem dado mostra cabal de sua competência com atuações que visam a redução dos custos e a efetiva garantia na qualidade dos alimentos, fatores estes determinantes para geração de renda e qualidade de vida ao meio rural, ao mesmo tempo, oferecendo melhorias do bem-estar e da saúde da população brasileira.

Neste contexto, várias são as ações empreendidas ao longo do exercício de 2009, por técnicos desta Superintendência, em cumprimento aos Programas fixados no PPA, dentre os quais destacamos:

4.1 – PROGRAMA 0356

- SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS -

a) Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.
Gerente do programa	Inácio Kroetz
Gerente executivo	Nelmon da Costa
Indicadores ou parâmetros utilizados	Estabelecimentos supervisionados, auditados, quantidade de análises físico-químicas e microbiológicas, certificados sanitários nacionais e internacionais emitidos, unidades produzidas e inspecionadas, e atividades de expansão e melhoria dos serviços atrelados a segurança e qualidade de alimentos e bebidas.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor.

b) Objetivos do Programa

Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

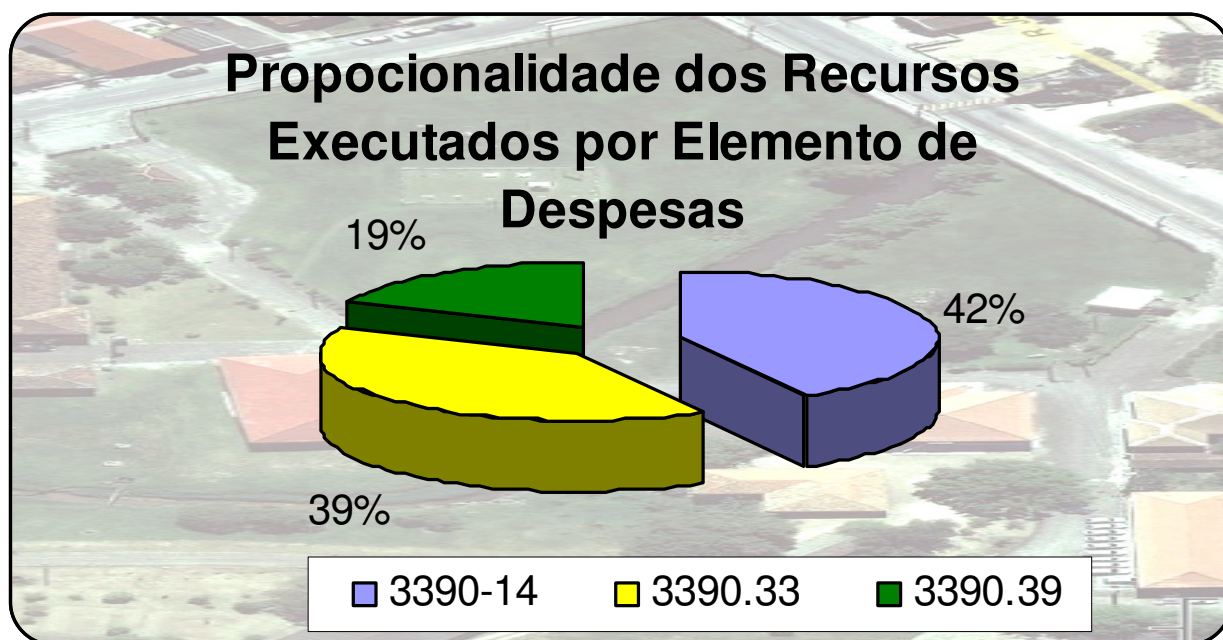
Ação: 4723
Controle de Resíduos e Contaminantes em produtos de origem Vegetal
- RESÍDUOS -

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos.
Descrição	Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais; e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação ou punição.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CCRC/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFAs
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG/DT/SFA/SC
Coordenador nacional da ação	Leandro Diamantino Feijó
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Ricardo Schmidt Petrucci/Fernando Freiburger

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	6.913,52	3.840,70	55,55%
Passagens	3390.33	6.512,96	1.277,81	19,62%
Serviços	3390.39	3.072,82	3.072,82	100%
Total	-	16.499,30	8.191,33	49,65%



Comentário:

Os recursos financeiros descentralizados para essa ação a esta Unidade Federativa, foram compatíveis com a necessidade de trabalho a ser realizado.

Tabela 3:Desempenho Operacional

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Univ erso de Atuaç ão	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2008	2009		2008 /	Eficácia
			Execut adas	Progra mas	Execut adas	% executa da / Períod Ant.	% executada / Meta Progr.
Coleta de amostras de Maça	No. Amostras	Sipag /SC	166	CCRC	92	55,42	-
Cadastro de Estabelecimentos no SICASQ	No. Estab.	Sipag /SC	-	5	5	500	100
Seminários/Cursos/Reuniões	No. Eventos	Sipag /SC	6	CCRC	3	50	-

Comentário:

Os trabalhos referentes à Ação, Monitoramento de Resíduos e Contaminantes em Maças, iniciaram-se no ano de 2006, sob a direção da Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC/SDA/MAPA⁴, com o Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Vegetal – SICASQ, cujos produtos passaram a ser monitorados através de coletas mensais e encaminhadas a laboratório oficial, para verificação de conformidade.

A programação mensal das coletas de amostras é feita pela CCRC/DIPOV⁵, cabendo a este SIPAG/SFA/SC⁶, a execução e possíveis ações fiscais naqueles produtos cujas análises resultarem em não conformidade.

A Ação desenvolvida neste Estado atende exigências de importadores de maçã da União Européia, cobrindo também a fruta destinada ao mercado interno produzida pelos estabelecimentos cadastrados.

As 92(noventa e duas) amostras coletadas no ano, o foram em 11(onze) estabelecimentos cadastrados, representando um universo de 12.274,38 (doze mil duzentas e setenta e quatro vírgula trinta e oito) toneladas de maçãs sob a ação de monitoramento.

⁴ CCRC/SDA/MAPA: Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes/Secretaria de Defesa Agropecuária/Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento.

⁵ DIPOV: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.

⁶ SIPAG/SFA/SC: Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários/Superintendência Federal de Agricultura/Santa Catarina.

A participação em seminários/cursos e reuniões de nível nacional objetivou a realização de trabalhos para a elaboração de instruções normativas de regulamentação legal dessas ações.

Como cenário esperado para esta ação, com a publicação das Instruções Normativas já trabalhadas e que deverão ser publicadas em 2010, deveremos incluir em nossa programação de atividades de monitoramento de resíduos de agrotóxicos e de contaminantes físicos, químicos e biológicos, além da maçã, outros produtos a serem eleitos conjuntamente com a CCRC/SDA/MAPA e a CGQV⁷/SDA/MAPA.

⁷ CGQV: Coordenação Geral de Qualidade Vegetal.

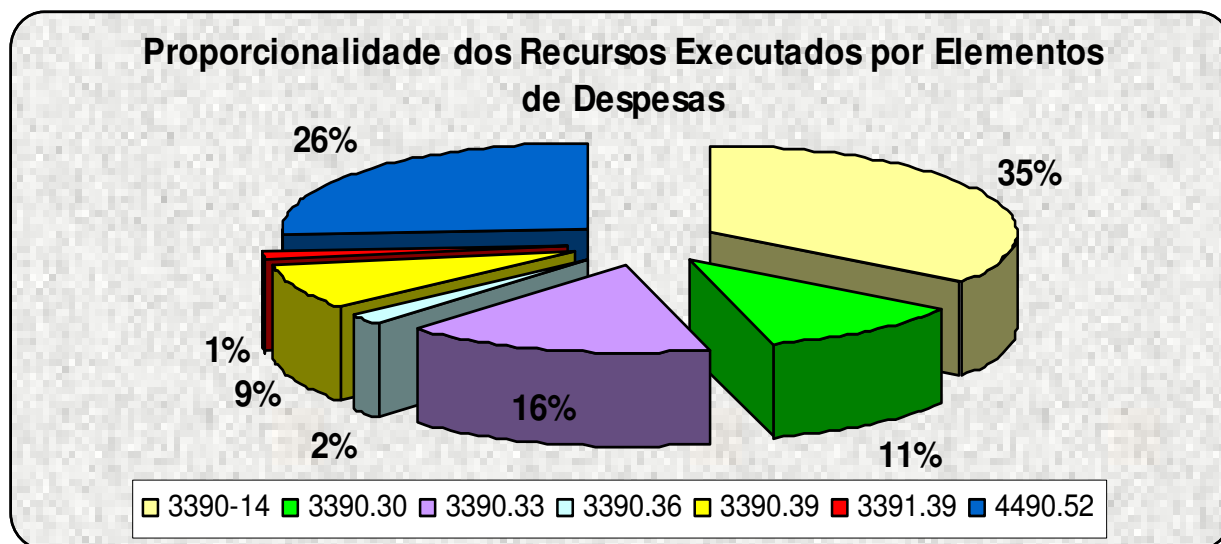
Ação: 4746
Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
- PADCLASSIF -

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Aferir a conformidade e a qualidade dos Produtos Vegetais.
Descrição	Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas para Padronização de Produtos Vegetais; Elaboração de Regulamento Técnico para validação de Padrões; Classificação dos Produtos para Certificação de Identidade e da Qualidade do Processamento à Comercialização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGQV/DIPOV/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFAs
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Maçao Tadano
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Ricardo Schmidt Petrucci / Fernando Luiz Freiburger

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	26.537,49	26.533,99	99,99%
Materiais de Consumo	3390.30	8.270,00	8.270,00	100%
Passagens	3390.33	12.400,00	12.400,00	100%
Serviços	3390.39	6.650,00	6.650,00	100%
Diárias de Colaboradores Eventuais	3390.36	1.593,00	1.593,00	100%
Material Permanente	4490.52	20.000,00	20.000,00	100%
Diário Oficial da União	3391.39	800,00	800,00	100%
Total	-	76.250,49	76.246,99	99,99%



Comentário:

A descentralização de recursos financeiros para essa ação foi adequada à capacidade de realização de tarefas, desta Unidade Federativa.

Tabela 3:Desempenho Operacional

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2008	2009		2008/	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Períod Ant.	% executada / Meta Progr.
Produto Fiscalizado	Ton.	Sipag/SC	608594	700000	795318	130,68	113,62
Fiscalização da Classificação	Nº. Estab.	Sipag/SC	146	100	149	102,05	149,00
Inspeção de Postos de Classificação das Entidades Credenciadas e Estabelecimentos	Nº. Postos	Sipag/SC	29	27	9	31,03	33,33
Coleta de Amostras Fiscais	Nº. Amostras	Sipag/SC	113	150	262	231,86	174,67

Comentário:

As atividades de padronização, classificação e fiscalização de produtos de origem vegetal foram executadas prioritariamente sobre os produtos importados, exportados e de comercialização interna de maior expressão econômica para o Estado, a saber: arroz, trigo, soja, feijão, farinha de trigo e mandioca, cevada industrial, malte cervejeiro, maçã e óleos de soja, canola e girassol.

Como destaque na execução física dessas atividades tem:

- Revisão de regulamentos técnicos de identidade e qualidade de produtos de origem vegetal destinados ao mercado interno, importação e exportação, sob responsabilidade da Coordenação Geral de Qualidade Vegetal - CGQV/DIPOV/SDA/MAPA;
- Participação na revisão de regulamentos técnicos sobre credenciamento de empresa prestador de serviços de classificação, controles higiênico-sanitários, registro de estabelecimentos, documentos de classificação e procedimentos de fiscalização e inspeção referentes ao Decreto nº 6.268/07⁸ que regulamenta a Lei 9.972/2000⁹;
- Credenciamento e renovação de credenciamento de empresas para execução de serviços de classificação vegetal.

⁸ Decreto que regulamentou a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.

⁹Lei que instituiu a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.

- d) Inspeção aos cursos e treinamentos de habilitação à classificação de arroz, feijão e algodão em pluma promovida pela Coordenação Geral de Qualidade Vegetal/DIPOV e por empresa credenciada;
- e) Fiscalização de produtos vegetais padronizados com foco especial para o arroz, feijão, maçã e óleos vegetais.
- f) Elaboração de Termo Aditivo ao contrato com a CIDASC¹⁰ para apoio operacional e laboratorial à classificação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos importados junto aos portos e ao posto de fronteira;
- g) Classificação de Amostras de Fiscalização coletadas neste Estado de Santa Catarina;
- h) Supervisão de estabelecimentos exportadores de maçã no sistema de cadastro dos agentes da cadeia produtiva de produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação de segurança e qualidade – SICASQ, deste Ministério.

Considerando-se a estrutura física, de pessoal e de apoio operacional e financeiro disponibilizados, realizamos o trabalho com racionalidade, incluindo novos produtos trabalhados, conforme planejamento feito no ano anterior. Foram priorizadas as ações de controle de qualidade dos produtos, principalmente na aferição de conformidade dos produtos ofertados ao consumidor final. O número de amostras fiscais ultrapassou o programado, sendo também expressivas as inconformidades qualitativas apuradas.

No exercício de 2010 a programação busca, na execução física das atividades, desempenho superior ao obtido no ano de 2009. Em evidência permanecerão as ações dirigidas a capacitação e reciclagem de pessoal e de intensificação de ações sobre segurança, qualidade e inocuidade de alimentos.

¹⁰ Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, tendo como objetivo, dentre outros, o de executar, por delegação da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, os serviços de inspeção e fiscalização da produção e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, saúde animal e defesa sanitária animal e vegetal.

Ação: 4745
Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
- FISCORGEN -

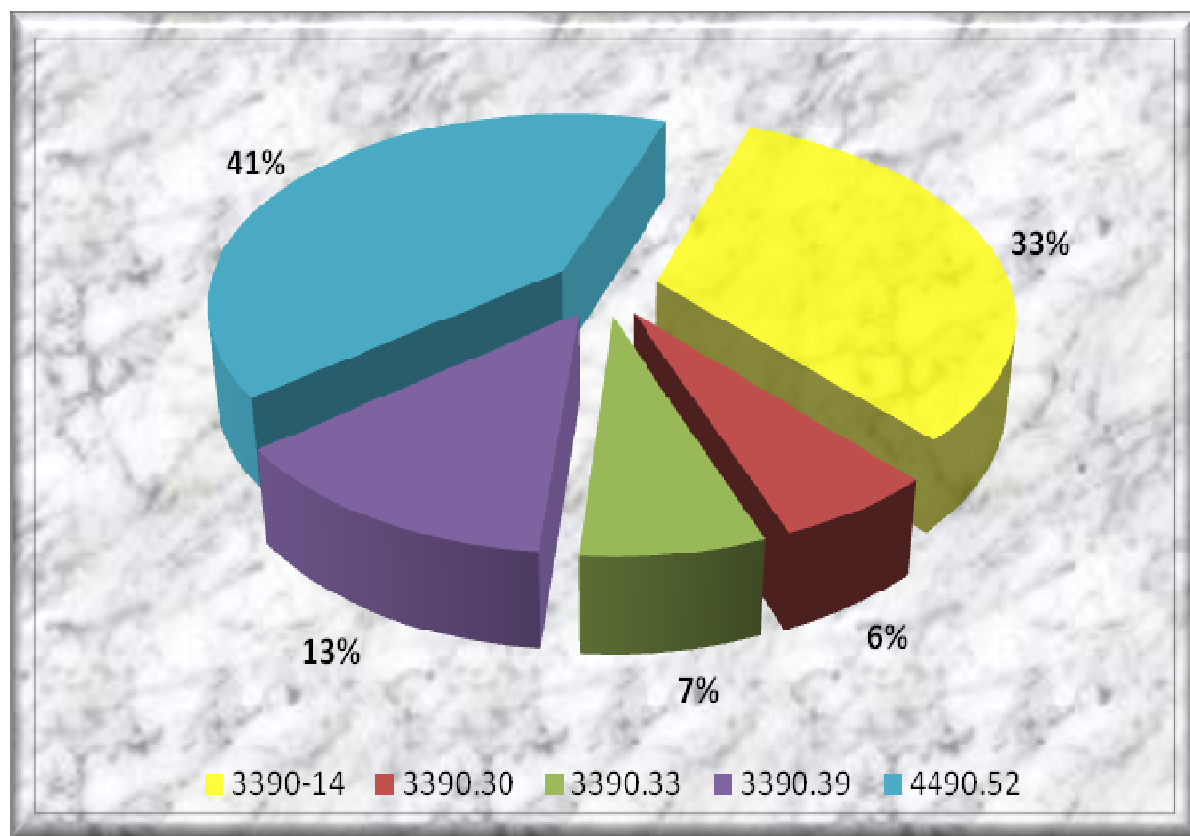
Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; e fiscalização de atividade de plantio comercial, inspeção; verificação de documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento as determinações da CNTBio e legislação correlata a OGM .
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Biossegurança de OGM /DSV/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Marcus Vinícius Segurado Coelho
Coordenador de ação Estadual	Osmarino Ghizoni e Isac Medeiros

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	5.525,00	4.759,28	86,14%
Materiais de Consumo	3390.30	875,00	875,00	100%
Passagens	3390.33	1.800,00	1.000,00	55%
Serviços	3390.39	1.895,72	1.895,72	100%
Material Permanente	4490.52	6.000,00	5.891,83	98,2%
Total	-	16.095,72	14.421,83	89,6%

Proporcionalidade de Aplicação dos Recursos Executados por Elementos de Despesas



Comentário:

O aporte de recursos foi, na sua maioria, para atender as despesas com deslocamentos para fiscalização de atividades de plantio comercial. A SFA-SC promoveu uma Reunião Técnica - Regional Sul – sobre aspectos técnicos e legais da resolução CTNBio nº07/2007

Tabela 3: Desempenho Operacional

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2008	2009		2008/2009	Eficácia
			Execu- tadas	Progra- madas	Execu- tadas	% executada / Períod Ant.	% Executa- da/Meta Progr.
Ação de fiscalização de atividade de pesquisa vegetal.	Termo de Fiscalização	SC	5	NP	2	-	-
Ação de fiscalização de atividade plantio comercial.	Termo de Fiscalização	SC	-	26	72	-	-
Parecer Técnico ao Ministério Público da atividade plantio comercial.	Parecer	SC	-	NP	5	-	-
Ação de fiscalização atividade de pesquisa animal	Termo de Fiscalização	SC	-	NP	0		
Participação de FFAs em reuniões técnicas e treinamentos	Reunião	SC	-	NP	3	-	-

NP – Não Previstas

Prioritariamente a atividade desenvolvida foi a fiscalização de plantios comerciais, com objetivo de verificar o cumprimento das regras de isolamento para o plantio de milho geneticamente modificado (milho GM) em relação a lavoura de milho convencional localizadas em propriedades circunvizinhas, estabelecida pela Comissão Nacional de Biossegurança - CTNBio por meio da Resolução Normativa nº 04/2007.

Ação: 8938
Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
- INSPANIMAL -

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	<p>Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção <i>ante-mortem</i> e <i>post-mortem</i> dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelhas e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realizam de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.</p> <p>Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida.</p> <p>Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos, como as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas.</p> <p>Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada</p>
Unidade responsável	DIPOA / SDA / MAPA

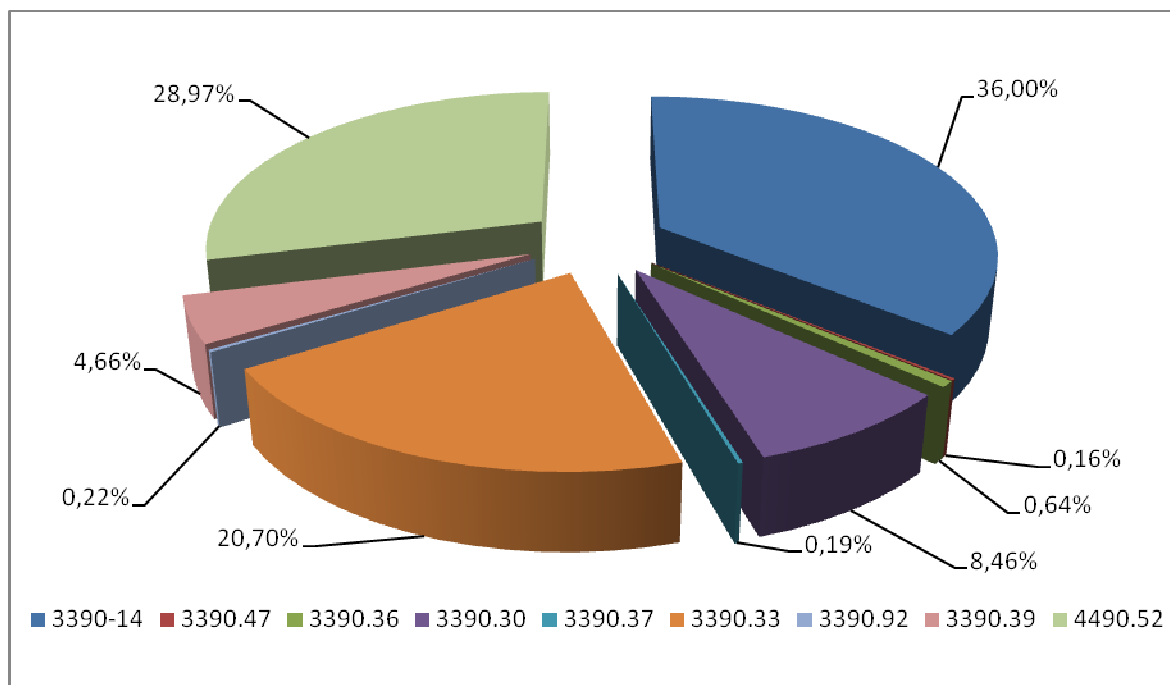
pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	SFA/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG / DT / SFA - SC
Coordenador nacional da ação	Nelmon da Costa
Coordenador de ação Estadual	Fernando Luiz Freiburger

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

Vlr.R\$ 1,00

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	351.076,17	347.512,18	98,98%
Materiais de Consumo	3390.30	81.772,18	81.691,96	99,90%
Passagens	3390.33	202.392,05	199.810,83	98,72%
Locação de Mão de Obra	3390.37	6.145,21	6.145,21	100%
Serviços	3390.39	1.803,16	1.803,16	100%
Diárias de Colaboradores Eventuais	3390.36	45.028,50	45.028,50	100%
Obrig./Contrib.	3390.47	1.570,00	1.570,00	100%
Exercício Anterior	3390.92	2.131,70	2.131,70	100%
Material Permanente	4490.52	279.717,40	279.709,70	99,99%
Total	-	971.636,37	965.403,24	89,6%

Proporcionalidade de Aplicação dos Recursos Executados por Elementos de Despesas



Comentário:

A inocuidade dos produtos de origem animal, o combate à fraude dos alimentos, a manutenção do status exportador e a garantia da qualidade e da conformidade nos produtos brasileiros de origem animal exigem do Órgão Oficial competente para a fiscalização um acompanhamento constante e programado.

As fiscalizações, acompanhamentos, certificações, supervisões e auditorias nos Estabelecimentos Produtores da cadeia produtiva, têm como objetivo certificar a conformidade e a inocuidade dos produtos oriundos dos Estabelecimentos produtores registrados no Ministério da Agricultura.

Durante o ano de 2009, os recursos orçamentários disponibilizados tiveram uma excelente execução (99,36% do total disponibilizado), sendo utilizado na execução das atividades de fiscalização, supervisões e acompanhamento de auditorias.

Grande parte dos recursos concentrou-se em diárias e passagens, para atender às fiscalizações, supervisões e auditorias, bem como à capacitação profissional dos Fiscais Federais Agropecuários.

Uma parte significativa dos recursos foi alocada para o deslocamento e manutenção através de viagens e diárias de vários Fiscais Federais Agropecuários, que participaram de reuniões em Brasília e São Paulo principalmente, com o objetivo de produzir o “novo regulamento de Inspeção dos Produtos de Origem Animal - RIISPOA”.

O atual RIISPOA, datado de 1950, passou durante todo o ano de 2009, por estudos e intercâmbios com interlocutores externos (Universidades, Entidades Produtoras Organizadas, outros Ministérios, ONGs etc.) para a formatação das alterações e inclusões necessárias para atualizar as normas de fiscalização às atividades atualmente desenvolvidas e preparar o Sistema Brasileiro de Inspeção para as demandas do futuro.

Há de se destacar os recursos destinados para material permanente de R\$ 279.700,00, visando melhorar as condições logísticas de atuação da equipe de fiscalização, através da aquisição de novos veículos e material de informática.

Cabe salientar também que em 2009, houve um incremento na ordem de aproximadamente 57% nos valores das diárias dos Servidores, inclusive corrigindo a desigualdade de valor entre as diárias do Fiscal e dos demais Servidores das Superintendências.

Tabela 3:Desempenho Operacional

<i>Objetivos / Metas Operacionais</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Universo de Atuação</i>	<i>Atividades Desenvolvidas</i>			<i>Indicadores</i>	
			<i>2008</i>	<i>2009</i>		<i>2008 / 2009</i>	<i>Eficácia</i>
			<i>Executa- das</i>	<i>Progra- madas</i>	<i>Execu- tadas</i>	<i>% executada /Períod Ant.</i>	<i>% executa- da / Meta Progr.</i>
<i>Supervisões em Estabelecimento produtor</i>	Supervi sões	Sipag/SC	160	194	182	113,7	93,8
<i>Acompanhamento de Auditorias do DIPOA</i>	Audito- rias	Sipag/SC	40	NP	NA	---
<i>Emissão de Certificado Sanitário Internacional</i>	Certifica dos	Sipag/SC	91.598	NP	93.349	101,9	---
<i>Coleta de amostra para análise microbiológica e físico-química.</i>	Amos- tras	Sipag/SC	11.708	NP	9.462	80,8	---

<i>Análise e registro de rotulagem</i>	Rótulos	Sipag/SC	4.988	NP	4.832	96,9	---
<i>Promoção de cursos e reuniões técnicas</i>	Réu-niões	Sipag/SC	10	10	14	120,0	120,0
<i>Habilitação de Estabelecimentos para exportação</i>	Estabelec.	Sipag/SC	2	NP	46	---
<i>Quantidades de Aves abatidas</i>	1.000 un	Sipag/SC	844.475	NP	831.341	98,5	---
<i>Quantidades de Suínos abatidos</i>	1.000 un	Sipag/SC	7.695	NP	8.217	106,8	---
<i>Quantidades de Bovinos abatidos</i>	1.000 un	Sipag/SC	97	NP	97,8	100,1	---

NA – Não Avaliado NP – Não Previsto

Comentário:

Durante 2009 a realização de supervisões em Estabelecimentos produtores e armazenadores foram incrementadas. Foi estipulada pelo menos uma (1) supervisão por Estabelecimento registrado no MAPA, destas foram realizadas 182, com uma eficácia de 93,8% (Tabela 3).

Este resultado abaixo do estipulado deveu-se à necessidade de atualização das ferramentas de supervisão, em especial no relatório (lista de verificação), principalmente para as áreas de Leite/Mel e área de Pescados, exatamente as duas áreas com maior concentração de Empresas.

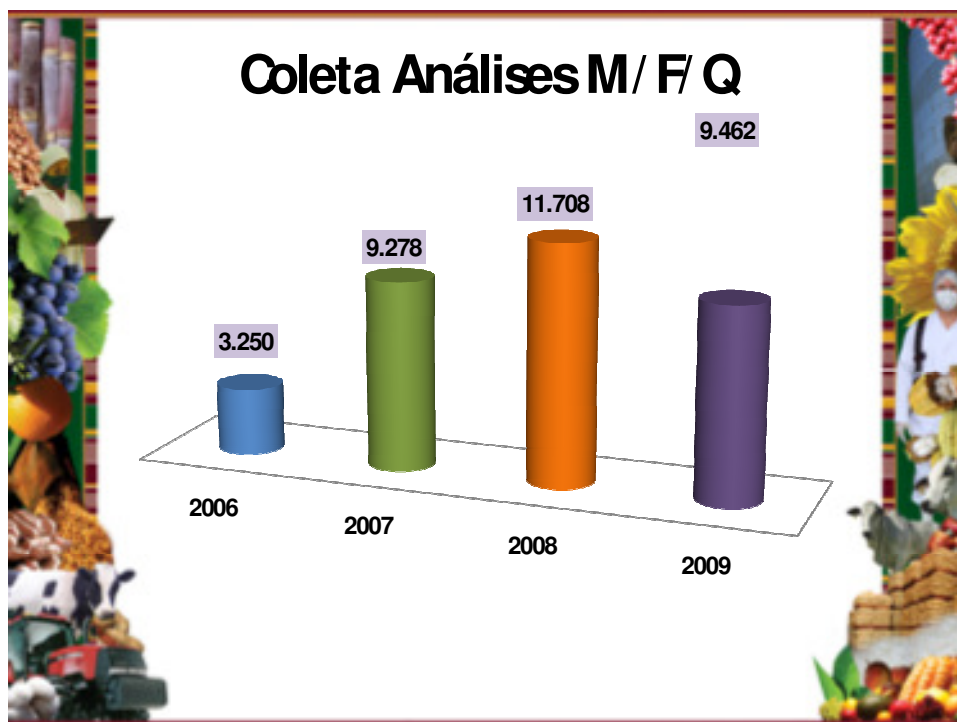
Também dificultou a realização de supervisões o grande volume de atendimento pelos fiscais do SIPAG de Santa Catarina as necessidades prioritárias do Ministério da Agricultura em outras unidades da Federação ou no fato do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) estabelecer como prioridade a revisão do Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, que aprova o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Desta maneira, foram convocados vários Fiscais Federais Agropecuários do Estado de Santa Catarina durante todo ano de 2009, ocorrendo uma menor disponibilidade destes para a realização das supervisões.

Podemos destacar o número insuficiente de Fiscais Federais Agropecuários nos setores de leite e pescado, frente a quantidade de estabelecimentos destes setores registrados no Ministério da Agricultura (58% do total).

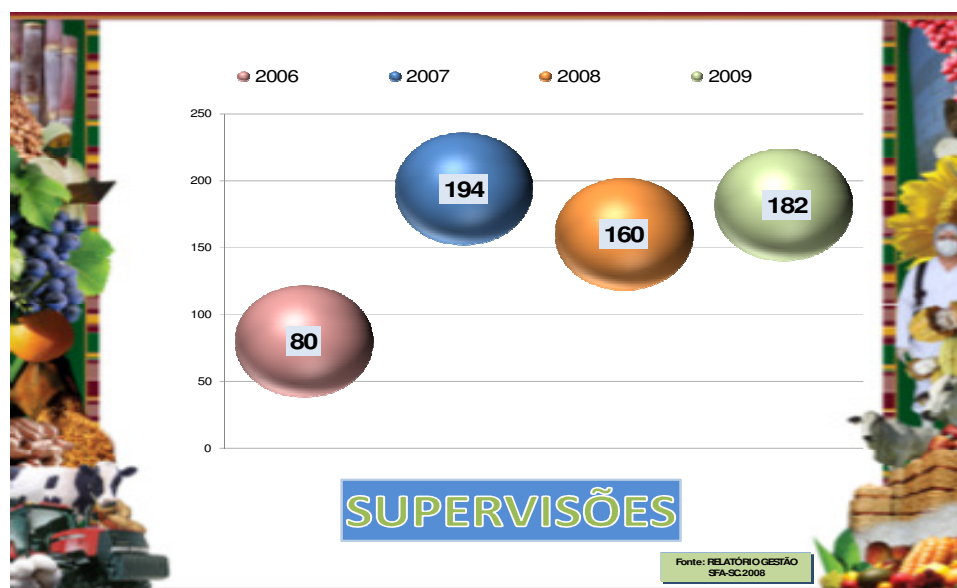
As coletas de amostras para análise laboratorial mantiveram-se em um número elevado (Figura 01), mesmo sendo inferior ao ano anterior.

Figura 01



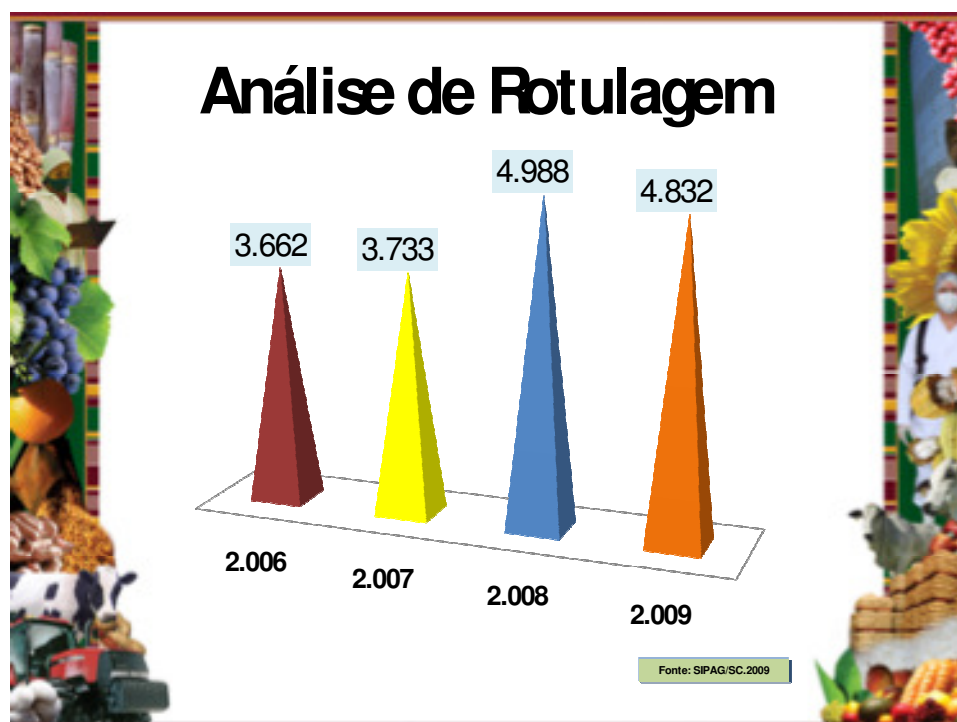
As supervisões, 13,7% maior que em 2008 (Figura 02) demonstram um aumento considerável, tendo em vista o mesmo quadro funcional, inclusive pelo aprimoramento das verificações oficiais do sistema de inspeção das indústrias de produtos de origem animal.

Figura 02



Pode-se perceber a manutenção no número de registros de produtos e suas rotulagens (Figura 03), demonstrando que os estabelecimentos estão em busca na diversificação dos produtos para atender as necessidades e exigências dos consumidores, sejam eles no mercado nacional ou importador.

Figura 03

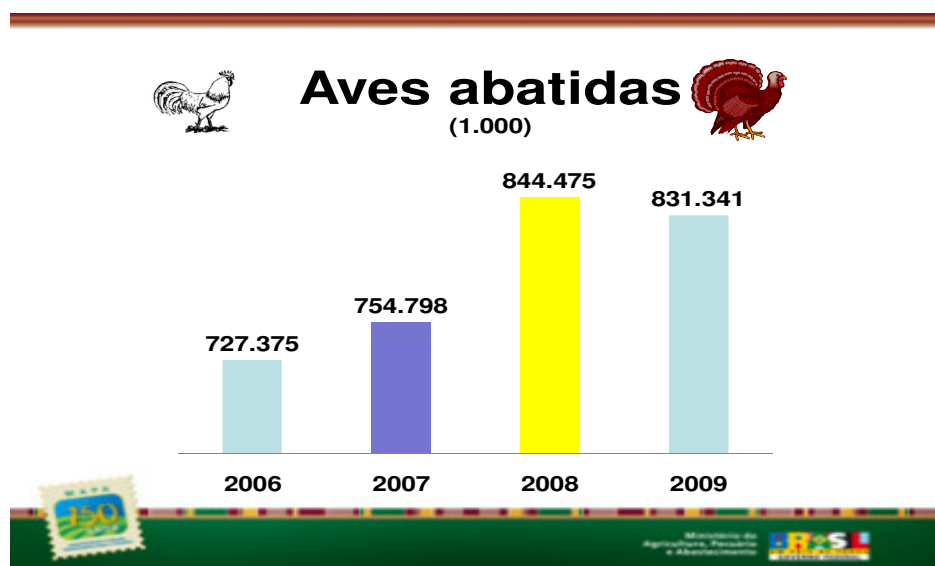


A maioria dos Estabelecimentos empreendeu ação para exportação, tornando ainda mais relevante a realização de auditorias e supervisões para verificar o atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos exigidos pelos países importadores.

Em ano de crise econômica, com queda nos índices produtivos nacionais, o Estado de Santa Catarina observou um pequeno acréscimo no abate e industrialização de carnes de suínos e bovinos.

O Estado ainda mantém a primeiro lugar no ranking nacional em exportação de aves, apesar de uma pequena redução de 1,5 % (Figura 04) no abate de aves.

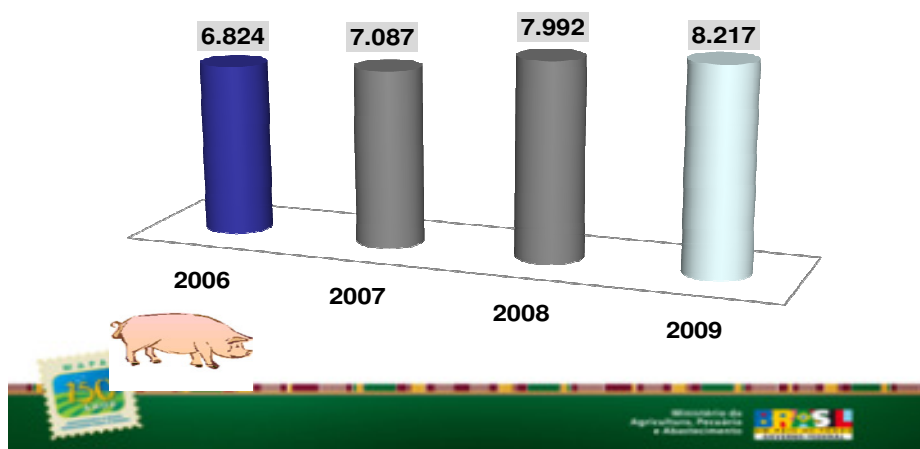
Figura 04



No caso de suínos manteve-se o embargo russo para a grande maioria dos Estabelecimentos, a exceção de duas Unidades Frigoríficas, no entanto, Santa Catarina ainda mantém as primeiras colocações nas exportações nacionais dos produtos de origem suína, apresentando um crescimento de 2,82% em abates em relação ao ano de 2008 e 20,41% no período de 2006 a 2009 (Figura 05), demonstrando a necessidade da busca de novos mercados importadores.

Figura 05

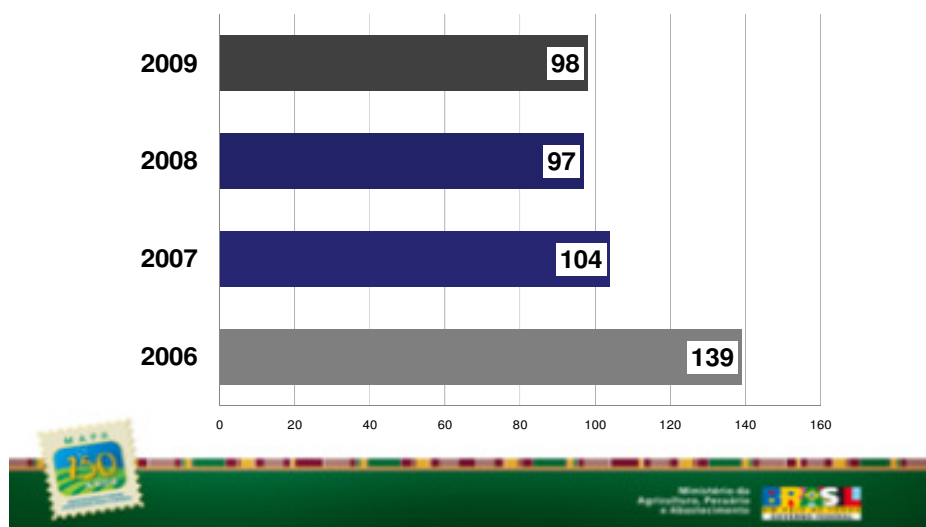
Suínos abatidos (1.000)



Quanto ao abate de bovinos, houve uma pequena elevação no número de animais abatidos (Figura 06). Apesar de Santa Catarina ser reconhecido como único Estado Brasileiro livre de febre aftosa sem vacinação, o mercado externo ainda mantém as restrições sanitárias e fiscais aos nossos produtos.

Figura 06

Bovinos abatidos (1.000)



O número de Certificados Sanitários Internacionais (CSI) emitidos para exportação apresentou uma pequena elevação em relação ao ano anterior, demonstrando que apesar da “crise” houve um esforço considerável para a manutenção dos mercados já conquistados.

O SIPAG/DT/SFA-SC atualmente detém 239 servidores (Fig. 07) destes, 231 atuando na área técnica e 8 em serviços administrativos, sendo que as atividades são desenvolvidas junto a 307 estabelecimentos, o que representa uma defasagem de recursos humanos da ordem de 25% aproximadamente para atendimento da demanda atual.

Figura 07 – Estabelecimentos Fiscalizados pelo SIPAG/SFA/SC

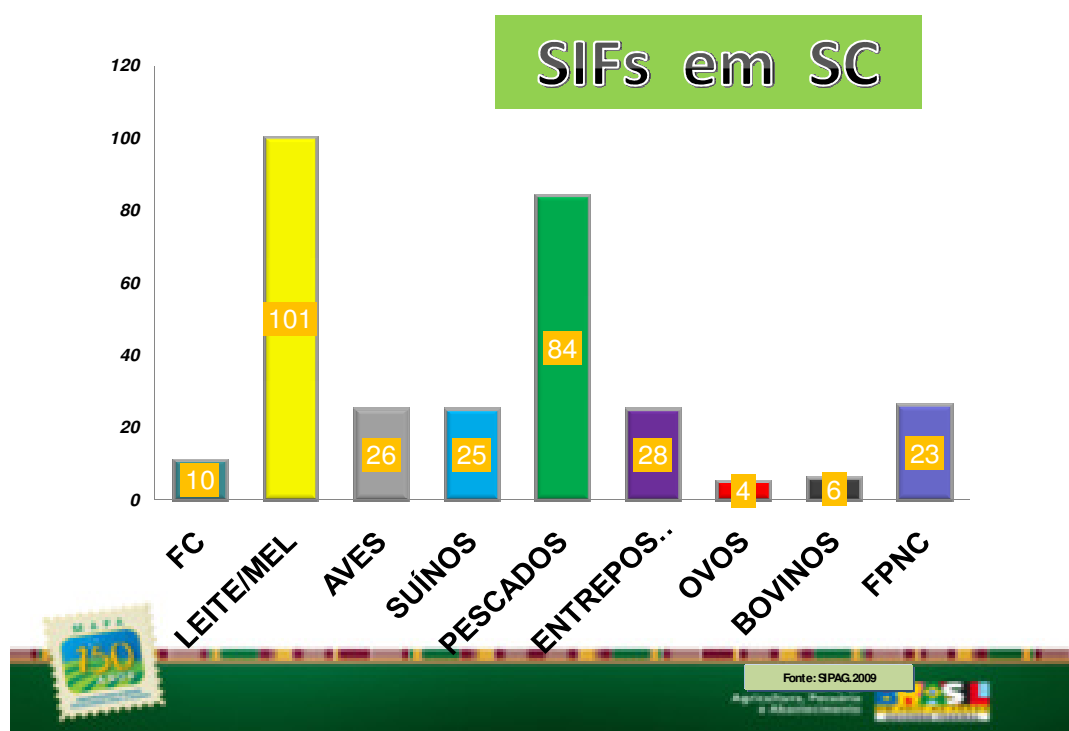
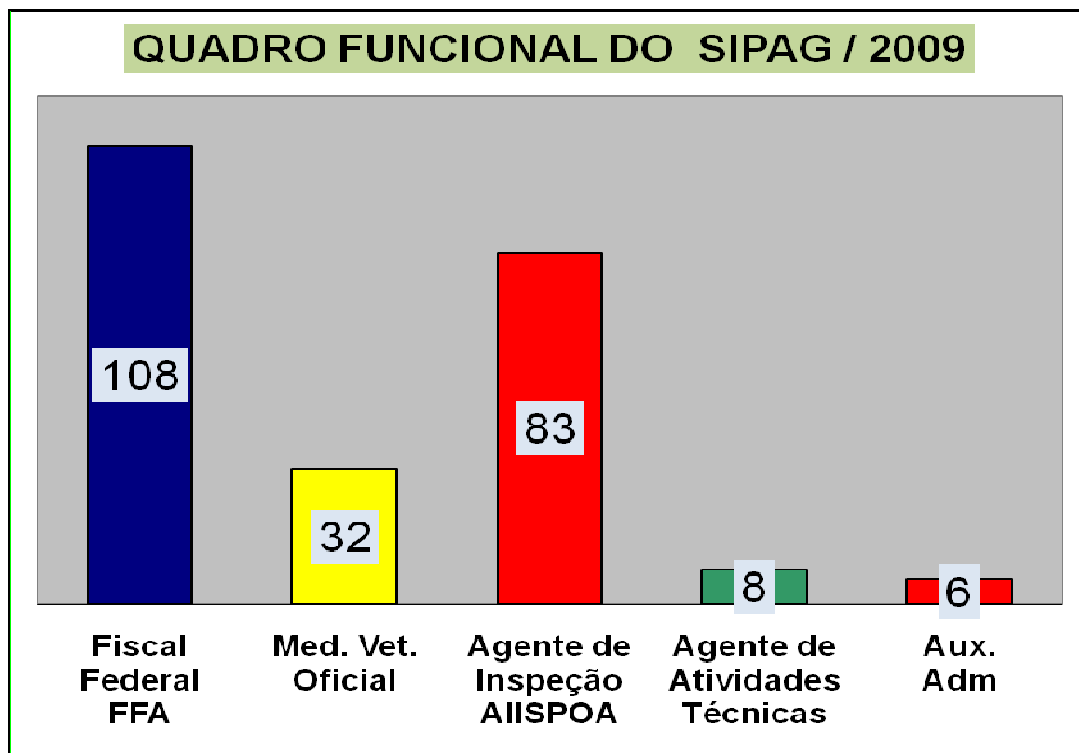


Figura 08



Comentário:

O SIPAG/DT/SFA-SC conta com um quadro técnico composto por 237 servidores, sendo 108 Fiscais Federais Agropecuários com formação específica em Medicina Veterinária e Agronomia.

Durante o ano de 2009, ocorreu uma redução em 05 Agentes de Inspeção, ocasionado pelas aposentadorias.

As atividades que demandam um número maior de servidores efetivos se concentram no Serviço de Inspeção Federal – SIF, com Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção distribuídos nos diversos estabelecimentos de produtos de origem animal registrados no Ministério da Agricultura, localizados no interior do Estado.

As principais áreas onde estão lotados os servidores são nos abatedouros de aves¹¹ e suínos¹², que representam um grande volume de animais abatidos, e respondem pela liderança de exportação destes segmentos, no cenário nacional, do Estado de Santa Catarina.

¹¹ Santa Catarina no ano de 2009 exportou 913.000 toneladas de carne de aves, representando um acréscimo na exportação em relação ao ano de 2008 de 1,11%.

¹² Em 2009, Santa Catarina apresentou um crescimento de 1,80% em volume exportação de carne suína em relação ao ano de 2008, atingindo 173.055 toneladas.

Ação: 8939
Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
- IPVEGETAL -

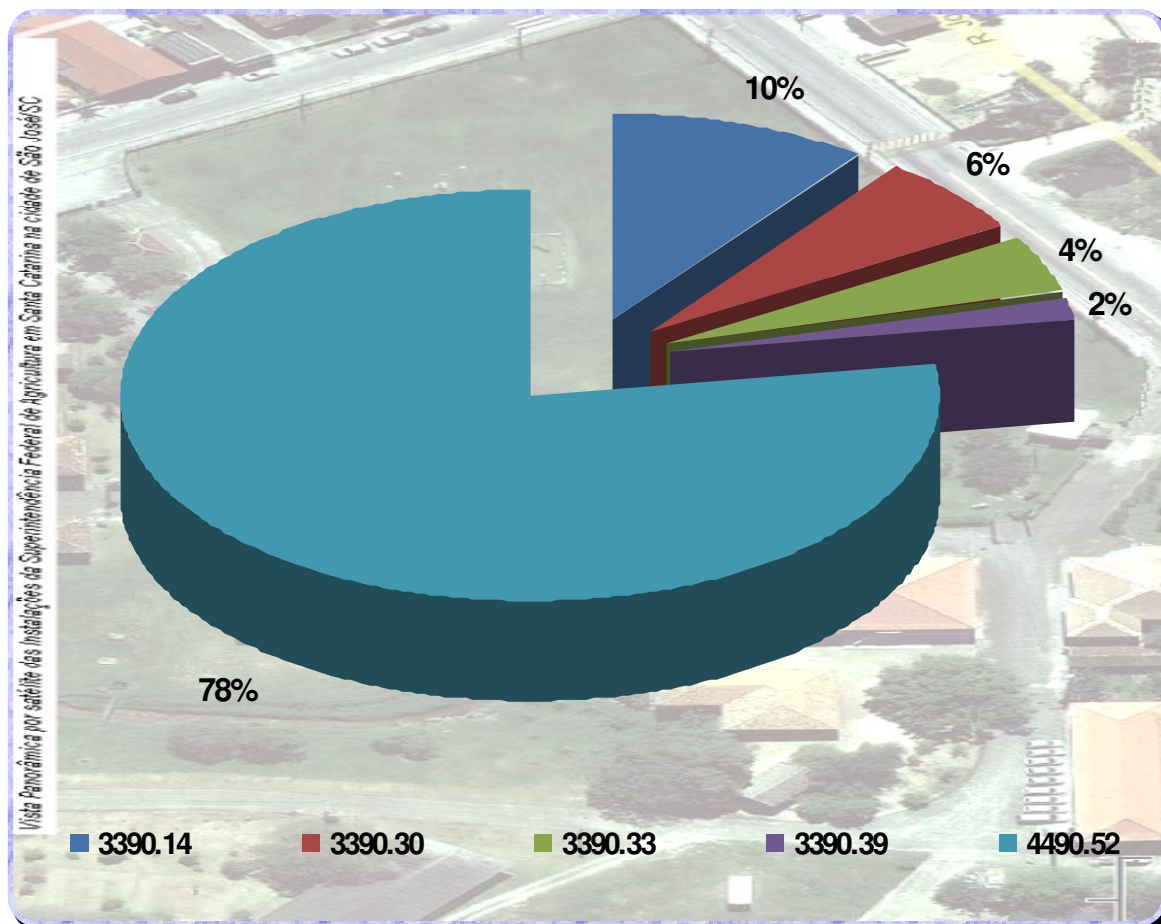
Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas – CGIB / DIPOV
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFAs; Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Helder Moreira Borges
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Cláudio Manoel da Costa

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	27.708,83	25.968,19	93,72%
Materiais de Consumo	3390.30	13.240,00	13.199,36	99,69%
Passagens	3390.33	10.600,25	10.600,25	100%
Serviços	3390.39	11.550,00	11.550,00	100%
Material Permanente	4490.52	38.869,00	37.738,00	97,09%
Total	-	101.968,08	99.055,80	97,14%

Proporcionalidade de Aplicação dos Recursos Executados por Elementos de Despesas



Comentário:

O aporte de recursos, em sua maioria, foram para atender as despesas de viagens de serviço para inspeção, fiscalização e coleta de amostras nos estabelecimentos produtores, distribuidores e comércio de bebidas em geral, vinhos e derivados do vinho e da uva no Estado de Santa Catarina.

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
		2008	2009		2008/2009	Eficácia
		Execu- tadas	Progra- madas	Execu- tadas	% Executa- das / Per. Anterior	% Executa- das / Meta Program.
Registro de estabelecimentos produtores de bebidas.	Estabele- cimento	49	0	53	1,08	0
Registro de produtos – Bebidas	Produto	523	0	452	0,86	0
Inspeção e Fiscalização de estabelecimentos	Estabele- cimento	374	400	401	1,07	1,00
Amostras coletadas	Produto	543	400	253	0,46	0,63
Autos de Infração lavrados	Auto	81	90	87	1,07	0,96
Vistoria de estabelecimento para fins de registro	Estabele- cimento	38	0	22	0,58	0
Emissão de certificados de inspeção	Produto	3.412	0	3.560	1,04	0

Comentário:

Vários aspectos interferiram na inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores de bebidas realizadas pelo Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários em Santa Catarina – SIPAG no ano em curso, dos quais a seguir destacamos alguns:

- a)- **FFA's – Fiscais Federais Agropecuários:** A partir da metade do exercício em análise houve a transferência de Fiscal para outra área, o que veio a reduzir o número de servidor para o exercício das atividades;

b)- Auxiliares Técnicos: A falta de profissionais da área administrativa e de agentes técnicos agropecuários tem sido determinante para as dificuldades enfrentadas por este serviço na consecução de seus objetivos. Esta carência tem ensejado com que os fiscais federais tenham suas atividades desvirtuadas, obrigando-se a realização de serviços estranhos a sua competência. Somos sabedores que esta situação decorre da falta de renovação do quadro de servidores do MAPA, no entanto este cenário tende a se agravar a cada ano que passa, pois exige com que os fiscais cada vez mais se envolvam em atividades distintas aos objetivos específicos de sua atividade. Além deste fator, outro ponto que pesa negativamente na produtividade dos serviços é a questão relacionadas as UTRA's – Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias. Atualmente o número existente em relação à área territorial do Estado da Federação em que atua a SFA, é muito a quem das necessidades, exigindo com isto que os fiscais, para efetivação dos trabalhos, tenham deslocamentos em grandes distâncias ocasionando perdas significativas para realização dos deslocamentos.

4.2 – PROGRAMA 0357

SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA

a) Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária. Busca assim minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões dos mercados internos e externos.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	José Geraldo Baldini Ribeiro e Jamil Gomes de Souza
Indicadores ou Indicativos utilizados	Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, consumidores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores, exportadores e demais envolvidos no trânsito e no comércio internacional de produtos e insumos agropecuários e que integram a cadeia produtiva agropecuária.

Comentário:

As ações desenvolvidas pela Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO, mais especificamente a Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Vegetais e seus produtos, se dão por meio da atuação da Fiscalização Federal Agropecuária nos Aeroportos, Portos, Postos de Fronteira e Aduanas Especiais, que fiscalizam o trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários. Mercadorias importadas, bagagens de passageiros e correios são inspecionados com vistas à autorização de ingresso no país, quando são verificadas as condições de inocuidade e sanidade dos produtos. Os produtos destinados à exportação são igualmente inspecionados para emissão de Certificação Fitossanitária e Zoossanitária, instrumento que garante o acesso dos produtos brasileiros ao

mercado internacional.

A atual estrutura do VIGIAGRO em Santa Catarina é composta por um aeroporto internacional (UVAGRO/Aeroporto Internacional Hercílio Luz), um porto seco na fronteira com a Argentina (UVAGRO/Dionísio Cerqueira) e quatro portos marítimos (UVAGRO/Imbituba, UVAGRO/Itajaí, UVAGRO/Navegantes e UVAGRO/São Francisco do Sul).

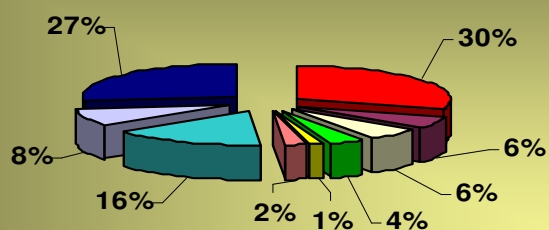
É importante ressaltar que as demandas quantitativas e a importância dos serviços de fiscalização no trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários têm-se incrementado significativamente, requerendo maior esforço para correção da deficiência da infra-estrutura e de pessoal, não só de Fiscais Federais Agropecuários e técnicos de nível médio, mas principalmente de técnicos administrativos nas Unidades do VIGIAGRO, pois esta função está sendo resolvida paliativamente através da cessão de funcionários pelas administrações dos portos.

As atividades do VIGIAGRO são demandadas por importadores, exportadores e passageiros em trânsito internacional, sendo que fatores como taxa de câmbio e outros, fora de nosso controle, é que determinam a intensidade das demandas. Considerando os índices de execução da meta física, avaliamos que as atividades atingiram os resultados.

Em relação à tecnologia, destacamos que a inexistência de um sistema informatizado prejudica o controle das ações da vigilância agropecuária internacional, impossibilitando o gerenciamento das informações relativas ao trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários. Salienta-se que está sendo desenvolvido o SIGVIG – Sistema de Informações Gerenciais do VIGIAGRO, que permitirá maior agilidade aos processos de fiscalização.

Temos que considerar que os recursos disponibilizados foram suficientes e liberados a tempo para que as ações da vigilância e fiscalização do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários fossem prejudicadas.

Proporcionalidade entre Elementos de Despesas de Ações do Programa



3330.41	3390.14	3390.30	3390.33	3390.36
3390.39	4430.42	4490.51	4490.52	

Ação: 2134
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e Insumos
- VIGIFITO -

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	80969 – Departamento de Sanidade Vegetal – DSV / DAS
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	FFA - Laucir Rodrigues Gonçalves
Coordenador de ação Estadual	FFA – Eduardo Fernandes Costa

Comentário:

Com base legal no Decreto nº 24.114/34 e a Lei nº 9.712/98, a ação de vigilância e fiscalização do trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos se define por meio da celebração de convênios com os órgãos públicos estaduais da defesa fitossanitária, que aportam serviços de profissionais especializados, equipamentos, veículos e infra-estrutura física como contrapartida.

Alem disto coube, a atuação da SFA/SC, em autorizar e fiscalizar a realização de dois cursos de Certificação Fitossanitária de Origem – CFO, destinado aos responsáveis técnicos de empresas do setor da praga e vespa da madeira – *Sirex Noctilio*¹³, eventos estes que contaram com a participação de 50 e 33, em cada um, estando presentes engenheiros agrônomos e florestais, respectivamente.

Por sua vez, a entidade estadual de defesa fitossanitária, a CIDASC- Companhia Integrada de Defesa Agropecuária de Santa Catarina, emitiu em 2009 um total de 58.808 PTV's – Permissões de Transito de Vegetal, sendo que 24.493 PTV's oriundas da cultura da maçã e 23.322 PTV's da banana.

Este documento é emitido por fiscais estaduais e se origina dos CFO's para acompanhamento de partidas das plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal, de acordo com as normas de defesa sanitária vegetal, e, para subsidiar, conforme o caso, a emissão do Certificado Fitossanitário – CF, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no ponto de egresso.

As atividades do órgão estadual de defesa fitossanitária, especificamente no caso de Santa Catarina, o trabalho foi desenvolvido pela CIDASC, sendo que a sua realização se deu por meio da alocação de recursos financeiros regulados por convênio, sendo que a aplicação e uso dos mesmos foram supervisionados e auditados pelo SEDESA/DT/SFA/SC, resultando em um trabalho que foi efetivado durante os meses de maio a setembro/2009, junto a GEDEV – Gerência de Defesa Vegetal e 12 (doze) administrações regionais – ADR. O relatório final do trabalho foi encaminhado a direção da empresa para conhecimento.

Relatamos também que fiscais federais do SEDESA/SFA/SC, participaram de capacitação em treinamentos de tratamento à frio de frutas para exportação para os Estados Unidos, cumprindo exigências de acordos bilaterais.

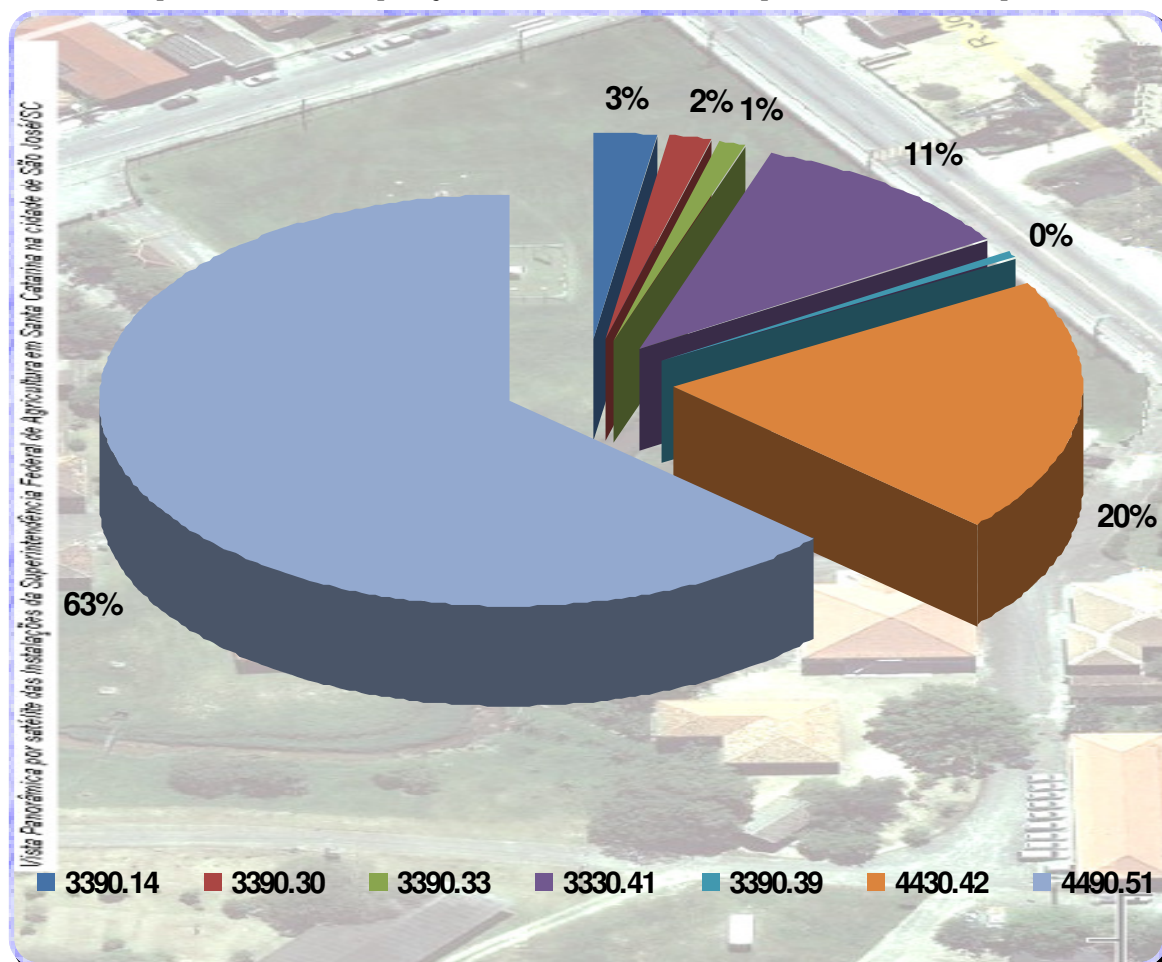
Por ultimo, não menos importante e merecendo o devido destaque, foram efetivas fiscalizações em plantas ornamentais para exportação na origem, também em exigência às normas estabelecidas pelos países europeus.

¹³ Vespa da Madeira, é uma espécie indígena da Europa, (Turquia) e Norte da África, pertence a ordem Hymenoptera, família da Siricidae. Causou enormes prejuízos a silvicultura na Nova Zelândia quando foi detectada na década de 40. No Brasil esta praga chegou em 1988, sendo que em 1993 foi verificada a sua existência no sul do Paraná.

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	12.429,05	12.429,05	100%
Materiais de Consumo	3390.30	6.000,00	7.741,67	129,03%
Passagens	3390.33	5.200,00	5.200,00	100%
Serviços	3390.39	2.200,00	2.200,00	100%
Convênios	3330.41	50.660,00	50.660,00	100%
Auxílios Convênios	4430.42	94.500,00	94.500,00	100%
Obras e Instalações	4490.51	300.000,00	300.000,00	100%
Total	-	470.989,05	472.730,72	100,37%

Proporcionalidade de Aplicação dos Recursos Executados por Elementos de Despesas



No que diz respeito aos indicadores de desempenho operacionais, esta atividade, em face de sua realização estar atrelada a atuação de organismo estadual de vigilância fitossanitária, fica prejudicada de se mensurar o cumprimento de metas, pois esta condição será estabelecida pela empresa que atua no ramo, cabendo a DFA/SC cobrar o cumprimento do estabelecido em convênio firmado para repasse dos recursos.

Ação: 2139
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos
- VIGIZOO -

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território catarinense; representação do País nos fóruns internacionais que tratam da zoossanidade; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CTQA/DSA/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Gabriel Adrian Sanches Torres
Coordenador de ação Estadual	Maurício Chacur

Não foram disponibilizados recursos neste PI no exercício de 2009. As despesas com viagens de serviço para fiscalização e supervisão das atividades do órgão executor, participação em eventos e treinamentos foram realizadas com recursos do PCEANIMAL.

Tabela 2: Desempenho Operacional

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2008	2009		2009/2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Períod Ant.	% executada / Meta Progr.
Portarias de habilitação-GTA emitidas	portaria emitida	SC	209	demanda	174	83%	-
Portarias de credenciamento canceladas	portaria emitida	SC	86	demanda	89	103%	-
Autorizações para ingresso de animais	autorização emitida	SC	1111	demanda	705	64%	-
Quarentenas			3	demanda	5	166%	-
Acompanhamento de quarentena	quarentena	SC	5	demanda	5	100%	-
Supervisão ao órgão executor das ações delegadas de defesa sanitária - Trânsito	supervisão	SC	-	8	9	-	112%
Parecer zoosanitários	parecer emitido	SC	2448	demanda	2616	107%	-
Certificado zoosanitário	certif. emitido	SC	63	demanda	31	49%	-
Autorização de importação de animais vivos e material de multiplicação animal e produtos não comestíveis	autorização emitida	SC	48	demanda	110	229%	-
Declaração adicional ao cert. sanitário	autorização emitida	SC	52	demanda	100	192%	-
GTA's emitidas INTERESTADUAL (Oficial + Habilitados)*	un.	SC	-	48.000	46.766	-	97,43%

(*) - Fonte das informações: 1- Sistema de Indicadores/SIGEN/CIDASC; 2- ICASA; 3- habilitados pela SFA para diagnóstico de Brucelose e Tuberculose/GEDSA; 4- Resp. Trânsito e Vigilância Sanitária Animal/GEDSA.

O SEDESA/SC realiza diferentes ações que visam salvaguardar e manter em estado hígido o rebanho nacional, mormente no que se refere à proteção sanitária do Estado, conquistando a condição de reconhecimento internacional de zona livre onde não se pratica a vacinação contra a febre aftosa.

As ações de vigilância e fiscalização no trânsito contemplam o acompanhamento dos procedimentos de quarentena realizados pelo órgão estadual executor dos serviços de defesa sanitária.

Da mesma forma, são realizadas supervisões nas unidades de fiscalização e de controle nos pontos de ingresso representados por postos fixos e móveis de divisa interestadual.

Com a finalidade de manutenção da higidez do rebanho são desenvolvidas ações que compreendem a análise documental dos requerimentos de importação de animais, seus produtos e subprodutos, bem como são emitidos autorizações de importação e vistos zoosanitários.

No que tange as solicitações de exportação de animais, produtos e subprodutos de origem animal, além da análise documental e avaliação das condições sanitárias do objeto para exportação, são emitidos certificados sanitários internacionais, declaração adicional e certificado de venda livre em razão da condição sanitária.

Ação: 2180
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos
- FISCPLANTA -

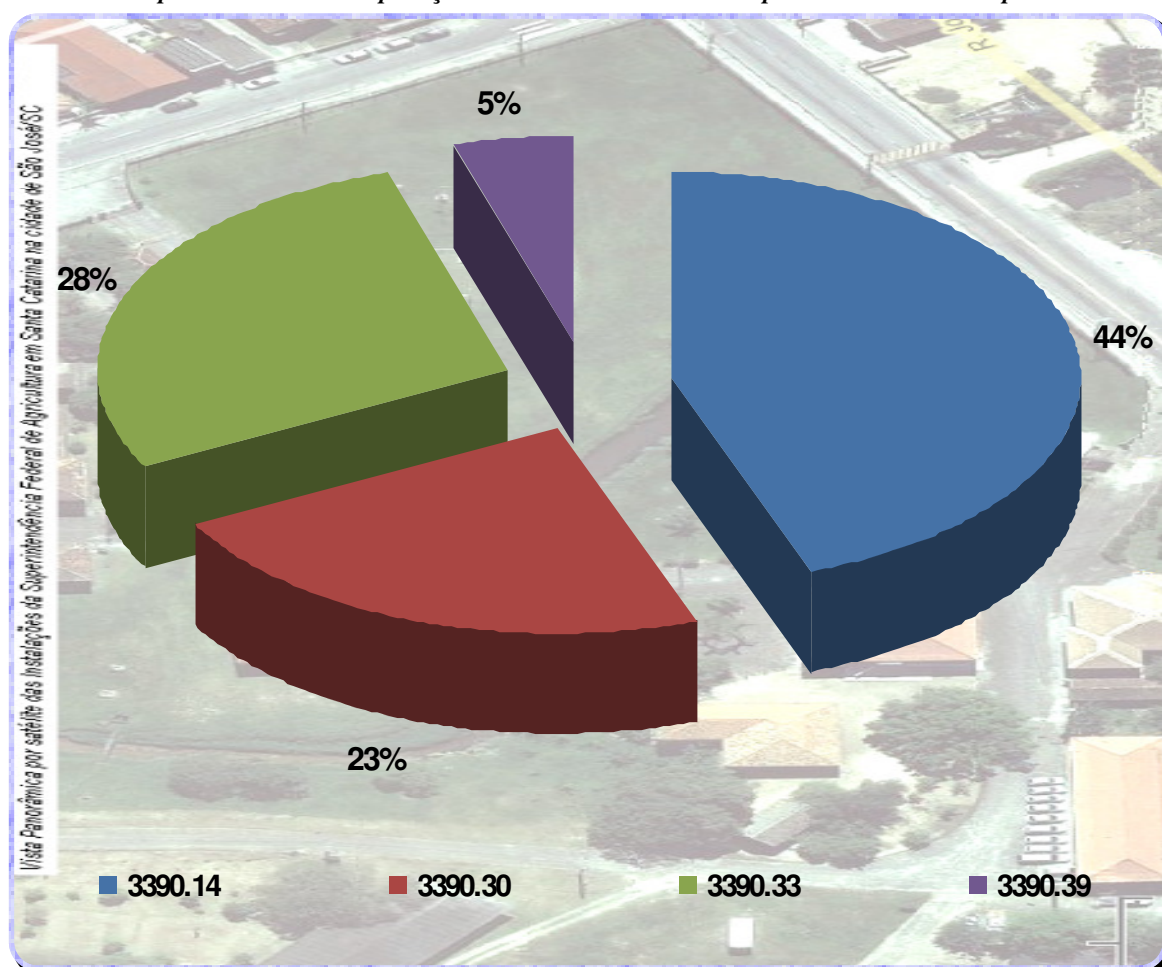
Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas de vegetais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos e insumos agrícolas. Certificar a qualidade e a fitossanidade dos produtos agrícolas nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO
Unidades Executoras	Serviços e Unidades da Vigilância Agropecuária Internacional, localizadas nos portos, aeroportos, postos de fronteiras e aduanas especiais.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO/SFA/SC
Coordenador nacional de ação	Coordenador Geral do VIGIAGRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador Estadual da Ação

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	21.000,00	21.000,00	100,0%
Materiais de Consumo	3390.30	10.667,84	10.667,84	100,0%
Passagens	3390.33	13.281,26	13.281,26	100,0%
Serviços	3390.39	2.250,00	2.250,00	100,0%
Total	-	47.199,00	47.199,00	100,0%

Proporcionalidade de Aplicação dos Recursos Executados por Elementos de Despesas



Comentário:

Da mesma maneira que o programa FISCANIMAL, as maiores despesas foram para suprir as deficiências de servidores.

Tabela 3: Desempenho Operacional

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2008	2009		2008/ 2009	Eficácia
			Execu- tadas	Progra- madas	Execu- tadas	% executada/ Períod Ant.	% executada / Meta Progr.
Partidas Inspecionadas	Partidas	VIGIAGRO/SC	73.793	68.265 (*)	74.542	101,00%	109,19%
Recursos	Reais	VIGIAGRO/SC	98.017,47	47.199,10	47.199,10	48,15%	100,00%
Custo Unitário	Reais	VIGIAGRO/SC	1,33	0,69	0,63	. . .	

(*) – Dados SIPLAN.

Comentário:

As partidas inspecionadas da área vegetal cresceram muito devido às vistorias de embalagens de madeira, que tiveram início no ano de 2007, fazendo que seus custos declinassem proporcionalmente de forma expressiva.

Ação: 2181
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
- FISCANIMAL -

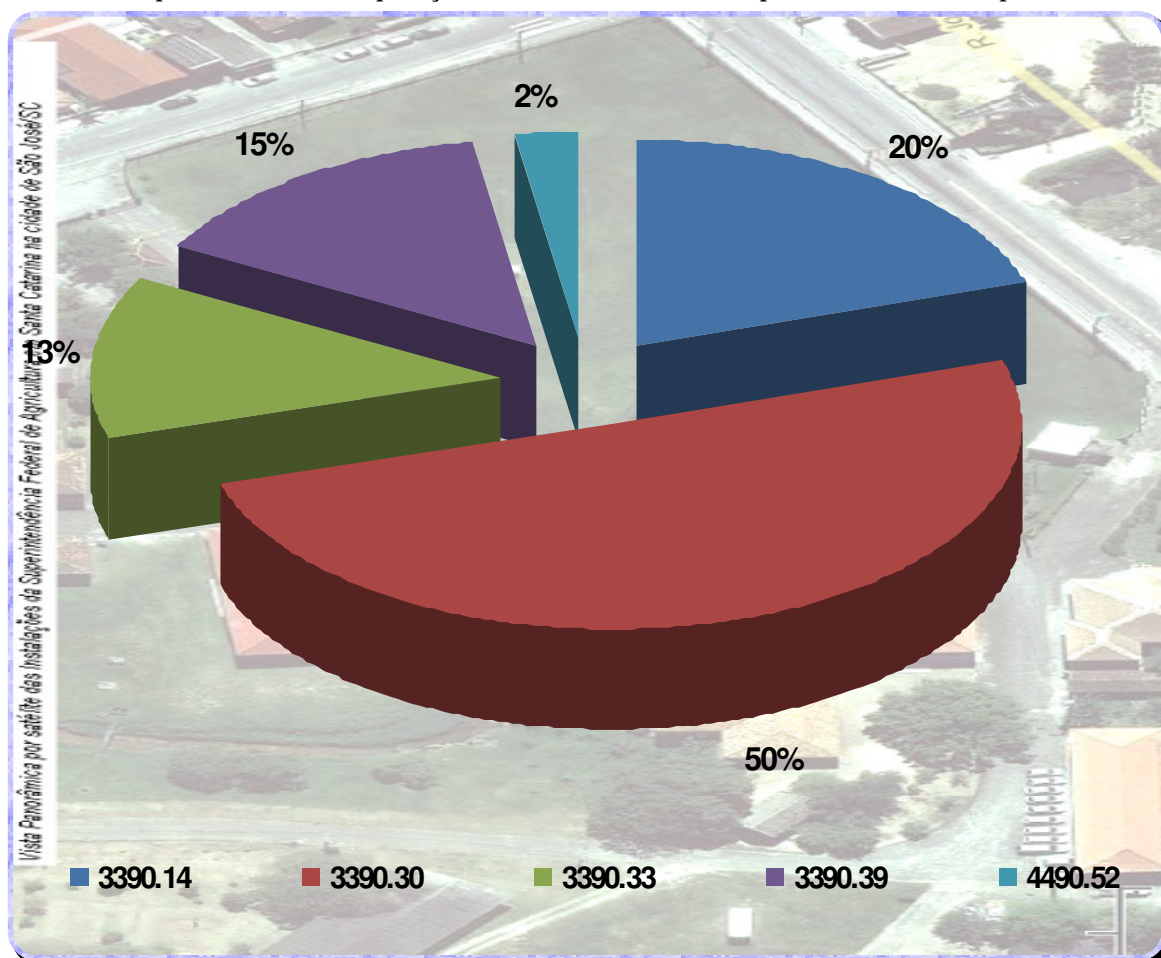
Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos e insumos pecuários. Certificar a qualidade e a zoossanidade dos produtos agropecuários nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO
Unidades Executoras	Serviços e Unidades da Vigilância Agropecuária Internacional, localizadas nos portos, aeroportos, postos de fronteiras e aduanas especiais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO/SFA/SC
Coordenador nacional de ação	Coordenador Geral do VIGIAGRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador Estadual da Ação

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	24.600,00	24.600,00	100%
Materiais de Consumo	3390.30	61.965,50	61.965,50	100%
Passagens	3390.33	15.600,00	15.600,00	100%
Serviços	3390.39	18.121,18	18.121,18	100%
Material Permanente	4490.52	2.914,25	2.914,25	100%
Total	-	123.200,93	123.200,93	100%

Proporcionalidade de Aplicação dos Recursos Executados por Elementos de Despesas



Comentário:

Dos recursos disponibilizados no decorrer do ano, verifica-se na tabela acima que as maiores despesas foram efetuadas com diárias e materiais de consumo. A maior parte destes sendo necessária para o deslocamento de servidores que supriram a deficiência de pessoal nas unidades do VIGIAGRO, em situação de férias, cursos ou outros eventos em que o servidor é deslocado de sua sede.

Tabela 3: Desempenho Operacional

<i>Objetivos / Metas Operacionais</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Universo de Atuação</i>	<i>Atividades Desenvolvidas</i>			<i>Indicadores</i>	
			<i>2008</i>	<i>2009</i>		<i>2008 / 2009</i>	<i>Eficácia</i>
			<i>Executadas</i>	<i>Programadas</i>	<i>Executadas</i>	<i>% executada / Períod Ant.</i>	<i>% executada / Meta Progr.</i>
Partidas Inspeccionadas	Partidas	VIGIAGRO/SC	46.887	42.528(SIPLAN)	45.104	96,20%	106,05%
Recursos	Reais	VIGIAGRO/SC	153.768,91	123.200,93	123.200,93	80,12%	100%
Custo Unitário	Reais	VIGIAGRO/SC	3,28	2,89	2,73	...	

Ação: 4842
Erradicação da Febre Aftosa
- FEBREAFTOS -

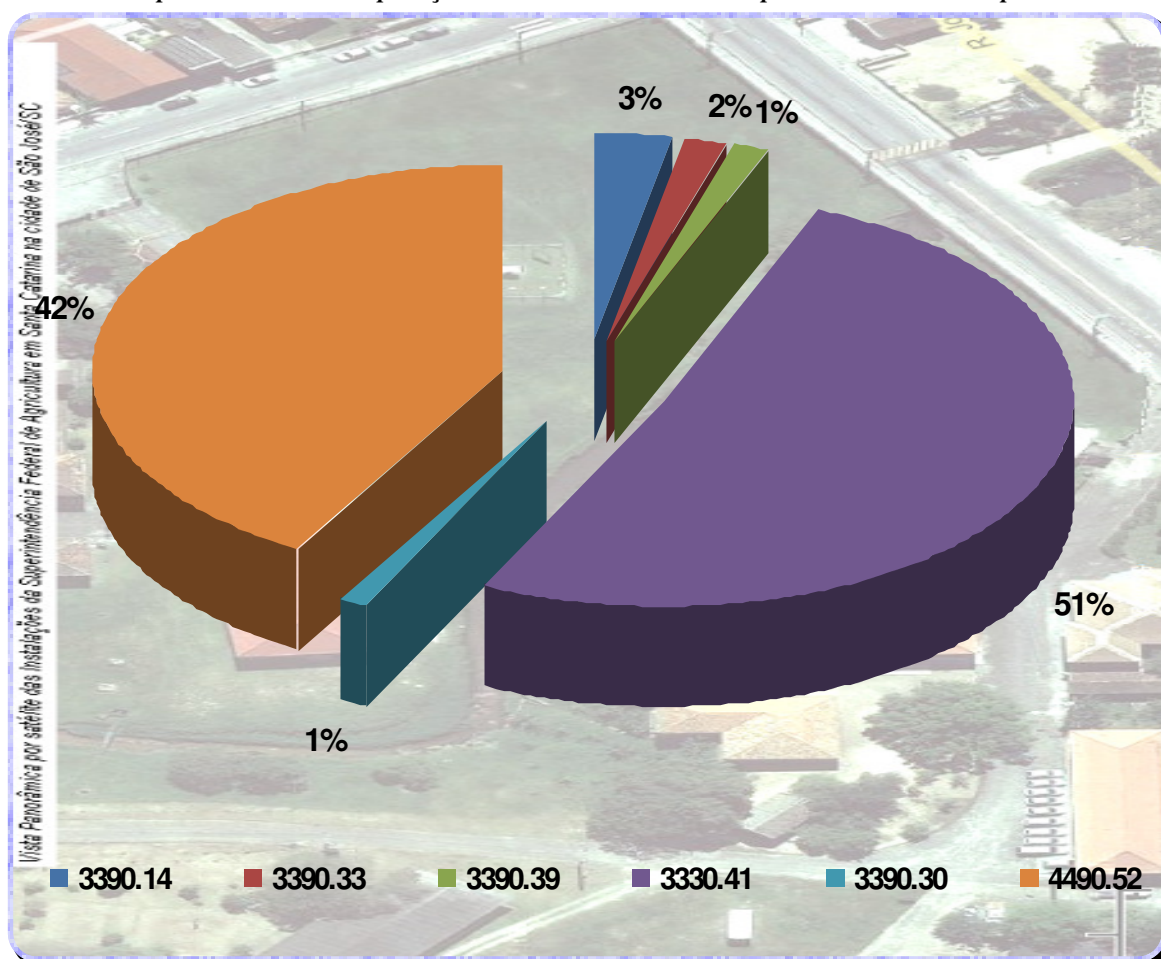
Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter a condição sanitária de zona livre de febre aftosa sem vacinação para o Estado de Santa Catarina, objetivando o acesso do produto catarinense ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões para divulgação e afirmação das prioridades e estratégias; colaboração na elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, realização de diagnóstico e monitoramento soro epidemiológico; fiscalização sanitária e epidemiológica; e contribuições para o aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica; Verificação e acompanhamento, com respectivas orientações, junto às estruturas dos postos de fiscalização de trânsito interestadual e internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGDC/DSA/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Francianne Abrantes Assis
Coordenador de ação Estadual	Carlos Alberto de Melo

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	17.908,94	17.908,94	100%
Materiais de Consumo	3390.30	6.170,00	6.170,00	100%
Passagens	3390.33	10.660,00	10.660,00	100%
Serviços	3390.39	7.872,50	7.872,50	100%
Convênios (*)	3330.41	311.330,00	311.330,00	100%
Material Permanente	4490.52	253.264,00	253.264,00	100%
Total	-	295.875,44	295.875,44	100%

Proporcionalidade de Aplicação dos Recursos Executados por Elementos de Despesas



Comentário:

Os recursos recebidos foram destinados ao atendimento das despesas com viagens de serviço para fiscalização e supervisão das atividades do órgão executor, participação em reuniões e treinamentos e acompanhamento de missões internacionais. Os recursos descentralizados para convênio(*) foram repassados para o órgão executor de defesa sanitária estadual (CIDASC) e foram fiscalizados por FFAs do SEDESA, esses recursos somaram-se um montante de 311.330 reais e não foram totalizados na tabela com o intuito de deixar mais evidente os gastos próprios do SEDESA/DT/SFA-SC. **Foram empenhados 253.264,00 reais para a aquisição de veículos, computadores, equipamentos de informática, livros e aparelhos de ar condicionado para o aparelhamento da SFA-SC.

Tabela 3: Desempenho Operacional

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Univer so de Atuaç ão	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2008	2009		2008/20	Eficácia
			Executa das	Progra madas	Executa das	% executa da / Períod Ant.	% executa da / Meta Progr.
Verificação e acompanhamento do cumprimento, pelo Órgão Executor das ações de saúde animal no Estado de Santa Catarina, das normas vigentes relativas ao programa, com respectivas orientações	Nº de supervisões	SC	34	22	22		100%
Participação em reuniões de âmbito estadual	Nº. reuniões	SC	12	10	14		140%
Verificação e acompanhamento, com respectivas orientações, junto às estruturas dos postos de fiscalização de trânsito interestadual	Nº. Supervisã o	SC	9	10	12		120%
Verificação e acompanhamento, com respectivas orientações, junto às estruturas dos postos de fiscalização de trânsito internacional	Nº de supervisões	SC	3	4	4		100%
Programar roteiros e acompanhar missões técnicas internacionais	Nº de programações e acompanhamentos	SC	4	2	3		130%
Análise de proposta de convênio e emissão de parecer técnico	Nº de análises	SC	2	2	4		200%
Erradicação da Febre Aftosa	propriedade	SC		95.346	95.346		100%
Erradicação da Febre Aftosa *	propriedade	SC		95.346	95.346		100%

(*) – Informação constante no SIPLA – Os dados foram obtidos junto ao sistema de Indicadores (SIGEN) da CIDASC

Comentário:

A meta planejada foi cumprida conforme o esperado, considerando não ter havido deficiente disponibilidade de recursos financeiros nem ocorrências outras que impediram a realização do previsto.

O não atingimento de algumas metas operacionais conforme o programado, como também, o extrapolar de algumas metas operacionais programadas, ocorreram dentro de um aceitável diferencial plenamente justificável e aceitável.

A ação teve uma execução absolutamente a contento durante o exercício de 2009 conforme se depreende não só pelos números relatados, como também, pela excepcional condição sanitária de que é dotado o Estado de Santa Catarina no que respeita a febre aftosa.

Avaliamos que referenciadas execuções ocorreram a contento considerando o reflexo absolutamente positivo que referidas detêm sobre aspectos econômicos desta Unidade da Federação no que respeita ao comércio de produtos, tanto nacional, quanto internacional, de produtos de origem animal.

Ação: 8572
Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
- PCEVEGETAL -

Tabela 1: Dados gerais da ação

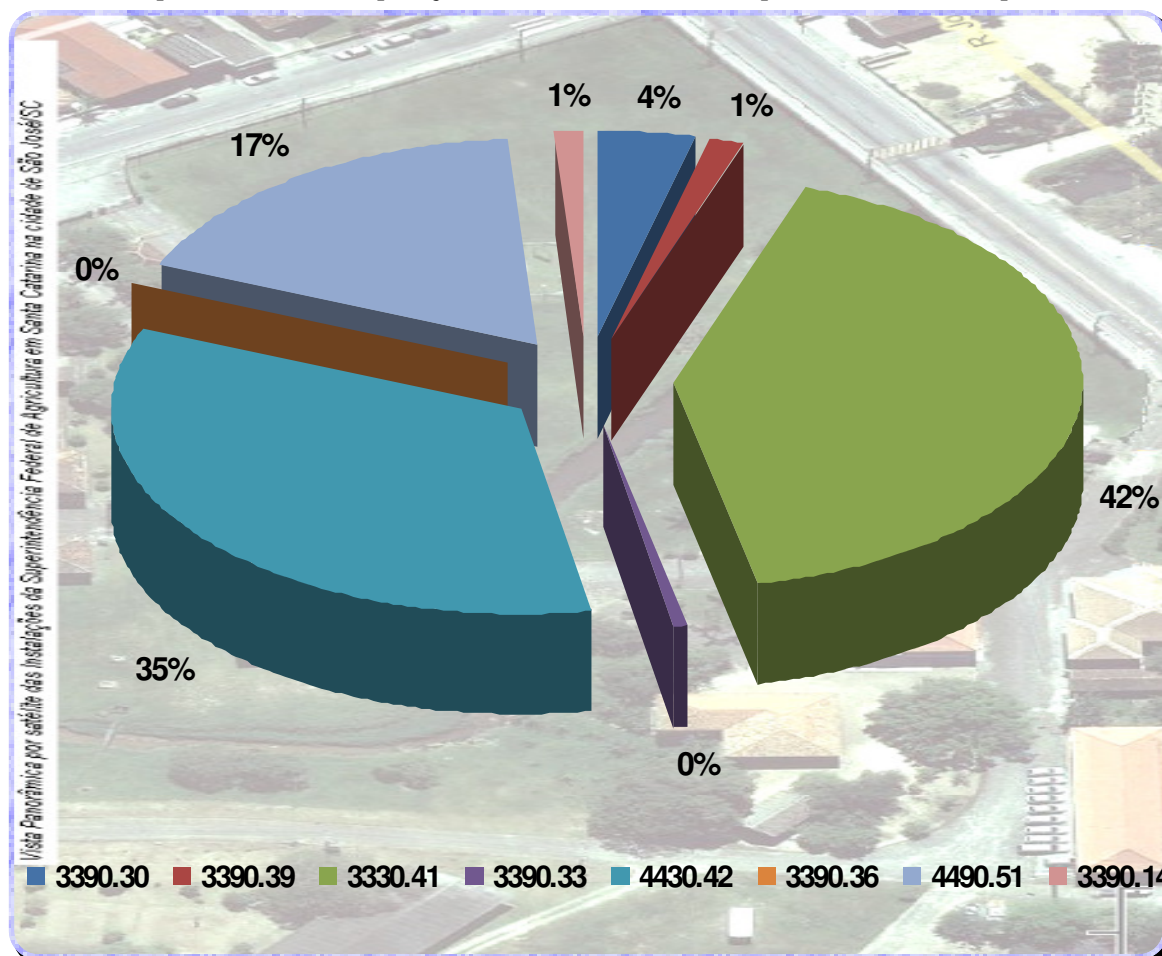
Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores, plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins e executores de defesa fitossanitária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal
Unidades executoras	SFA/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Gutemberg Barone de Araújo Nojosa
Coordenador de ação Estadual	FFA Eduardo Fernandes Costa

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	20.018,79	17.955,22	89,69%
Materiais de Consumo (*)	3390.30	55.655,51	55.617,72	99,93%
Passagens	3390.33	6.477,95	6.477,95	100%
Serviços	3390.39	20.680,00	20.680,00	100%
Diárias de Colaboradores Eventuais	3390.36	879,70	879,70	100%
Convênios	3330.41	597.280,00	597.280,00	100%
Convênios/ Auxílios	4430.42	494.650,00	494.650,00	100%
Obras e Instalações	4490.51	250.000,00	250.000,00	100%
Total	-	1.445.641,95	1.443.354,59	99,85%

(*) Incluídos recursos utilizados na manutenção da SFA/SC.

Proporcionalidade de Aplicação dos Recursos Executados por Elementos de Despesas



Comentário:

A ação de prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais se traduz, em âmbito estadual, nas atividades de monitoramento de ocorrência do Cancro Cítrico em pomares citrícolas, da Sigatoka Negra¹⁴ e *Opogona sacchari*¹⁵ em bananais, monitoramento da praga *Sirex noctilio* na cultura de Pinus, erradicação de plantas hospedeiras e instalação e

¹⁴ A praga é causada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis*. Entrou na Amazônia em 1998 e já se encontra nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Roraima, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. O ataque começa pelas folhas mais novas. Provoca estrias que parecem linhas marrons claro bem fino que, com o decorrer do tempo, tornam-se um pouco mais largas e de tom marrom escuro. Com o avanço da praga as folhas têm morte prematura. A praga pode causar prejuízos de até 100%. Depois de instalada, provoca aumento significativo nos custos de produção, pois serão necessárias mais de trinta aplicações de produto químico por ano, além de aumentar drasticamente a poluição do meio ambiente.

¹⁵ A *Opogona Sacchari* é uma praga polífaga, nativa de zonas úmidas tropicais e subtropicais da África. Oficialmente foi constatada no Brasil em setembro de 1974, quando diversas partidas de banana produzidas no Estado de São Paulo foram embargadas na fronteira por fitossanitaristas argentinos, em virtude de estarem infestadas pela praga. O inseto adulto é uma mariposa castanha clara, quase palha, medindo 10 mm de comprimento por 25 mm de envergadura. Os machos são geralmente um pouco menores que as fêmeas e ocorre dimorfismo sexual. Em seguida a eclosão, as lagartas medem cerca de 2 mm de comprimento, apresentando cerdas esbranquiçadas e translúcidas, cápsulas cefálicas ocre e mandíbula marrom alaranjada. As lagartas danificam os frutos de banana na região estilar porém, em altas infestações, os frutos também são atingidos lateralmente

monitoramento de armadilhas sexuais para a praga *Cydia pomonella*¹⁶ na região urbana do município de Lages/SC. São atividades de execução direta do órgão estadual de defesa sanitária vegetal (OEDSV), em nosso caso a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, para as quais o MAPA concorre através da alocação, via convênio, de recursos financeiros. Estas atividades são supervisionadas e auditadas pelo Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/DT/SFA-SC.

Em relação ao Cancro Cítrico¹⁷, as atividades concentraram-se no acompanhamento do cadastramento das Unidades de Produção – UPs, dentro do estabelecido pela Instrução Normativa n° 55/2007, alcançando 5.000 ha de pomares citrícolas, e o monitoramento na região de Rio do Sul/Alto Vale do Itajaí, principal pólo de produção de mudas do Estado. Os citricultores catarinenses, em função da característica de desenvolverem uma atividade restrita ao mercado interno e em pequenas propriedades, não praticam a erradicação de plantas contaminadas como método de controle do Cancro Cítrico.

Quanto as atividades com a bananicultura, o ênfase é no monitoramento da ocorrência da Sigatoka Negra, com a continuidade na implantação do Sistema de Mitigação de Risco – SMR, atualmente com 1.984 unidades de produção e 1.076 unidades de consolidação (casas de embalagem) cadastradas junto à CIDASC, e na prevenção e controle de *Opogona sacchari*¹⁸, principal motivo dos rechaços de cargas de banana nos postos de fronteira, através da implantação dos procedimentos previstos na Instrução Normativa n° 28, de 27/07/2009. Esta atividade alcança 20.000 ha de musáceas.

Relatamos também o início do monitoramento da praga *Sirex noctilio*, a vespa-da-madeira, principal praga da cultura de Pinus, em aproximadamente 300.000 ha de pequenas florestas, que se encontram fora do sistema de produção ligado às grandes empresas madeireiras e de celulose.

¹⁶ *Cydia pomonella*, que tem nomes populares como bicho da maçã, cydia ou traça das frutas, é uma das mais importantes pragas da maçã no mundo e se alimenta da polpa da fruta, que fica inutilizada para consumo. Os ovos são depositados na face superior das folhas ou sobre os frutos, apresentando-se após no período larval, formando em seguida a pupa, completando-se sua metamorfose na forma de mariposa. Sua envergadura atinge de 10 a 12mm. de comprimento e coloração acinzentada. A longevidade é de cerca de 20 dias. No Brasil, o inseto possui uma ou duas gerações por ano, passando por um período de diapausa e emergindo no início da primavera

¹⁷ O cancro cítrico é causado pela bactéria *Xanthomonas axonopodis* pv. *citri*, e ataca todas as variedades e espécies de citros. É considerada numa das mais graves doenças da citricultura brasileira, não havendo formas de controle para erradicação da doença. A doença manifesta por lesões em folhas, frutos e ramos.

¹⁸ A traça-da-bananeira é considerada uma praga severa da bananicultura. Estudos constatarem que a incidência da praga decorre devido a condições de secas, pois as lagartas não apresentam alta sobrevivência em ambientes úmidos. Segundo Cintra (1975), esta traça foi introduzida clandestinamente em mudas de bananeiras ou em outros hospedeiros alternativos. Quando adultos são mariposas e a postura é realizada nas extremidades dos frutos, excepcionalmente, nas laterais dos mesmos. O período de incubação é de 4 a 5 dias. Os danos causados é a formação de galerias na polpa que provoca o apodrecimento do fruto, conseqüentemente inutilizando-o comercialmente.

Finalizando, com as atividades de acompanhamento da erradicação de plantas hospedeiras, instalação e monitoramento de armadilhas sexuais para a praga *Cydia pomonella* na região urbana do município de Lages/SC, estamos protegendo 15.000 ha de rosáceas, e acredita-se que em 2 ou 3 anos esta praga esteja erradicada em Santa Catarina.

Ação: 8658
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
- PCEANIMAL -

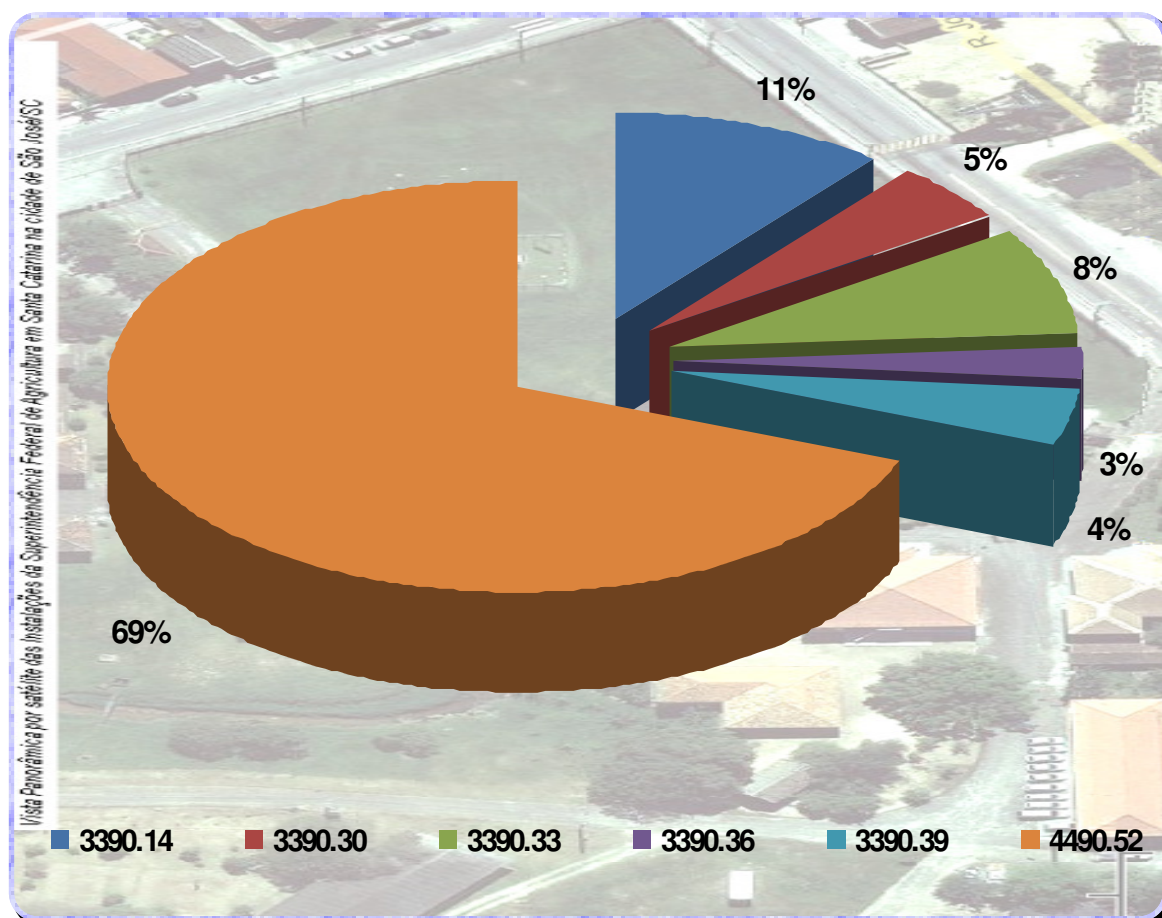
Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o país, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do país, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGCD/DSV/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Coordenador de ação Estadual	Márcio Pinto Ferreira

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	96.737,28	85.335,05	88,21%
Materiais de Consumo	3390.30	38.406,45	38.406,45	100%
Passagens	3390.33	75.941,42	66.593,65	87,69%
Serviços	3390.39	29.612,23	20.402,58	68,90%
Diárias de Colaboradores Eventuais	3390.36	37.493,16	34.252,42	91,36%
Material Permanente	4490.52	549.968,77	549.968,77	100%
Total	-	828.159,31	794.958,92	95,99%

Proporcionalidade de Aplicação dos Recursos Executados por Elementos de Despesas



Comentário:

Os recursos recebidos foram destinados ao atendimento das despesas com viagens de serviço para fiscalização e supervisão das atividades do órgão executor, participação em reuniões e treinamentos, e acompanhamentos de missões técnicas estrangeiras. Foram investidos R\$ 549.968,77 reais na reforma do prédio que alojará o SEDESA/SC na base física da SFA.

*Tabela 03: Desempenho Operacional
Atividade: Sanidade Avícola*

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2008	2009		2008 / 2009	Eficácia
			Execu- tadas	Progra mada	Executad as	% executa -da / Períod Ant.	% executada / Meta Progr.
ACOMPANHAMENTO DAS NOTIFICAÇÕES COLHEITAS E RESULTADOS E PROCEDIMENTOS DO ORGÃO EXECUTOR E SIFS	Nº de notificações	25 IF's 10 mil integrados	222	230	259	117%	112%
PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO EM NÍVEL ESTADUAL	Nº reunião	IND	4	7	9	225%	128%
PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO EM NÍVEL NACIONAL	Nº reunião	IND	3	3	5	166,7%	166,7%
CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO SEDESA ENVOLVIDOS NO PNSA	Treinamento	SEDESA/ SC	2	2	4	200%	200%
CERTIFICAÇÃO DE GRANJAS LIVRES E/OU CONTROLADOS PARA SALMONELAS E MICOPLASMAS	certificação	SC	226	240	307	135,8%	127,9%
INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS (SEDESA)	inspeção	SC	—	54	21	—	38,9%
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS PARA FINS REGISTRO	fiscalização	SC	-	47	55	--	117,0%

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS MENSAIS	relatório	SEDESA/SC	12	12	12	100%	100%
APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS/CURSOS/TREINAMENTOS COM TEMAS DO PNSA	palestra/treinamento/curso	BR	1	2	3	300%	150%
EXPEDIÇÃO PARA COLHEITA DE MATERIAL P/ PESQUISA DE INFLUENZA AVIÁRIA EM SÍTIOS DE AVES MIGRATÓRIAS	amostra	Litoral/SC	0	2	2	---	100%
SUPERVISÃO DO ÓRGÃO EXECUTOR ESTADUAL	supervisão	SC	5	17	12	240%	70,6%
(*) AUDITORIAS EM OUTROS ESTADOS PARA AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SANITÁRIA DAS AVES	auditoria	BR	7	IND	0	-	-
(**) PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS	un.	SC		96.000	134.932		473,45%

(*)Auditorias de mandadas pela Coordenação de Sanidade Avícola. Em 2009 não houve ciclo de auditorias de avaliação nas UFs.

(**)Fonte das informações: 1- Sistema de Indicadores/SIGEN/CIDASC; 2- ICASA; 3- habilitados pela SFA para diagnóstico de Brucelose e Tuberculose/GEDSA; 4- Resp. Trânsito e Vigilância Sanitária Animal/GEDSA

Comentário:

O Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA tem avançado no controle da DNC – Doença de Newcastle¹⁹ e na prevenção da IA – Influenza aviária²⁰, duas doenças avícolas cujos controles são determinantes para a manutenção das exportações nacionais. O estreitamento de relação do serviço público com a cadeia produtiva de aves, a fiscalização nas granjas produtoras, com o plano de coleta de amostras e a verificação final nos abatedouros pelo Serviço de Inspeção Federal - SIF têm mantido o nível de garantia sanitária do país frente aos mercados internacionais.

¹⁹ ¹⁹ Doença de Newcastle (DNC), de etiologia viral (paramixovírus tipo I), que acomete aves comerciais e outras espécies. Apresenta-se com sinais respiratórios, seguidos por manifestações neurológicas, considerada de notificação internacional. No Brasil, em 2000/2001, houve registro de surtos desta doença, sendo que atualmente encontra-se sob controle.

²⁰ A influenza aviária é uma doença infecciosa que acomete aves, causada pelo vírus “influenza A” e seus diferentes subtipos. A exposição às aves infectadas e suas excreções(saliva, secreção nasal e fezes) ou solo contaminado pode resultar em infecção humana. Inicialmente a doença foi identificada na Itália há mais de 100 anos. Todas as aves são suscetíveis à infecção pelo vírus da “influenza A”, porém algumas espécies são mais resistentes que outras. Os sintomas observados de influenza aviária em humanos são semelhantes aos da gripe (influenza humana), isto é, febre, tosse, dor de garganta, mialgia e podem levar a complicações respiratórias idênticas.

Em 2009 o departamento liberou as classificações das auditorias de 2008, ficando Santa Catarina com a classificação “B” igual aos Estados do Paraná e do Mato Grosso, sendo esta a melhor classificação alcançada pelas Unidades da Federação.

Em relação aos 259 exames realizados para Influenza aviária e Doença de Newcastle, foram 122 amostras coletadas pelo órgão estadual e 137 amostras dos SIFs. Levando-se em consideração o histórico (desde o segundo semestre de 2006), observa-se diminuição gradativa no número de colheitas efetuadas pelos SIFs e aumento das colheitas realizadas a campo preventivamente em adoção à orientação do Departamento de Saúde Animal/SDA/MAPA.

Tabela 04: Desempenho Operacional
Atividade: Controle da Raiva dos Herbívoros e das EET's

<i>Objetivos / Metas Operacionais</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Universo de Atuação</i>	<i>Atividades Desenvolvidas</i>			<i>Indicadores</i>	
			<i>2008</i>	<i>2009</i>		<i>2008/2009</i>	<i>Eficácia</i>
			<i>Executa das</i>	<i>Programa das</i>	<i>Executa das</i>	<i>% executada / Períod Ant.</i>	<i>% executada / Meta Progr.</i>
controle e acompanhamento de animais importados de países com casos autóctones de EEB	Nº. de animais	SC	02	02	01(*)	50%	50%
Sacrifício/óbito de animais importados de países com casos autóctones de BSE	Nº. de sacrifícios	SC	01	02	01(*)	100%	50%
coleta de material encefálico de animais importados de países com casos autóctones de BSE sacrificados/óbitos, e envio para laboratório,	Nº. de coletas	SC	0	02	01(*)	-	50%
elaborar relatórios mensais relativos ao programa de controle da raiva	No. de relatórios	SC	12	12	12	100%	100%
participar de reuniões técnicas ao nível Nacional	Nº. de reuniões	BR	1	1	02	200%	200%
participar em reuniões técnicas no nível estadual relativas ao PNCRH	Nº. de reuniões	SC	0	2	02	-	100%

proceder orientações relativas a trânsito de caninos para União Européia.	Nº. de orientações	SC	15	10	28	186%	280%
proceder estudos visando a solicitação de vacina anti-rábica ao DSA para utilização mensal durante o exercício de 2008.	Nº. de solicitações	SC	1	1	1	100%	100%
número de diagnósticos para raiva efetivados	Nº. de diagnóstico	SC	759	500	120 (**)	15,8%	24%
número de diagnósticos positivos para raiva	Nº. de diagnóstico	SC	25	20	30	120%	150%
número de diagnósticos para raiva efetivados em materiais de herbívoros	Nº. de diagnóstico	SC	67	50	64	95,5%	128%
número de diagnósticos positivos para raiva em materiais coletados de herbívoros	Nº. de diagnóstico	SC	25	20	30	120%	150%
Número de coleta de alimento para ruminantes	Nº. de coletas	SC	10	60	54	540%	90%

Observações:

(*) Conforme Instrução de Serviço nº 06, de 22 de abril de 2002, que determina o rastreamento de bovinos importados de países com casos de EEB e Instrução Normativa nº 18, de 15 de dezembro de 2003, que prevê o sacrifício e indenização de bovinos importados de países de risco para EEB, informamos que havia apenas 01 bovino importado nessa condição no ano de 2009 e que foi sacrificado, realizada coleta de material para encaminhamento ao laboratório para diagnóstico para EEB.

(**) O decréscimo no número de diagnóstico para Raiva se deve a desativação do Laboratório de Sanidade Animal da CIDASC-São José, sendo que os materiais que anteriormente eram processados no estado de Santa Catarina passaram a ser encaminhados para o Estado do Paraná.

Comentário:

Em atenção a Instrução Normativa nº 18 de 15 de dezembro de 2003 e Instrução Normativa nº 41 de 08 de outubro de 2009, que visam à prevenção da ocorrência da Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB²¹ foram realizadas coletas de alimentos ofertados para ruminantes para a verificação da proibição do uso de proteínas de origem animal na alimentação de ruminantes.

²¹ A BSE – Encefalopatia Espongiforme Bovina é um tipo de Encefalopatia Espongiforme Transmissível (TSE) que ataca o gado e é chamada, popularmente, como a doença da Vaca Louca. Os primeiros casos de BSE foram detectados em 1986, embora haja evidência de casos anteriores a 1985. O período de incubação da BSE é longo e deve ter havido um acúmulo de infecção em vacas antes de 1986. A BSE foi transmitida a várias outras espécies. Por volta de 1992, estas incluíam gatos domésticos, pumas, guepardos, avestruzes e antílopes. Estes animais contraíram a infecção originalmente da alimentação. A idade mais frequente de morte de um animal por BSE é de 4 anos.

As metas planejadas para o exercício foram cumpridas dentro do esperado, fato este devido principalmente em face de não ter havido deficiência da disponibilidade de recursos financeiros, nem a ocorrências de outras situações que pudessem inviabilizar a realização das metas previstas.

O índice de não atingimento de algumas metas operacionais está dentro de níveis aceitáveis, mesmo que contrapondo eventuais situações em que ocorreu a extrapolação das metas estipuladas. Esta condição é plenamente justificável se analisada as eventuais ocorrências verificadas no decorrer do exercício analisado.

A ação teve uma execução a contento durante o exercício de 2009 conforme se depreende não só pelos números relatados, como também, pela condição sanitária de que é dotado o Estado de Santa Catarina no que respeita tanto a Febre Aftosa²², quanto pelas patologias que incidem sobre a espécie suína, além dos números relativos à Raiva dos herbívoros²³.

Avaliamos que referenciadas execuções ocorreram a contento considerando o reflexo absolutamente positivo que referidas detêm sobre aspectos econômicos desta Unidade da Federação no que respeita ao comércio de produtos, tanto nacional, quanto internacional, de produtos de origem animal.

²² Enfermidade contagiosa que ataca a todos os animais de casco fendido, principalmente bovinos, suínos, ovinos e caprinos. Dá-se em todas as idades, independente de sexo, raça, clima, etc., porém há diferenças de suscetividade de espécie. A doença é produzida pelo menos por seis tipos de vírus, classificados como A,O,C,SAT-1,SAT-2 e SAT-3, sendo que os três últimos foram isolados na África e os demais apresentam ampla disseminação. Não há transmissores de aftosa, o vírus é vinculado pelo ar, pela água e alimentos, apesar de ser sensível ao calor e luz. É uma doença extremamente infecciosa. O Vírus se isola em grandes concentrações no líquido das vesículas que se formam na mucosa da língua e nos tecidos moles em torno das unhas. O sangue contém grandes quantidades de vírus durante as fases iniciais da enfermidade, quando o animal é muito contagioso. A gravidade da doença não deriva pelo fato da morte, mas dos prejuízos econômicos. Sintoma é de febre e perda de apetite, sob as formas de quebra da produção leiteira, perda de peso, crescimento retardado e menor eficiência reprodutiva.

²³ A Raiva é uma doença aguda do Sistema Nervoso Central (SNC) que pode acometer todos os mamíferos, inclusive o homem. É, caracterizada por uma encefalomielite fatal causada por vírus do gênero *Lyssavirus*. A Raiva dos Herbívoros é um mal que tem como agente transmissor principal o morcego hematófago *Desmodus rotundus*. Com a colonização européia no continente americano e a introdução dos animais domésticos, principalmente bovinos e eqüinos, além das alterações ambientais conseqüentes, foram proporcionadas condições ideais para a proliferação do *Desmodus rotundus*. Um surto ocorrido na Ilha de Santa Catarina que estabeleceu a definitiva relação entre a mordedura pelo morcego hematófago e a ocorrência da raiva bovina e eqüina. As condições de meio ambiente existentes no Brasil vêm favorecendo o aumento da população de morcegos hematófagos. Considerando a circulação do vírus da raiva entre as populações de quirópteros (ciclo aéreo da raiva), e a importância do morcego hematófago na epidemiologia desta doença nos herbívoros, medidas criteriosas e efetivas de controle devem ser seguidas. O herbívoro agredido pelo morcego pode infectar o homem, pois este, desconhecendo que se trata de um caso de raiva, ao perceber que o animal parece engasgado, com dificuldade para engolir, pode manipular o animal, na tentativa de ajudá-lo.

Tabela 05: Desempenho Operacional
Atividade: Controle e erradicação Brucelose e da Tuberculose

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2008	2009		2008/2009	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Períod Ant.	% executada / Meta Progr.
Habilitação de médicos veterinários para execução das ações do programa.	Nº de Habilitações	SC	40	Demanda	42	105	100
Treinamento para habilitação de médicos veterinários	Nº de Habilitações	SC	3	-	01	33	-
Reunião com criadores de gado de leite	Nº de Reuniões	SC	12	-	09	75	-
Palestra para técnicos oficiais e privados	Nº de Palestras	SC	3	-	07	233	-
Propriedades certificadas	Nº de Propriedades	SC	11	Demanda	06	54,5	100
Propriedades em processo de certificação	Nº de Propriedades	SC	35	-	09	25,7	-
Fiscalização e acompanhamento em propriedades em processo de certificação e saneamento	Nº de Fiscalizações	SC	11	-	06	54,5	-
Participação em reunião nacional sobre o programa	Nº de Palestras	SC	0	Demanda	02	200	100

Comentário:

Apesar da realização de 01(um) curso de treinamento necessário para habilitação de técnicos junto ao PNCEBT²⁴ pela entidade credenciada em Santa Catarina, 42(quarenta e dois) profissionais da área privada requereram e foram habilitados pela SFA-SC. Persiste a boa receptividade por parte dos criadores, pela continuidade do fundo para indenização dos animais positivos destruídos ou sacrificados, apesar da morosidade gerada pelo processo burocrático até o efetivo pagamento.

No entanto enfrenta-se entraves no desenvolvimento das atividades, como é o caso do número reduzido de profissionais do órgão Executor (CIDASC) para a realização das

²⁴ Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal.

monitorias e fiscalizações das ações desenvolvidas pelos Médicos Veterinários habilitados no PNCEBT.

Apesar de a CIDASC dispor de 19 unidades regionais de defesa sanitária animal e contar com aproximadamente 193 médicos veterinários em seu quadro de funcionários, 80 receberam treinamento para desencadear ações relativas ao PNCEBT no Estado. Constatou-se que, devido ao estabelecimento de um Plano de demissão incentivada no órgão Estadual de defesa sanitária animal, as ações relativas ao programa não alcançaram os objetivos almejados e poderão ser prejudicadas se não houver a contratação de novos técnicos, caso contrário as ações do órgão estadual de defesa referente ao programa limitar-se-ão ao encaminhamento de documentos para Habilitação e emissão de laudos de vistorias.

Reiteramos que o acompanhamento e fiscalização das atividades no PNCEBT desenvolvidas pelos Médicos Veterinários Habilitados, até o momento não obtiveram a atenção merecida pelo Órgão Estadual de Defesa como atividade de fundamental importância para garantir a credibilidade do PNCEBT junto aos criadores, agroindústria e a população do nosso Estado, apesar de tratar-se do controle e erradicação de duas zoonoses. Outro entrave é a inexistência de divulgação oficial do programa para os setores envolvidos, desde os criadores, agroindústrias e consumidores.

*Tabela 06 – Desempenho Operacional
Atividade: Sanidade Suídea*

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Univer so de Atuaç ão	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2008	2009		2008/20	Eficácia
			Executa das	Progra madas	Executa das	% executa da / Períod Ant.	% executa da / Meta Progr.
emissão de certificações para granjas de reprodutores suínos certificadas	Nº de certificações	SC	360	350	279	77,5%	79,7%
análises técnicas dirigidas às novas certificações de granjas de reprodutores suínos	Nº de análises	SC	20	20	26	130%	130%
análises técnicas para definição de propriedades que possam servir de entreposto para reprodutores suínos oriundos de outras unidades da Federação	Nº de análises	SC	02	01	02	100%	200%
Participações em reuniões técnicas no nível estadual	Nº participações	SC	8	5	10	87,5%	200%

Programar roteiros e acompanhar missões técnicas internacionais	Nº de programações	SC	4	2	03	75%	150%
elaborar relatórios mensais que estampam a movimentação interestadual de suínos	Nº relatórios	SC	12	12	12	100%	100%
verificar e acompanhar o cumprimento, por parte do Órgão executor, das ações de contidas no PNSS em Santa Catarina	Nº de verificações e acompanhamentos	SC	23	30	22	95,7%	73,3%
proceder orientações técnicas ao Órgão executor das ações de saúde animal relativas à exportação de reprodutores suínos	Nº de orientações	SC	1	3	01	100%	33,3%
acompanhamento das ações relativas à exportação de reprodutores suínos	Nº de acompanhamentos	SC	1	3	01	100%	33,3%
Avaliações técnicas para autorização de funcionamento de quarentenários de suínos para exportação	Nº de avaliações	SC	1	1	--	--	--

Comentário:

O planejado para o exercício de 2009, mesmo com resultados não coincidentes em alguns “Objetivos / Metas Operacionais” programados, teve, em termos de eficácia, o alcance esperado.

O não atingimento de algumas metas operacionais conforme o programado, como também, o extrapolar de algumas metas operacionais programadas, ocorreram dentro de um aceitável diferencial plenamente justificável e aceitável.

A ação teve uma execução a contento durante o exercício de 2009 conforme se depreende não só pelos números relatados, como também, pela condição sanitária de que é dotado o Estado de Santa Catarina no que respeita às patologias que incidem sobre a espécie suína.

Avaliamos que as atividades executadas foram em patamar aceitável, principalmente se considerarmos os reflexos absolutamente positivos que a referida atividade detém no aspecto econômico desta Unidade da Federação, no que diz respeito ao comércio de produtos, tanto nacional, quanto internacional, de produtos de origem animal.

Além do mais, a vinda de Missão Técnica da União Européia durante o exercício relatado, visando analisar as ações de saúde animal desenvolvidas nesta Unidade da

Federação, mostra bem o que representa em termos de eficiência o alcance das metas, oportunizando a abertura de novos mercados promissores para a produção suína catarinense e nacional.

*Tabela 07 – Desempenho Operacional
Atividade Sanidade Equídea*

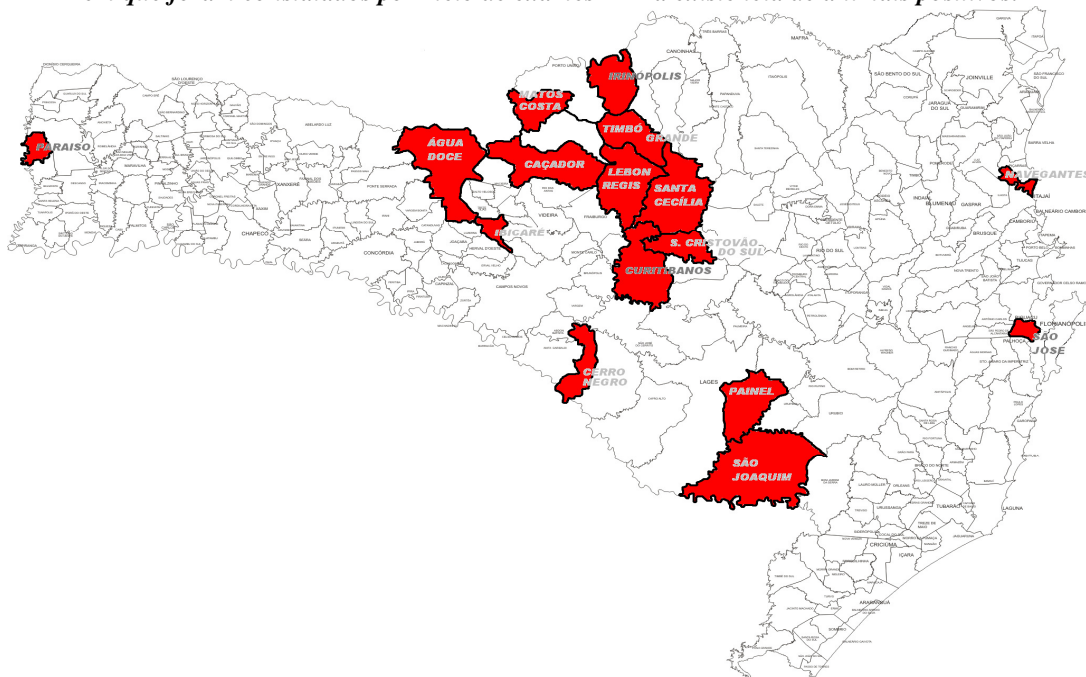
Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2008	2009		2008 /	Eficácia
			Execu- tadas	Progra- madas	Execu- tadas	% executa- da / Períod Ant.	% executa- da / Meta Progr.
Autorizações de sacrifício de positivos para AIE	Autorização	SC	15	Demanda	30	200%	100%
Número de exames de AIE realizados de animais de Santa Catarina	Exame	SC	15597	Demanda	24.804	159%	100%
Fiscalizar laboratórios credenciados para AIE	Fiscalização	SC	1	Demanda	0	-	-
Supervisionar de escritórios locais	supervisão	SC	0	-	1	-	-
Participação em evento técnico	Evento	IND	0	Demanda	1	-	100%
Fiscalização de eventos com aglomeração de eqüídeos	Evento		-	-	2	-	-
Reunião com criadores e profissionais em CTG	Reunião	SC	0	demanda	7	-	100%

Dentro dos exames de AIE realizados no decorrer do exercício findo, foram constatados animais positivos em número 30, sendo que estes estavam distribuídos em 20 propriedades (Tabela 08), sendo que a concentração maior de municípios se deu na região noroeste da serra catarinense (Figura 01).

Tabela 08 – Discrecionário do registro de exames AIE positivo.

MUNICÍPIO	Nº PROPRIEDADES	ESPÉCIE	Nº ANIMAIS	MÊS
ÁGUA DOCE	1	MUAR	1	JANEIRO
MATOS COSTA	2	EQUINA	3	FEVER/ABRIL
LEBON REGIS	3	EQUINA	4	MAR/MAI/NOV
IRIENÓPOLIS	1	EQUINA	1	ABRIL
SÃO JOAQUIM	1	EQUINA	1	MAIO
SÃO JOSÉ	2	EQUINA	3	AGOSTO
SANTA CECÍLIA	2	EQUINA	2	SET / NOV
IBICARÉ	1	EQUINA	2	OUT/DEZ
CERRO NEGRO	1	EQUINA	1	OUTUBRO
CURITIBANOS	1	EQUINA	1	OUTUBRO
NAVEGANTES	1	EQUINA	3	OUT / NOV
PARAISO	1	EQUINA	1	NOVEMBRO
PAINEL	1	EQUINA	1	NOVEMBRO
TIMBÓ GRANDE	1	EQUINA	5	DEZEMBRO
S. CRISTOVÃO DO SUL	1	EQUINA	1	DEZEMBRO
15 MUNICÍPIOS	20	-	30	-

Figura 01 – Mapa do Estado de Santa Catarina com identificação dos municípios em que foram constatados por meio de exames AIE a existência de animais positivos.



Comentário:

As ações do PNSE²⁵ foram intensificadas no ano de 2009 junto ao Órgão Executor Estadual CIDASC no acompanhamento de eventos com aglomeração de animais. Isso gerou um maior número de exames, reuniões técnicas nas regionais envolvendo RT, criadores, responsáveis pela organização de eventos, médicos veterinários oficiais e privados.

*Tabela 09 – Desempenho Operacional
Atividade Sanidade – PNCR- Campanha Bovino Vivo*

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2008	2009		2008 /	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Período Ant.	% executada / Meta Progr.
Coletas de amostras de urina para pesquisa de substâncias anabolizantes	Coleta amostra urina	SC	20	demanda	20	100%	100%

A determinação do número e período de coletas é feita pela coordenação do Programa. As coletas de urina em bovinos vivos são efetuadas nas propriedades em diversas reuniões do Estado. As amostras são encaminhadas para o Laboratório Microbiótico em Campinas - SP para pesquisa de substâncias anabolizantes.

Durante o ano de 2008, as coletas foram efetuadas pelos médicos veterinários do órgão de defesa sanitária estadual (CIDASC) sob a coordenação do SEDESA/SFA/SC. A partir de 2009 as coletas passaram a ser efetuadas pelos fiscais federais agropecuários do SEDESA/SFA/SC com o apoio da CIDASC.

²⁵ Programa Nacional de Sanidade de Equídeos.

*Tabela 10 – Desempenho Operacional
Atividade de Caprinos e Ovinos*

<i>Objetivos / Metas Operacionais</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Universo de Atuação</i>	<i>Atividades Desenvolvidas</i>			<i>Indicadores</i>	
			<i>2008</i>	<i>2009</i>		<i>2008/2009</i>	<i>Eficácia</i>
			<i>Executa- das</i>	<i>Programa- das</i>	<i>Executa- das</i>	<i>% executada / Períod Ant.</i>	<i>% executada / Mata Progr.</i>
Reunir profissionais de diferentes instituições afins com o setor da caprinovicultura no Estado de SC no ano de 2009.	Reunião	IND	2	1	1	50%	100%
Auditar 20% dos estabelecimentos de comércio de caprinos e ovinos registrados em associações de registro de genealogia no Estado de SC no ano de 2009.	Auditoria	ESTAB. REGIS-TRADOS	0	0	0	0%	0%
Fiscalizar 20% dos estabelecimentos de reprodução de caprinos e ovinos, no Estado de SC no ano de 2009	Fisca- lização	ESTAB. REPRO- DUÇÃO	0	0	0	0%	0%
Supervisionar o controle de trânsito e a entrada de caprinos e ovinos em 10% dos eventos agropecuários realizados no Estado de SC no ano de 2009.	Supervi- são	SC	0	5	0	0%	0%
Atender 60% das demandas de participação nos eventos.	Demanda	IND	0	2	0	0%	0%

Comentário:

Esta área de atuação ficou prejudicada devido ao acúmulo de atividades administrativas e técnicas por parte do SEDESA/SC.

Verificamos a necessidade de acompanhamento mais ativo e permanente no que diz respeito aos cuidados sanitários e zootécnicos em estabelecimentos de reprodução de caprinos e ovinos, no entanto, para melhor atuação neste meio, detectamos a carecemos de treinamento e diretrizes específicas do programa para o atendimento das peculiaridades das espécies em questão.

Tabela 11 – Desempenho Operacional
Atividade: Animais Aquáticos

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2008	2009		2008/2009	Eficácia
			Executa- das	Programa- das	Executa- das	% executada / Períod Ant.	% executada / Meta Progr.
Reunir profissionais de diferentes instituições afins com o setor de carcinicultura no Estado de SC no ano de 2008.	Reunião	IND	22	2	3	14%	150%
Constituição do Grupo Especial Multidisciplinar para sanidade na malacocultura.	Grupo	SC	1	1	0	0%	0%
Treinamento de médicos veterinários oficiais, credenciados e responsáveis técnicos.	Treina- mento	IND	8	3	5	63%	167%
Treinamento de outros profissionais e produtores em sanidade de animais aquáticos.	Treina- mento	IND	13	2	2	15%	100%
Supervisionar as ações de controle de trânsito de animais e produtos de origem em animais aquáticos.	Supervi- são	SC	16	4	4	25%	100%
Implementar procedimentos de biossegurança e controle sanitário em estabelecimentos de repro- dução e recria de invertebrados aquáticos.	Estabele- cimento	SC	8	2	2	25%	100%
Participar de reuniões e eventos técnicos para tratar de assuntos relacionados com a aqüicultura.	reunião/ eventos	IND	7	4	4	57%	100%

Comentário:

Dentre as ações de maior relevância para o programa de sanidade de animais aquáticos, podemos destacar as seguintes: participar e contribuir na elaboração do Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos e na revisão da Instrução Normativa 53/2003; participar e contribuir para a elaboração do Regulamento Técnico do PNSAA; participar e contribuir na elaboração do regulamento para certificação de estabelecimentos de reprodução e recria de invertebrados marinhos; participar na identificação de logística para a realização do treinamento dos fiscais federais, médicos veterinários, com atuação no PNSAA, ocorrido na

Estação Quarentenária de Cananéia²⁶. Outras atividades constaram da elaboração de pareceres técnicos, reuniões, esclarecimentos, orientações e convocações.

Como entraves para melhor desenvolvimento dos objetivos propostos, citamos a existência de lacuna na legislação específica o que dificultam as ações sanitárias necessárias vinculadas, as quais precisam buscar embasamento legal em outras normas.

*Tabela 12 – Desempenho Operacional
Atividade: Sanidade Apícola*

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2008	2009		2008/2009	Eficácia
			Executa- das	Programa- das	Executa- das	% executada / Períod Ant.	% executada / Meta Progr.
Reunir profissionais de diferentes instituições afins com o setor de apicultura no Estado de SC no ano de 2008.	Reunião	IND	0	1	0	-0-	0%
Constituição do Grupo Especial Multidisciplinar para sanidade apícola.	Grupo	SC	0	1	0	-0-	0%
Supervisionar as ações de controle de trânsito de animais e produtos de origem em apicultura.	Super- visão	IND	0	3	0	-0-	0%
Participar de reuniões e eventos técnicos para tratar de assuntos relacionados com a apicultura.	Reunião e Eventos	IND	0	3	1	-0-	33%

Comentário:

O estado de Santa Catarina já ocupou a posição de maior produtor nacional de mel e atualmente aparece em quarto lugar, com uma produção anual de cerca de 3,6 mil toneladas.

Esta área ficou prejudicada devido ao acúmulo de atividades administrativas e técnicas por parte do SEDESA/SC. Não obstante, verificamos a necessidade de acompanhamento mais ativo e permanente no que diz respeito aos cuidados sanitários. Todavia, carecemos de treinamento e diretrizes específicas do programa para o atendimento das peculiaridades das espécies em questão.

²⁶ Estação Quarentenária de Cananéia – EQC, mantida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem como objetivo manter os animais estrangeiros em quarentena, para evitar que possíveis vírus ou doenças que não são nativas se instalem no país. As instalações da estação servem ainda para cursos e treinamentos na área veterinária, apoio técnico e logístico ao Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) e ações de interesse de outras unidades organizacionais.

Frente a isto, identificam-se entraves que para uma perfeita atuação, tais como: 1)- dificuldades para implementar ações de fiscalização de barreiras sanitárias com propósito de mitigar o risco de ingresso de agentes patogênicos possíveis de causar prejuízos aos cultivos; e, 2)- implementar no Estado ações específicas de defesa sanitária animal, bem como capacitar profissionais para atuação no programa.

Considerações Finais:

O SEDESA/SC dispõe de um número reduzido de fiscais federais agropecuários, médicos veterinários para a demanda institucional. Ademais, a deficiência de material e também de apoio administrativo impõe desvio de função, ocupando estes profissionais em atividades como recebimento e protocolo de documentos, serviços burocráticos entre outros. Pertinentes as atividades técnicas do SEDESA/SC registra-se como sugestões as abaixo transcritas:

- a)** necessidade de institucionalização de fiscalização do trânsito de produtos de origem animal em vôos nacionais, bem como desenvolver ações de orientações às empresas de transporte rodoviário coletivo para os riscos sanitários advindos dos passageiros e suas respectivas bagagens; alertar das responsabilidades civis e criminais, com o propósito de mitigar o risco de ingresso de produtos de zonas de risco diferenciado;
- b)** tornar exeqüível a fiscalização em exposições e feiras agropecuárias;
- c)** padronização de procedimentos e formulários para atuação em fiscalização, supervisão e auditorias;
- d)** reavaliar metodologia para cobrança junto ao órgão executor das demandas do SEDESA/SC;
- e)** articular junto ao órgão executor o encaminhamento ao SEDESA/SC dos relatórios do trânsito animal, contendo todas as informações capazes de atender as exigências da defesa;
- f)** articular junto ao órgão executor a padronização de procedimentos e formulários capazes de viabilizar o perfeito acompanhamento do sistema Autotrac;
- g)** ajustar a interface SEDESA/SC x CIDASC para acesso ao sistema SIGEN e de GTA, permitindo aos FFA a emissão de relatórios;
- h)** necessidade de fiscalizar o uso de produtos veterinários em pesque-pagues;
- i)** a falta de recursos financeiros e de pessoal na CIDASC no ano de 2009, embora se tenha inúmeras vezes alertado; a falta de resposta a diversos documentos foram entraves importantes;

4.3 – PROGRAMA 0375

QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

a) Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade, qualidade, identidade ou procedência dos insumos básicos e serviços colocados à disposição dos produtores.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Girabis Evangelista Ramos-DFIA
Gerente executivo	Maria Angélica Ribeiro de Oliveira-DFIP
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, exportadores e importadores, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

b) Objetivos

Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, bem como a garantia de níveis adequados de conformidade, qualidade, identidade ou procedência dos insumos básicos e serviços colocados à disposição dos usuários.

c) Principais ações do Programa

As principais ações inseridas neste Programa destacam-se pela execução das atividades de fiscalização, supervisão, auditorias, inspeção, registro, credenciamento, controle e acompanhamento submetido aos estabelecimentos ou pessoas que comerciam, produzam, importam, exportam, manipulam, usem e ou prestam serviço dos insumos: material genérico,

alimentos para animais e ingredientes, fertilizantes e corretivos, inoculantes e biofertilizantes, sementes e mudas, produtos veterinários, agrotóxicos, aviação e mecanização agrícolas e demais insumos e serviços utilizados na agropecuária com o objetivo de garantir os padrões de qualidade, identidade ou procedência e a conformidade desses produtos e serviços.

O Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG, da Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina, executa as ações de competência regimental através dos Planos Internos (PI's): FISCALSEM1, FISFECOI, FISCAGRIC1, FISAGROTOX, FISCINAN, FISCGENE e FISPROVET, contando com os servidores lotados neste Serviço responsáveis pelo planejamento e execução das respectivas ações a nível local, atendendo ao que dispõe os Programas contemplados no Plano Plurianual-PPA 2008-2011 .

2019 - Fiscalização de Material Genético Animal.

2124 - Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal.

2140 - Fiscalização de produtos de Uso Veterinário.

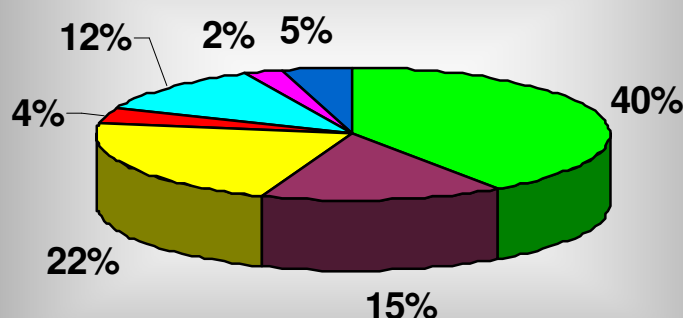
2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas

2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas

2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Proporcionalidade entre Elementos de Despesas em Ações do Programa



3390.14	3390.30	3390.33	3390.36	3390.39
3390.92	4490.52			

Ação: 2019
Fiscalização de Material Genético Animal
- FISCGENE -

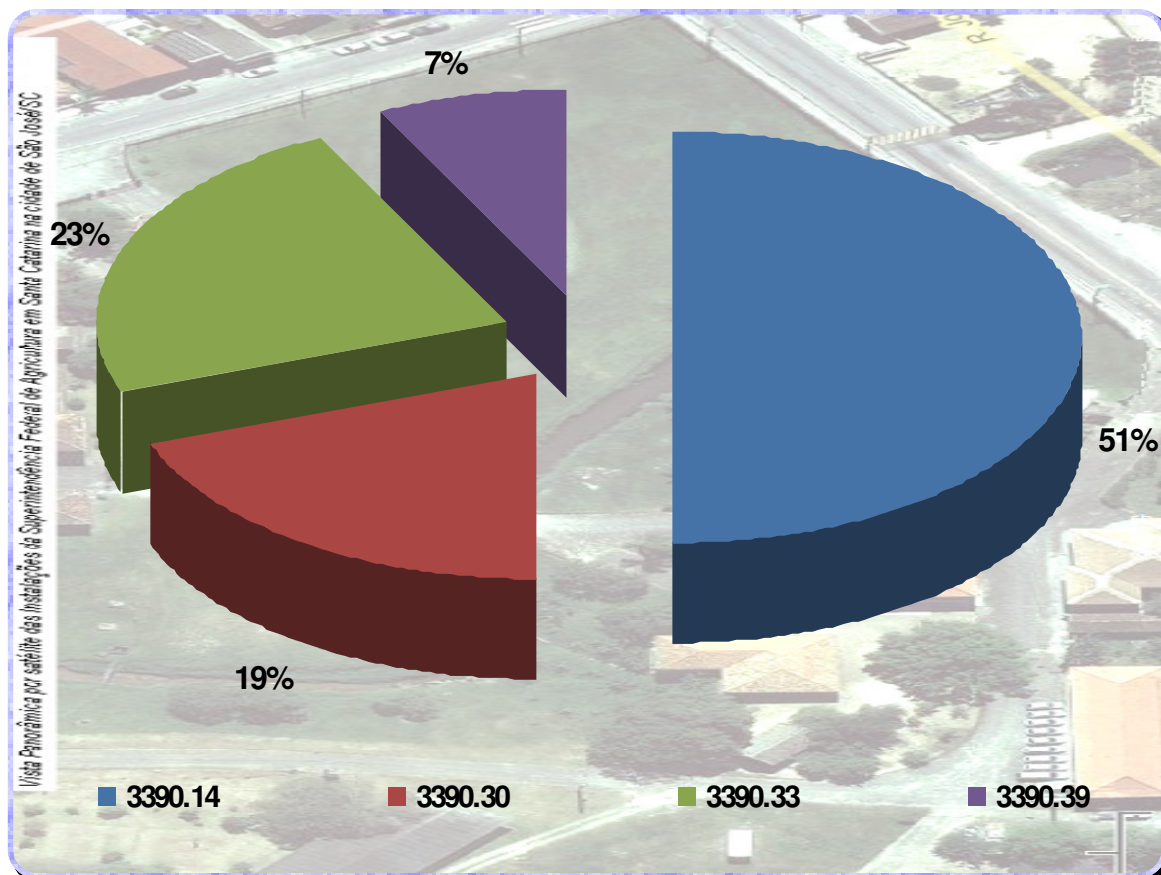
Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores com vistas ao aumento da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal; verificação da conformidade e análise fiscal de amostras de material genético animal; inscrição e certificação de técnicos; realização ou participação em eventos técnicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:	DMG/DFIP/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA-SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Beronete Barros de Freitas Araújo
Responsável pela execução da ação no nível local	Sergio José da Silveira

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	14.140,17	14.140,17	100%
Materiais de Consumo	3390.30	5.470,00	5.470,00	100%
Passagens	3390.33	6.500,00	6.500,00	100%
Serviços	3390.39	2.718,83	2.100,00	77,24%
Total	-	28.829,00	28.210,17	97,85%

Proporcionalidade de Aplicação dos Recursos Executados por Elementos de Despesas



Comentário:

No tocante aos recursos, constatamos o atendimento, a contento, das solicitações de descentralização financeiras necessárias a suprir despesas com deslocamento de técnicos, entre elas, pagamento de diárias, combustível e passagens aéreas.

Entretanto, observação se faz na análise dos gastos registrados neste Plano Interno da Ação de Fiscalização de Material Genético Animal, que apresentou um gasto total executado de R\$ 28.210,17, no entanto, desse montante parte foi direcionado para custeio da manutenção da estrutura de funcionamento utilizada por esta atividade.

Além dos gastos apresentado na tabela acima foram custeados pela Unidade Central os valores abaixo:

- 1) 3390.14 - Diárias custeada pelo DFIP (R\$1.022,16) para participação na Reunião Técnica Nacional sobre Ações e Procedimentos de Fiscalização e Insumos Pecuários.
- 2) 3390.33 - Passagem aérea custeada pelo DFIP (R\$1.207,24) para o mesmo evento.
- 3) 3390.33 – R\$1.487,24 custeou a passagem do FFA Márcio A Schambeck responsável pela atividade de fiscalização de Produtos Veterinários para participação da Reunião Técnica Nacional sobre Ações e Procedimentos de Fiscalização e Insumos Pecuários do DFIP/SDA/MAPA.

Tabela 3: Desempenho Operacional

Objetivos / Metas Operacionais	Atividades Desenvolvidas	
	2008	2009
	Executadas	Executadas
Estabelecimentos registrados	87	55
Estabelecimentos atualizados	90	50
Inscrições/baixas de reprodutores bovinos	Inscrição: 00	Inscrição: 00
	Baixa: 03	Baixa: 01
Importações de material genético	21	46
Auditorias realizadas	11	02
Participação em congressos	01	01
Participação em reuniões técnicas/ Cursos DMG	04	02
Fiscalizações	306	104

Comentário:

As principais metas desempenhadas na Ação de Fiscalização de Material Genérico Animal no Estado são: registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores de material genético. O foco da atuação das ações desta atividade no exercício de 2009 foi direcionado à adequação dos estabelecimentos avícolas de produção de ovos férteis para incubação e os respectivos incubatórios à Instrução Normativa 56/2007, que estabeleceu novos procedimentos para registro, despendendo grande parte do tempo no atendimento desta demanda. Foram 51 estabelecimentos avícolas e 04 CCPS²⁷ de suínos registrados.

Ressalva se faz quanto ao quadro técnico disponibilizado para execução das atividades desta Ação, contando, atualmente, com apenas um Médico Veterinário e um Auxiliar Técnico, revelando-se isto em um entrave para atendimento a demanda crescente da atividade no Estado. O FFA do PI FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal, é requisitado, ainda, pela Divisão de Material Genético em Brasília para participar de Auditorias em Centros de Coleta e Processamento de Sêmen e de Transferência de Embriões nas mais diversas Unidades da Federação, ocorrendo também, com menos frequência, fiscalização de estabelecimentos avícolas e treinamento de técnicos de outros Estados nesta atividade.

As tabelas resumem o desempenho da atividade no exercício de 2009, demonstrando o grau de eficiência e eficácia com que foi gerenciada esta atividade, procurando sempre otimizar os recursos financeiros e humanos com objetivo do alcance das metas desta Ação. As fiscalizações, neste exercício, foram aquém do programado devido a atividades administrativas geradas pela emissão de novos registros e alteração da razão social de duas empresas de grande porte.

O Impacto Social nas comunidades onde acontecem as atividades deste setor são de extrema importância para o agronegócio nacional, tendo em vista viabilizar o comércio regular e legal dos produtos produzidos (ovos para incubação, aves e ratitas para corte, animais para reposição em plantéis e granjas de suínos e sêmen congelado de bovinos para melhoria dos plantéis estaduais), insumos de valor agregado que fazem parte da cadeia produtiva do estado catarinense e da nação brasileira.

²⁷ Centro de Coleta e Processamento de Sêmen de Suíno.

Ação: 2124
Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal
- FISCINAN -

Tabela 1: Dados gerais da ação

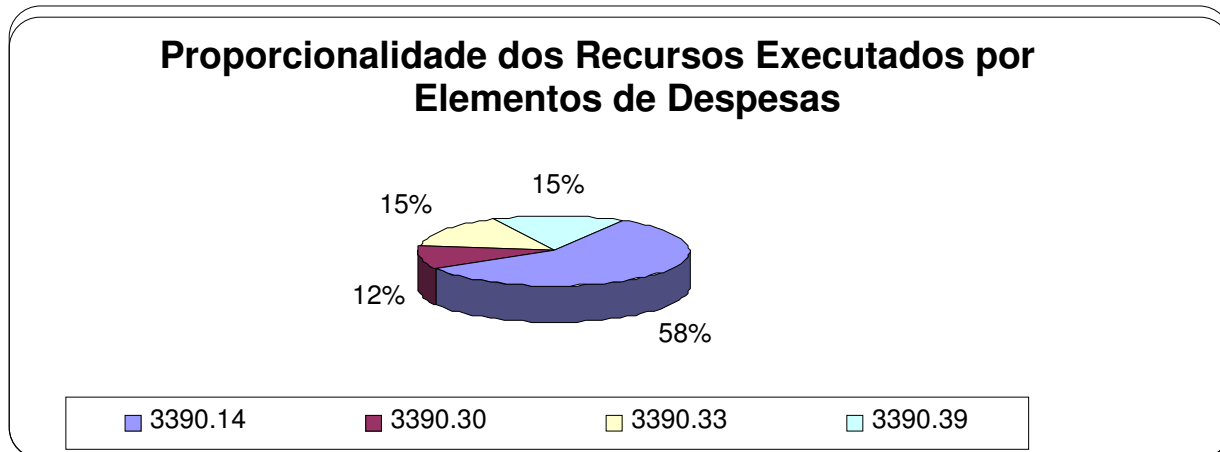
Tipo	Finalística
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal.
Descrição	<p>A Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal consiste na execução dos procedimentos de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Registro e/ou fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, núcleos, premixes, suplementos, alimentos, concentrados, rações e aditivos; 2- Registro e fiscalização da conformidade da formulação e das informações presentes nos produtos ofertados ao mercado; 3- Fiscalização da conformidade nutricional dos produtos mediante realização de análises fiscais; 4- Fiscalização da conformidade microbiológica dos produtos mediante análises fiscais; 5- Fiscalização através de análise fiscais, dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para ruminantes como medida preventiva à BSE (Vaca Louca); 6- Execução de processo investigativo visando identificar as causas de violações de resíduos detectadas pelo Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC; 7- Fiscalização através de auditoria, da implementação das boas práticas de fabricação – BPF e APPCC nos estabelecimentos; 8- Certificação da conformidade de produtos para fins de exportação; 9- Anuência para importação de insumos utilizados na indústria de alimentação animal; 10- Participação em reuniões, simpósios e congressos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA /DFIP/MAPA
Unidades executoras	Superintendência Federal de Santa Catarina - SFA/SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA-SC

Coord. Nacional da ação	Fernanda Marcussi Tucci
Responsável pela execução da ação no nível local	Marcelo Sêmola

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	19.585,18	19.585,18	100%
Materiais de Consumo	3390.30	3.900,00	3.900,00	100%
Passagens	3390.33	5.075,00	5.075,00	100%
Serviços	3390.39	5.238,66	5.238,66	100%
Total	-	33.798,84	33.798,84	100%

Proporcionalidade de Aplicação dos Recursos Executados por Elementos de Despesas



Comentário:

A descentralização dos recursos para pagamento de diárias, combustível e passagens aéreas ocorreu em tempo hábil para sua adequada aplicação;

A disponibilidade de veículos para realização de viagens com deslocamento terrestre foi adequada à necessidade da ação;

Foram executados 100 % dos recursos financeiros disponibilizados pelo órgão central.

Como forma de demonstração da aplicação dos recursos disponíveis (fig 01), pode-se constatar que a maior parcela foi aplicada no pagamento de diárias por conta de deslocamentos efetuados pelos técnicos da SFA/SC, em cumprimento as metas fixadas no planejamento de trabalho para o exercício de 2009.

Cabe alertar que se o quadro funcional fosse ampliado para atender adequadamente às demandas da ação, o aporte de recursos no volume supracitado teria sido insuficiente.

Tabela 3: Desempenho Operacional

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Atividades Desenvolvidas		
		2008	2009	
		Executadas	Programadas	Executadas
Fiscalização Realizada	Nº	97	88	109
Investigação do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC	Nº	10	Não Programável	5
Investigação de Denúncia**	Nº	6	Não Programável	6
Fiscalização Clandestino***	Nº	3	Não Programável	13
Estabelecimento Registrado	Nº	8	Não Programável	4
Produto Registrado	Nº	106	Não Programável	81
Anuência de Importação Concedida	Nº	941	Não Programável	953
Certificação de Exportação Emitida	Nº	76	Não Programável	93
Amostra Colhida para Análise Fiscal	Nº	89	243	117
Auto de Infração Lavrado	Nº	15	Não Programável	117
Termo de Interdição Temporária Lavrado	Nº	10	Não Programável	3
Participação em Reunião/Evento Externo****	Nº	4	Não Programável	4

Fonte: Relatório de gestão do PI FISCINAN no ano de 2008 e relatórios mensais de atividades do PI FISCINAN em 2009.

*Os estabelecimentos fiscalizados durante o processo investigatório foram contabilizados no item “Fiscalização Realizada”.

**Os estabelecimentos fiscalizados na investigação à denúncia foram contabilizados no item “Fiscalização Realizada”.

***Os estabelecimentos clandestinos fiscalizados também foram contabilizados no item “Fiscalização Realizada”.

****Foi contabilizada apenas uma unidade por evento que tenha contado com a participação de algum servidor do PI FISCINAN, mesmo quando tenha ocorrido a participação de mais de um servidor do PI no evento.

Comentário:

A atividade passa por uma profunda modernização de suas ferramentas regulatórias (IN 15/09, IN22/09, IN 30/09, IN 66/09, Decreto 6.296/07 e 7.045/09, etc.) que tem exigido grande dedicação dos servidores para estudo, discussão e implementação das mudanças geradas.

De acordo com levantamento realizado, em dezembro de 2009 tínhamos 299 estabelecimentos (fabricantes e/ou importadores) registrados em Santa Catarina como atuantes na área de alimentação animal.

O atual número de servidores disponíveis (tabela 02) para execução das atividades relativas à ação é considerado insuficiente para o desempenho da ação.

A ausência de servidores administrativos agrava ainda mais a carência de servidores da área técnica que acabam tendo que acumular a execução de atividades de cunho administrativo.

Frente a esse cenário de escassez de pessoal, abertura de outras frentes de trabalho e novos desafios, estamos investindo esforços na adoção de tecnologias de processo a partir da padronização/otimização dos procedimentos internos, objetivando uma melhor distribuição das tarefas e conseqüente ganho de produtividade.

O treinamento dos servidores em temas do direito administrativo juntamente com capacitações na área técnica (exemplo: BPF - Boas Práticas de Fabricação) deve ser perseguido como forma de harmonizar conceitos e obtenção da conseqüente melhoria na qualidade dos trabalhos.

Outra medida que precisou ser adotada devido ao reduzido número de servidores foi a priorização de algumas atividades (investigação de denúncia, investigação de Aviso de Violação, anuência à importação, certificação de exportação, colheita de amostras para o programa de prevenção à BSE) em detrimento de outras.

No entanto, vale alertar que do grande volume dos requerimentos de importação apresentados e conformes (953 - tabela 04), 100% foram anuídos. Do mesmo modo, todos os certificados de exportação requeridos e conformes (93 – tabela 04) foram emitidos.

A colheita de amostras para análise fiscal foi também prejudicada pelo número reduzido de servidores atuantes no PI. No entanto, das 106 (cento e seis) amostras analisadas, menos que 20 % (17 amostras = 16,04%) tiveram resultado não conforme.

Apesar dos problemas quanto à colheita de amostras para análise fiscal, como reflexo da atualização do aparato legal constatamos uma intensificação do foco da atividade de fiscalização na avaliação através de auditoria da conformidade do processo produtivo dos estabelecimentos como um todo.

A meta de fiscalizações estabelecida para 2009 de forma proporcional ao número de servidores disponíveis (tabela 04) foi superada em 23,86%. Vale alertar que devido à grande variação de tempo demandado por cada tipo de fiscalização (exemplo: uma auditoria requer por volta de 3 dias inteiros num estabelecimento, enquanto uma fiscalização para colheita de amostras pode ser realizada em apenas uma manhã), este índice acaba não sendo plenamente esclarecedor do volume de trabalho realizado a campo.

Para concluir, alertamos para a grande importância nacional da pecuária catarinense, em especial sua avicultura e suinocultura. Segundo a Associação Catarinense de Criadores de Suínos – ACCS a suinocultura do estado responde por 25% da produção nacional, além de ser o maior negócio de Santa Catarina, representando 21% do PIB estadual. Já a União Brasileira de Avicultura – UBA em seu relatório anual 2007/2008 informa que Santa Catarina foi o segundo maior estado no número de matrizes de corte alojadas (18,99% do total nacional) e o maior estado exportador de carne de frango, com participação de 28,39% do total nacional no ano de 2007. É sempre válido lembrar que a alimentação animal é responsável por 60 a 70 % do custo de produção da indústria animal.

Mediante o exposto, torna-se clara a magnitude da Ação de Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal, merecendo assim, investimento proporcional à sua importância, para que possa contribuir de maneira eficaz na oferta de produtos com qualidade e inocuidade garantida.

Ação: 2140
Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
- FISPROVET -

Tabela 1: Dados gerais da ação

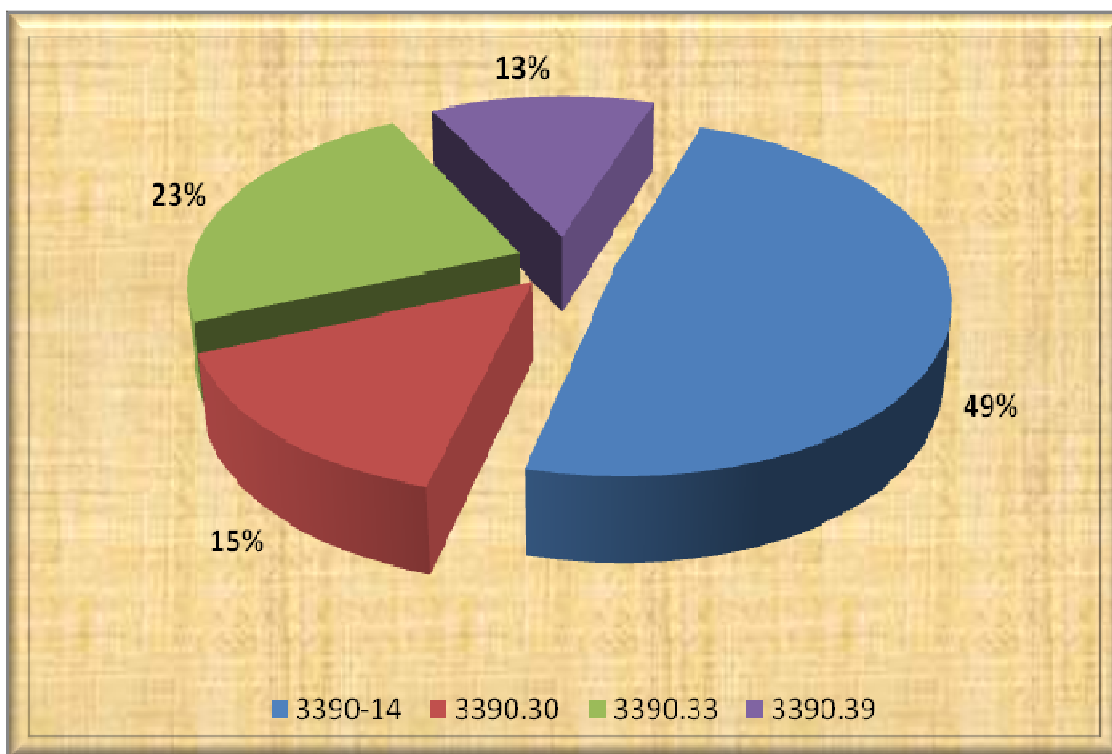
Tipo	Finalística
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	<p>A Fiscalização de produtos de uso veterinários FISPROVET consiste na execução dos processos de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Registro inicial e renovações de licença de funcionamento dos estabelecimentos fabricantes, manipuladores, importadores e comerciais de produtos de uso veterinário de natureza farmacêutica, biológica e farmoquímica. 2) Fiscalização e inspeção estabelecimentos fabricantes , manipuladores e importadores visando a aplicação das Boas Práticas de Fabricação e comerciais de produtos de uso veterinário visando coibir comercio de produtos impróprios para o uso veterinário. 3) Controle e autorização da importação de produtos de uso veterinário. 4) Renovações de licença de produtos de uso veterinário 5) Cadastro de produtos de uso veterinários isentos de registro de acordo com IN 37 e produtos homeopáticos veterinários. 6) Autorizar e supervisionar a fabricação de partidas-pilotos de produtos farmacêuticos veterinários. 7) Atendimento a denúncias de comercialização e fabricação de produtos clandestinos , visando a proteção da saúde pública. 8) Atendimento aos Avisos de Violação do Programa Nacional de Controle de Resíduos, visando a segurança alimentar.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA /DFIP/MAPA
Unidades executoras	Superintendência Federal de Santa Catarina – SFA-SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA-SC

Coord. Nacional da ação	Marcus Vinicius Leandro de Santana Júnior
Responsável pela execução da ação no nível local	Danilo Ferraz Silva - até julho de 2009 Márcio Antônio Schambeck – a partir de agosto de 2009

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	8.260,00	8.260,00	100%
Materiais de Consumo	3390.30	2.500,00	2.500,00	100%
Passagens	3390.33	4.000,00	4.000,00	100%
Serviços	3390.39	2.200,00	2.200,00	100%
Total	-	16.690,00	16.690,00	100%

Proporcionalidade de Aplicação dos Recursos Executados por Elementos de Despesas



Comentário:

No tocante aos recursos, constatamos o atendimento a contendo da programação orçamentária para o exercício, com a regularidade nas descentralizações necessárias a suprir despesas com deslocamento de técnicos, para pagamento de diárias, combustível e passagens aéreas.

Dos valores disponibilizados para esta atividade, foram efetivamente executados 100% dos recursos recebidos para os elementos de despesa, sendo que a partir do mês de junho foram reprogramadas as metas, tendo em vista que somente um Fiscal Federal Agropecuário estava integrado ao setor de produtos de uso veterinário (FISPROVET).

Tabela 3: Desempenho Operacional

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas		
			2008	2009	
			Executadas	Programadas	Executadas
Fiscalização em estabelecimentos fabricantes/importadores.	Fiscalização	SEFAG/SC	41	19	20
Fiscalização de estabelecimentos comerciais.	Fiscalização	SEFAG/SC	62	61	64
Licenciamento de novos estabelecimentos fabricantes/importadores.	Nº de inscrição	SEFAG/SC	3	Não programado	2
Renovação de licença de funcionamento de estabelecimento fabricantes/importadores.	Nº de inscrição	SEFAG/SC	18	Não programado	18
Licenciamento de novos estabelecimentos comerciais.	Nº	SEFAG/SC	17	Não programado	372
Renovação de Licenciamento de estabelecimentos comerciais	Nº	SEFAG/SC	233	Não programado	217
Autorização Importação de produtos de uso veterinário.	Nº Importação	SEFAG/SC	290	Não programado	206
Reunião Técnica com R.T de estabelecimentos.	Nº reunião	SEFAG/SC	21	Não programado	20
Cadastro de produtos isentos de registro e homeopáticos.	Nº Cadastros	SEFAG/SC	40	Não programado	37
Renovação de licença de produtos de uso veterinário.	Nº renovações	SEFAG/SC	6	Não programado	9
Investigação de denúncias	N} de denúncias	SEFAG/SC	3	Não Programado	3
Autorização de fabricação de partida piloto	N} de autorizações	SEFAG/SC	1	Não programado	0
Auto de Infração	Nº	SEFAG/SC	23	Não programado	48

Investigação de Avisos de Violação do PNCR - Programa Nacional de Controle de Resíduos	Nº	SEFAG/SC	3	Não Programado	3
--	----	----------	---	----------------	---

Comentário:

Diante do universo de ação acima apresentado, programou-se inicialmente para o ano de 2009 o número de 121 fiscalizações.

Contudo, em função de problemas operacionais, devido à remoção de 01(um) Fiscal Federal Agropecuário no mês de julho/2009, deixando a equipe do PI FISPROVET somente 01 (um) Fiscal Federal Agropecuário, desde modo, houve necessidade de reprogramação das metas para 80 fiscalizações no ano corrente.

Destas, conseguiu-se efetivamente realizar 84 fiscalizações, representando 5% a mais do previsto corrigido em junho de 2009 (80 fiscalizações).

Embora o produto dessa ação admitido no SIPLAN seja apenas o numero de 84 fiscalizações realizadas, existem outras atividades de grande importância para consecução dos objetivos da ação. Notoriamente, cabe destacar análise de processos de registro (estabelecimentos fabricantes, manipuladores, comerciantes e produtos isentos de registro), autorizações de importação, investigação de Avisos de Violação do Programa Nacional de Controle de Resíduos, análise e relatoria dos processos administrativos oriundos dos Autos de Infração emitidos que despende grande parte do tempo disponível da equipe da área de atuação.

As metas físicas e financeiras foram totalmente realizadas.

Importante observar a tendência de crescimento do setor de fabricantes de produtos veterinários no estado de Santa Catarina, principalmente devido ao incremento do setor de avicultura, suinocultura, bovinocultura e pequenos animais.

Houve o incremento de dois novos estabelecimentos registrados como fabricantes e registro e com apoio dos órgãos estaduais (ICASA e CIDASC) houve um incremento de 372 novos registros de estabelecimentos comerciantes de produtos de uso veterinário junto ao SEFAG/DT/SFA-SC.

Tendo em vista este crescimento e a diminuição do quadro de Fiscais Federais Agropecuários na atividade de fiscalização de produtos veterinários, em decorrência da aposentadoria no primeiro semestre de 2008 de um Fiscal Federal Agropecuário e remoção um

Fiscal Federal Agropecuário no mês de julho/2009 para outra UF, reduziu em mais de 66% o quadro técnico do setor de produtos veterinários, no decorrer de um ano.

Há, hoje, somente um Fiscal Federal Agropecuário e é impreterível a necessidade do incremento de pelo menos mais dois Fiscais Federais Agropecuários e um servidor administrativo para evitar o comprometimento da eficiência e da eficácia da atividade de fiscalização de produtos de uso veterinário.

Ação: 2141
Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes
- FISFECOI -

Tabela 1: Dados gerais da ação

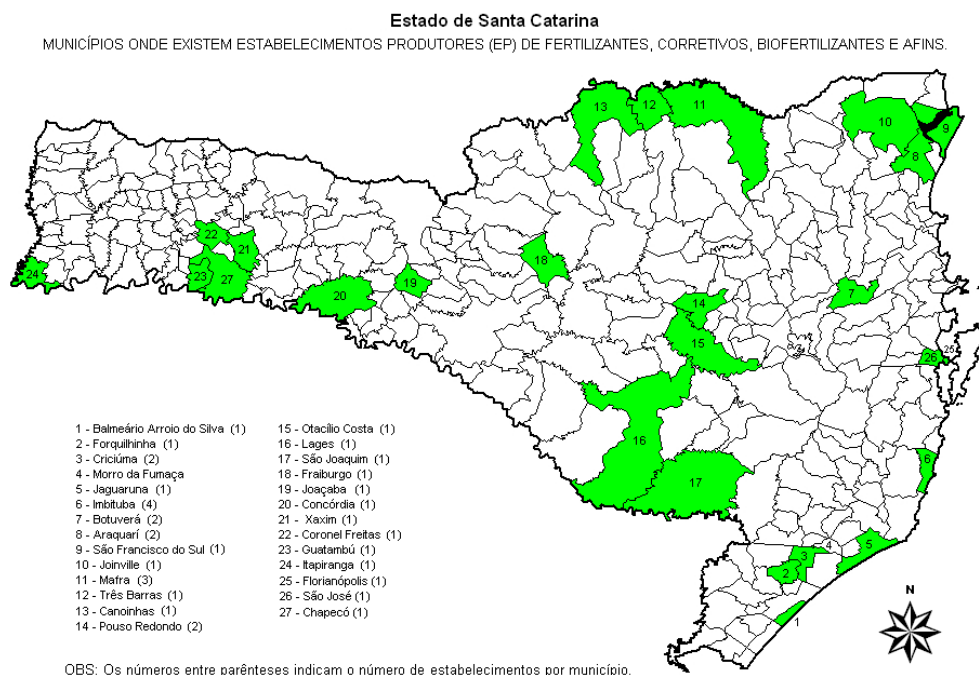
Tipo	Finalística
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	Registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes e biofertilizantes; inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; realização de reuniões técnicas, cursos, estágios e treinamentos em serviço para capacitação de fiscais; elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	i) CFIC/DFIA/SDA/MAPA
Unidade executora	SFA-SC
Área responsável por gerenciamento ou execução	j) SEFAG/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	FFA José Guilherme Tollstadius Leal
Responsável pela execução da ação no nível local	k) FFA André Luiz Rabello Vallim

Comentário:

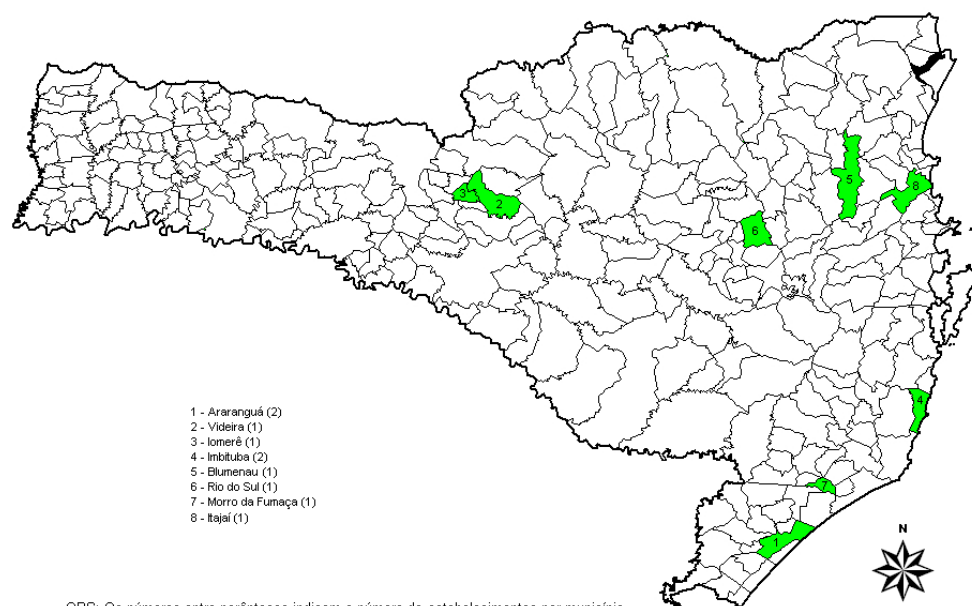
Consta dos registros no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos – SIPE, que em Santa Catarina existem atualmente 188 estabelecimentos atuantes na área de fertilizantes, corretivos, inoculantes e afins. Porém, o número real deve ser bem maior do que este, visto que constam pelo menos 147 estabelecimentos com registro vencido, sem contar outros não registrados, e que freqüentemente são encontrados atuando na informalidade, principalmente estabelecimentos comerciais (EC). Do ponto de vista legal, todos constituem-se em

objeto das ações de fiscalização do MAPA, porém, em função do limitado n.º de servidores atuando nessa ação, são priorizados os estabelecimentos produtores (EP), em número de 39; estabelecimentos importadores (EI), em número de 19; um único estabelecimento exportador e três armazenadores, distribuídos pelos municípios catarinenses conforme demonstrado nos mapas a seguir. Na medida do possível, também tem sido realizadas fiscalizações nos cercas de 142 grandes EC do estado.

Com relação à fiscalização dos EC, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Santa Catarina – CIDASC formalizou em 2008 um compromisso em realizá-la, estando em discussão desde aquela época, questões relacionadas à operacionalização desta fiscalização por parte do Estado, na forma do disposto no Art. 4.º do Anexo ao Decreto 4.954 de 14/01/2004, necessitando prioritariamente a criação de uma legislação estadual sobre o comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes, bem como a capacitação dos fiscais estaduais para essa atividade, o que, até hoje, não foi providenciado.

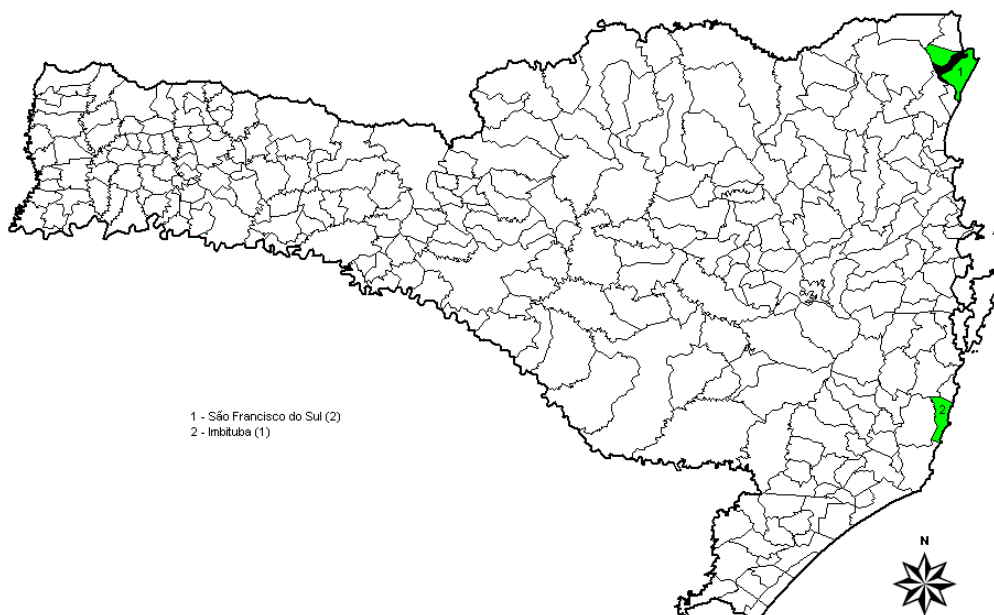


Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIOS ONDE EXISTEM ESTABELECIMENTOS IMPORTADORES (EI) DE FERTILIZANTES E AFINS.



OBS: Os números entre parênteses indicam o número de estabelecimentos por município.

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIOS ONDE EXISTEM ESTABELECIMENTOS ARMAZENADORES DE FERTILIZANTES E AFINS.



OBS: Os números entre parênteses indicam o número de estabelecimentos por município.

Para execução de todos os produtos da ação, mais os recursos de compartilhamento, foi programado no SIOR o montante demonstrado na tabela abaixo.

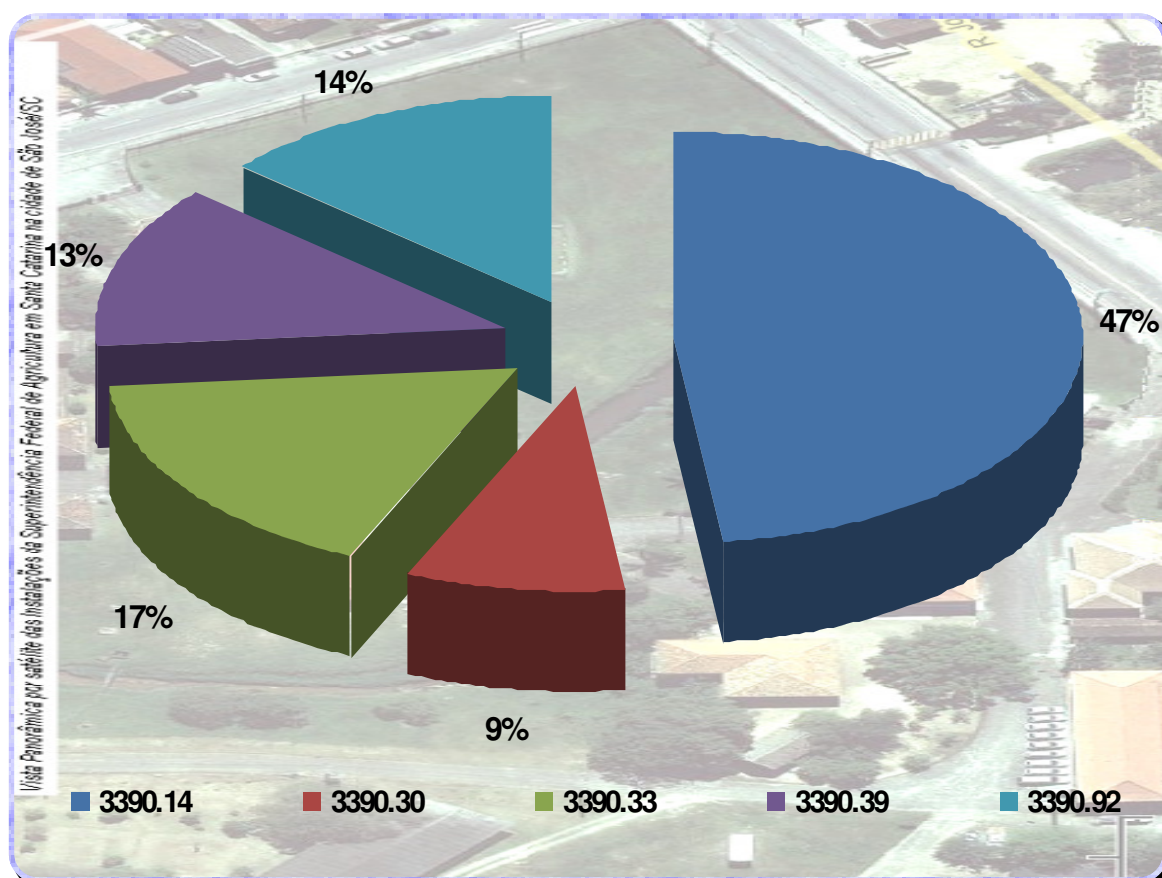
Com relação aos recursos financeiros, diárias (3390-14), suprimento de fundos (3390-30 + 3390-39), passagens (3390-33) e recursos para pagamento de despesas de

exercícios anteriores (3390-92), cabe mencionar que foram todos liberados em tempo hábil para realização das despesas.

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	26.816,48	26.816,48	100%
Materiais de Consumo	3390.30	4.868,00	4.844,00	99,51%
Passagens	3390.33	9.753,11	9.529,30	97,71%
Serviços	3390.39	17.422,97	7.044,58	40,43%
Exercícios Anteriores	3390.92	7.622,03	7.622,03	100%
Total	-	66.482,59	55.856,39	84,02%

Proporcionalidade na aplicação dos recursos executados por Elementos de Despesas



Comentário:

No ano de 2009 buscou-se atacar ostensivamente o passivo de processos acumulados desde 2005 (principalmente registros de estabelecimentos e produtos), continuando-se os esforços já iniciados em 2007, buscando até o final do ano a sua solução total. Dando continuidade à estratégia adotada no ano de 2008, em 2009 a solução dos passivos foi coordenada com as atividades de fiscalização, que geraram novas demandas para a equipe de fiscais de fertilizantes, mas que puderam ser conduzidas concomitantemente à outras atividades.

De um total de 204 fiscalizações programadas para 2009, foram realizadas 152, representando 74,51 % do programado. Em termos de coletas de amostras, conseguiu-se efetivamente realizar 219, de um total programado de 200, representando um excedente de 6,0 % da meta. Isso se deve à necessidade de acompanhar mais ostensivamente a qualidade do produto produzido e ofertado aos agricultores, visto que no ano anterior os índices de conformidade de fertilizantes minerais mistos mostraram-se em níveis inaceitáveis.

Das ações executáveis no PI FISFECOI, os que mais consumiram tempo da equipe executora foi análise de processos de registro de produtos e de estabelecimentos, seguido de análise de processos de autos de infração. No primeiro caso foi analisado durante o ano de 2009 um total de 120 processos, ocasionando o deferimento de 113 novos registros; no segundo caso, foi analisado um total de 30 processos, resultando a aplicação de R\$ 106.730,00 em multas.

Tabela 3: Desempenho Operacional

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Atividades Desenvolvidas		
		2008	2009	
		Executadas	Programadas	Executadas
<i>Fiscalização realizada</i>	N.º	227	204	152
Coleta de Amostra	N.º	94	200	212
Autos de Infração Lavrados	N.º	29	Não programado	28
Análise de Processos	N.º	110	Não programado	150
Autorização Importação	N.º	115	Não programado	118

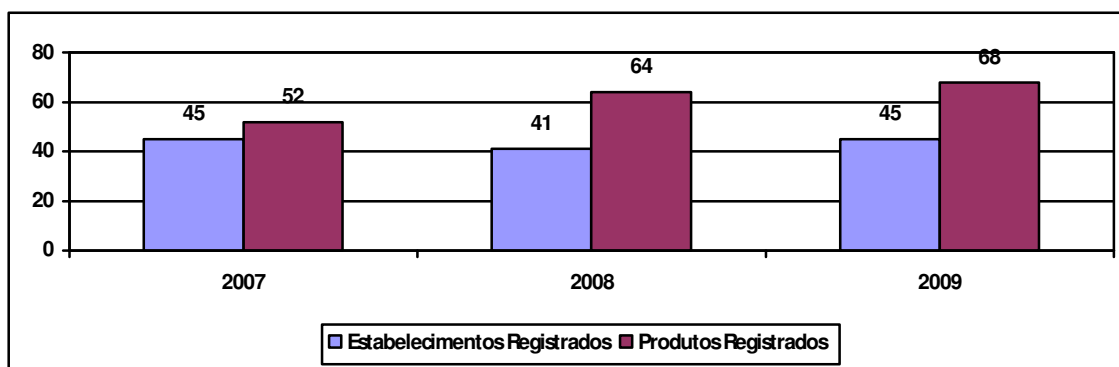
Participação em Capacitação	N.º	2	4	4
Participação em Reunião/Evento Nacional	N.º	5	4	4

Fonte: Relatórios Mensais de Atividades do PI FISFECOI, anos 2008 e 2009; POA FISFECOI 2009.

Comentário:

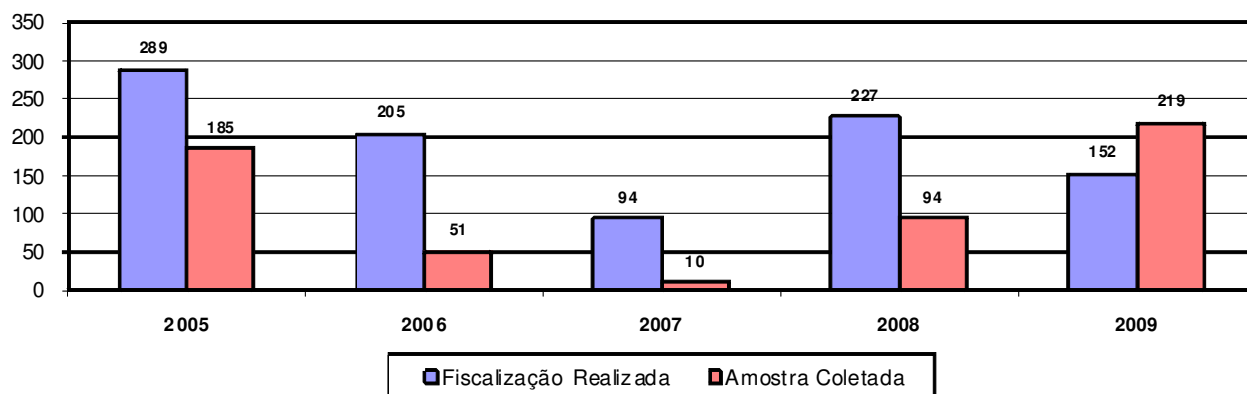
O surgimento de novos estabelecimentos produtores, bem como, seus correspondentes novos produtos (Gráfico 1), exigiu um aumento no tempo gasto com a análise dos processos, em detrimento do tempo gasto com fiscalizações, justificando o não alcance das metas programadas para fiscalizações em 2009. Contudo, analisando-se o desempenho físico da ação no exercício 2009, observa-se uma considerável recuperação em relação aos anos anteriores (Gráfico 2), no tocante à coleta de amostras (fiscalização de produto).

Gráfico 1
Número de estabelecimentos e produtos registrados.
Santa Catarina nos anos 2007 à 2009.



Fonte: Sistema SIPE.

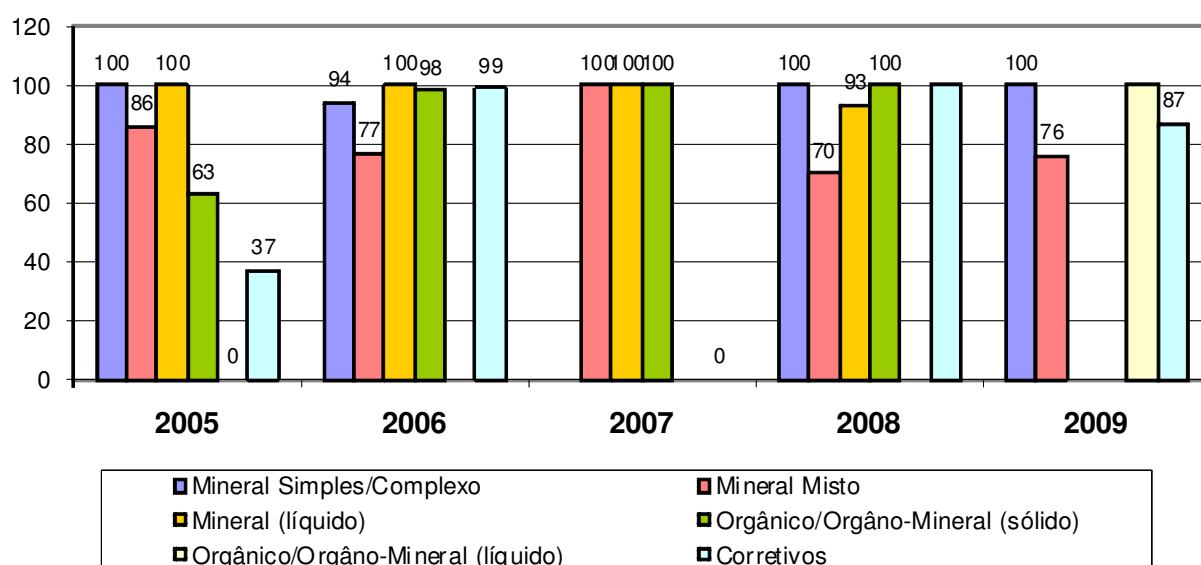
Gráfico 2
Fiscalizações e coletas de amostras de fertilizantes.
Santa Catarina de 2005 a 2009.



Fonte: Relatórios Mensais de Atividades do PI FISFECOI, anos 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009.

Tal acréscimo de desempenho quantitativo decorre principalmente da adição de mais um fiscal à equipe atuante na execução da Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes e à mudança de estratégia de ação, a qual passou a buscar a solução do passivo de processos antigos, concomitante à solução de novas demandas, decorrentes das fiscalizações programadas para 2009.

Gráfico 3
Índice de conformidade (%) de fertilizantes e corretivos.
Santa Catarina nos anos 2005 à 2009.



Fonte: Relatórios Mensais de Atividades do PI FISFECOI, anos 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009.

No entanto, observa-se que o índice de conformidade de fertilizantes minerais mistos se mantém em um patamar considerado insuficiente (Gráfico 3), indicando a necessidade de intensificação das ações de fiscalização desses fertilizantes, bem como dos processos de produção junto aos EPs.

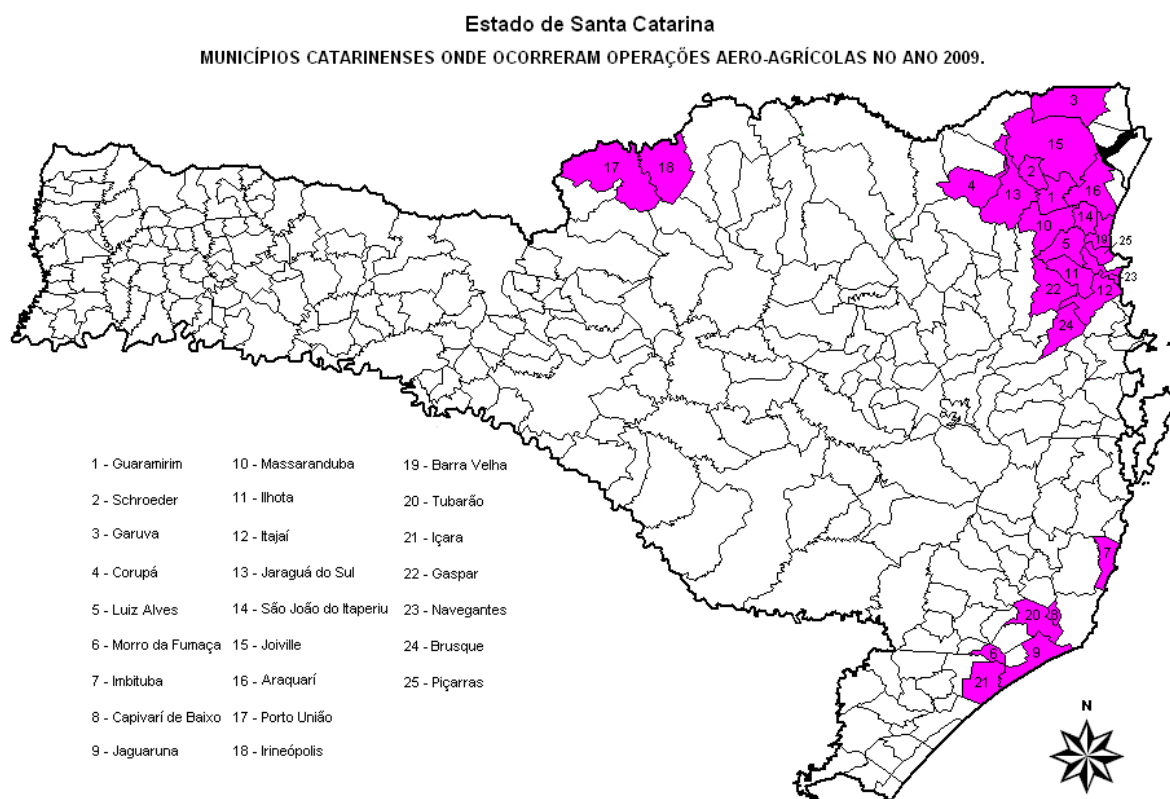
Ação: 2147
Fiscalização de Serviços Agrícolas
- FISCAGRIC -

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando a compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e juntos aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos; homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CAA/DIEL/SDC/MAPA
Unidades executoras	SFA-SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	André Guilherme Mardegan
Responsável pela execução da ação no nível local	Paulo Sérgio Cidral

Em Santa Catarina existem atualmente três empresas registradas para operar a atividade de prestador de serviços em aviação agrícola. Adicionalmente, existem duas outras empresas, uma registrada no Paraná e outra em São Paulo, que têm autorização para operarem em Santa Catarina.

Os municípios catarinenses onde ocorreram operações aero-agrícolas no ano de 2009 estão demonstrados no mapa a seguir.



Esta atividade, no âmbito da Superintendência tem sua importância e relevância para o setor produtivo de Santa Catarina, considerando-se seus benefícios e suas implicações pelo emprego de insumos agrícolas (principalmente agrotóxicos) sobre o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde das populações.

Em 2009 a atividade foi conduzida por dois Fiscais Federais Agropecuários com 20% de dedicação para execução dessa ação, pois os mesmos atuam prioritariamente no setor de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes.

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	977,41	977,41	100%
Materiais de Consumo	3390.30	241,56	31,56	13,07%
Passagens	3390.33	2.600,00	2.600,00	100%
Serviços	3390.39	200,00	200,00	100%
Total	-	4.018,97	3.808,97	94,77%

Fonte dos dados brutos: POA 2009; SIOR 2009; SIAFI2009.

Proporcionalidade na aplicação dos recursos executados por Elementos de Despesas

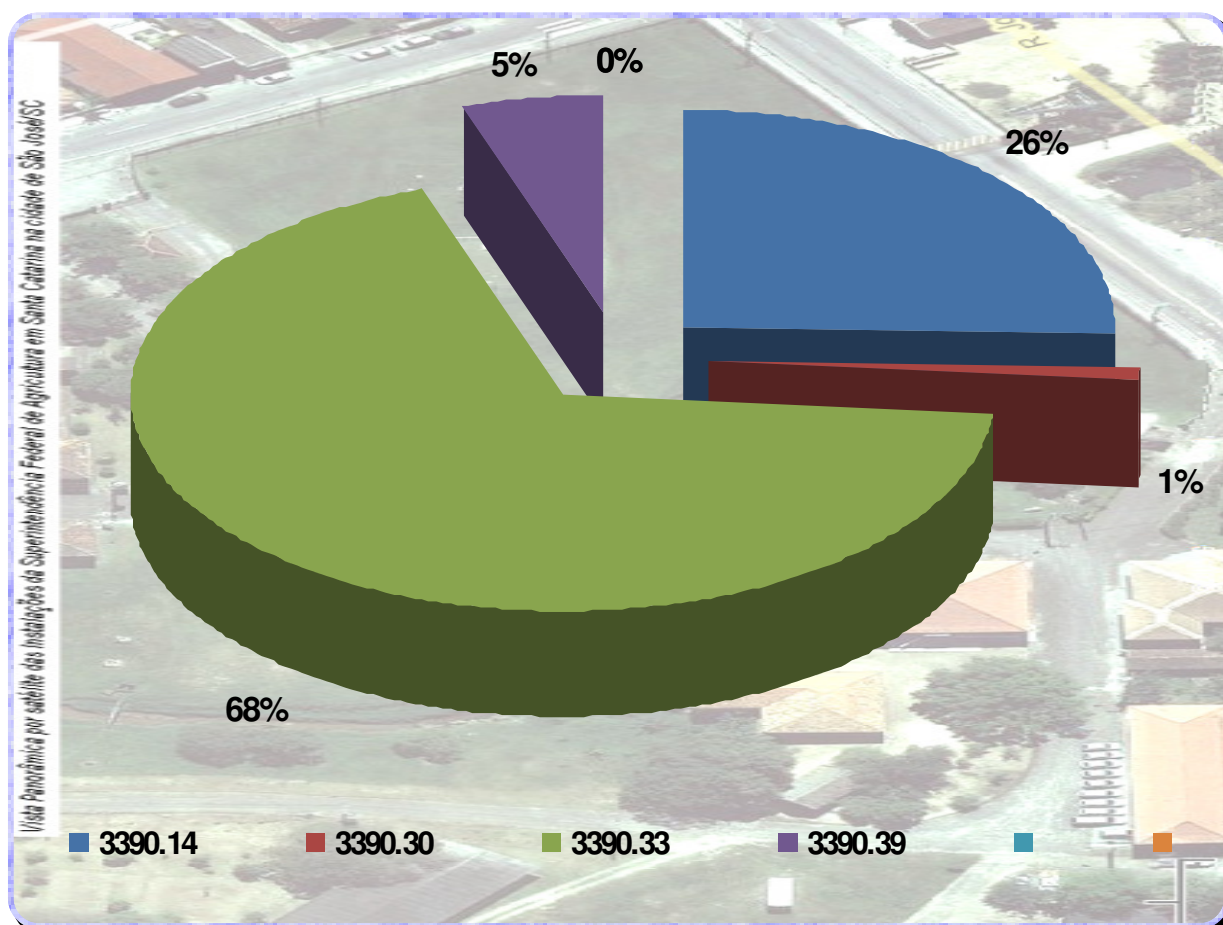


Tabela 3: Desempenho Operacional

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Atividades Desenvolvidas		
		2008	2009	
		Executadas	Programadas	Executadas
Fiscalização realizada	N.º	11	14	9
Autos de Infração lavrados	N.º	02	Não programado	01
Análise de relatórios de atividades aero-agrícolas	N.º	50	Não programado	60
Participação em Capacitação	N.º	0	Não programado	0
Participação em Reunião/Evento Nacional	Nº	2	1	2

Fonte: POA FISCAGRICI 2009.

Comentário:

Com relação a recursos financeiros, cabe mencionar que foram liberados em tempo hábil e no montante necessário para realização das despesas com deslocamento.

Diante do universo de ação acima apresentado, programou-se para o ano de 2009 o número de fiscalizações, sendo uma em cada sede das empresas no primeiro semestre e uma repetição no segundo semestre, acompanhadas também de fiscalizações nas pistas de pouso/decolagem e pátios de descontaminação de aeronaves.

Em vista da implementação da Instrução Normativa MAPA n.º 13, de 13 de maio de 2009, que prorrogou até 09/01/2010 o prazo previsto no art. 21 da IN 02 de 03/01/2008, realizou-se fiscalizações às empresas de aviação agrícola, bem como suas pistas de pouso e decolagem e seus pátios de descontaminação de aeronaves, a fim de verificar a situação de cada um deles e apontar as medidas corretivas, segundo o que preconiza a referida à legislação citada, chamando atenção para cumprimento dos prazos. Dessas fiscalizações realizadas, resultaram na lavratura de um auto de infração, por descumprimento das normas vigentes, relativas aos pátios de descontaminação de aeronaves e destino de seus resíduos tóxicos.

Ação: 2179
Fiscalização de Sementes e Mudanças
- FISCALSEM -

Tabela 1: Dados gerais da ação

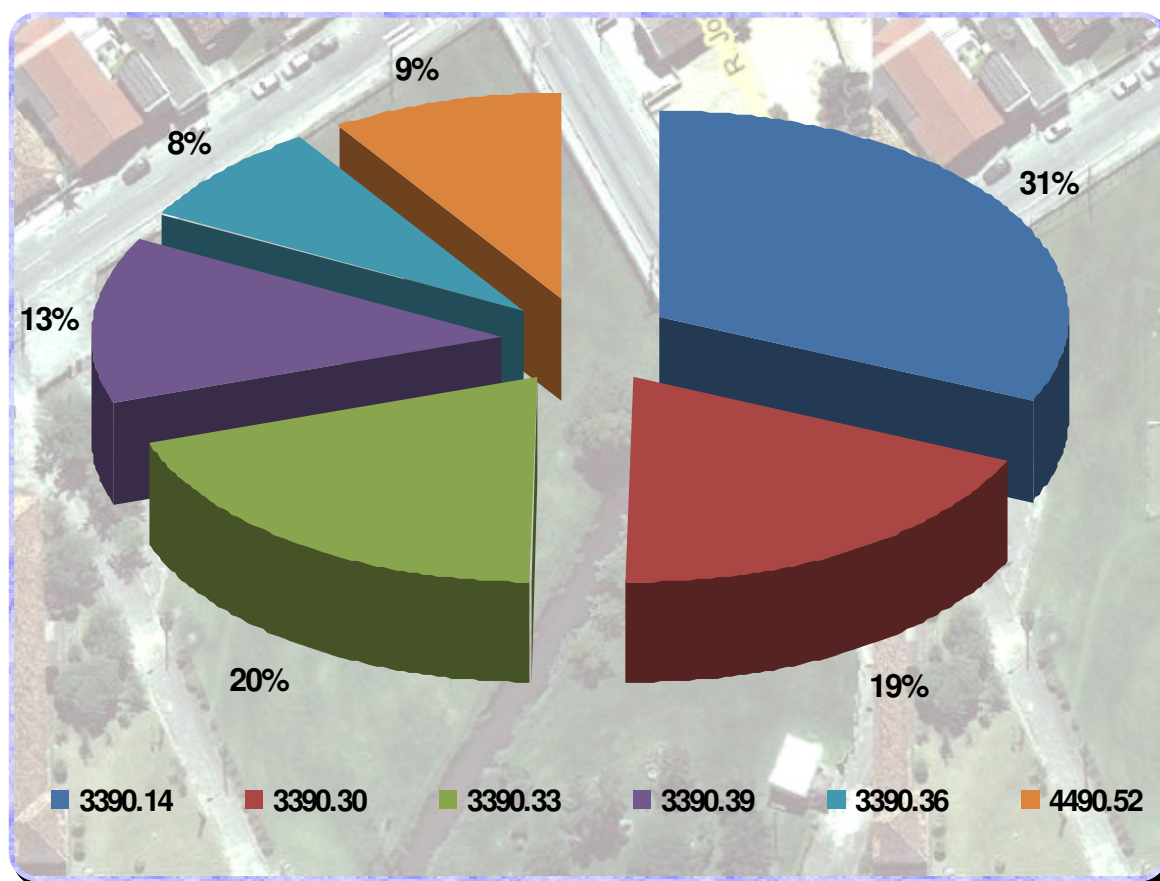
Tipo	Finalística
Finalidade	<p>Garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo território nacional.</p> <p>Melhora contínua dos níveis de conformidade e qualidade desses materiais disponibilizados para a agricultura nacional.</p> <p>Certificar a produção de sementes e mudas, com vistas a garantir a identidade, qualidade, procedência e controle de geração para os produtores rurais nas etapas de produção, comercialização e utilização desses insumos, mantendo os padrões mínimos nacionais de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, por consequência, contribuir para aumento da competitividade e sustentabilidade do agronegócio.</p>
Descrição	<p>A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos processos de: 1) Inscrição de produtor, beneficiador, reembalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de entidade certificadora, certificador da produção própria, laboratório, amostrador, coletor e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENAME; 2) Inscrição de campos de produção de sementes, inscrição de viveiros de produção de mudas; 3) Inscrição de plantas fornecedoras de material de propagação; 4) Inscrição no RENAME – Registro Nacional de Áreas e Matrizes das áreas de coleta de sementes, áreas de produção de sementes, das matrizes e pomares de sementes que fornecem os materiais de propagação no caso de espécies florestais, nativas ou exóticas e de interesse medicinal ou ambiental; 5) Fiscalizar, supervisionar e auditar o processo de certificação e produção dos materiais de propagação e reprodução vegetal, bem como a utilização de sementes e mudas; 6) Constituir e autorizar os processos de importação e exportação de materiais de propagação e reprodução vegetal que estejam em conformidade; 7) Monitorar e avaliar as ações de fiscalização dos inscritos e credenciados no RENAME e RENAME.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CSM/DFIA/SDA/MAPA
Unidade executora	SFA-SC
Área responsável pelo gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA-SC

Coord. Nacional da ação	José Neumar Francelino
Responsável pela execução da ação no nível local	Jorge Jacinto Calixto

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	46.615,19	46.615,19	100%
Materiais de Consumo	3390.30	27.622,66	27.622,66	100%
Passagens	3390.33	28.774,21	28.774,21	100%
Serviços	3390.39	19.076,56	19.076,56	100%
Diárias de Colaboradores Eventuais	3390.36	11.967,41	11.967,41	100%
Material Permanente	4490.52	13.478,00	13.478,00	100%
Total	-	147.534,03	147.534,03	100%

Proporcionalidade na aplicação dos recursos executados por Elementos de Despesas



Comentário:

Quanto ao recurso nos itens diárias, material de consumo, passagens, serviço de terceiro, pessoa jurídica e colaborador eventual, no que tange ao volume, foram suficientes para atingir as metas, salientamos que houve regularidade na descentralização dos mesmos, em tempo hábil, não sendo, portanto entrave para consecução das metas, levando-se em consideração o número de servidores envolvidos, que pela nossa percepção, encontra-se aquém da necessidade, o que seria o ponto crítico a nos alertar pelo estrangulamento da capacidade de atendimento, frente ao volume de serviços demandados pela **ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudás**, no estado de Santa Catarina.

Sobretudo, quanto o recurso disponibilizado para o item investimentos em material permanente, com vistas a estruturação do Serviço, foi insuficiente, pois apenas descentralizaram o valor de R\$ 13.478,00, considerado um volume muito baixo, o qual foi utilizado na aquisição de 5 (cinco) impressoras portáteis e 1 (um) notebook para utilização nas ações de fiscalização móvel, em nível de propriedade em todas as ações do SEFAG/DT/SFA-SC .

Tabela 3: Desempenho Operacional

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Atividades Desenvolvidas		
		2008	2009	
		Executadas	Programadas	Executadas
Fiscalização realizada	Fiscalização	945	413	445
Inscrição RENASEM	Nº de Inscrição	169	Não programado	143
Credenciamento RENASEM	Nº Credenciamento	58	Não programado	44
Autorização Exportação	Nº Exportação	197	Não programado	197
Autorização Importação	Nº Importação	10	Não programado	20
Reunião Técnica com produtores	Nº Reunião	8	Não programado	32
Participação Reunião/evento Nacional	Nº Participação	13	Não programado	15
Coleta de Amostra para Certificação	Nº amostra	137	Não programado	182
Coleta de Amostras Fiscais	Nº amostras	50	Não programado	170
Auto de Infração	Nº	23	Não programado	3
Campos Inscritos	Nº campos	Não control.	Não programado	5.111
	Área dos campos (ha)	Não control.	Não programado	132.392,0
Sementes Apreendidas	Kg de Sementes	785.900	Não programado	51.000

Comentário:

Quanto à meta de Fiscalização Executada, podemos observar que a mesma ultrapassou a meta Programada, com um desempenho de 107,75% em relação ao que foi programado. Esse desempenho superior decorre das denúncias que foram apresentadas durante o exercício e a força tarefa de fiscalização da coexistência entre milho geneticamente modificado e milho convencional, realizada em conjunto com o SEDESA/DT/SFA-SC. Salientamos que essas metas executadas, são consideradas proporcionalmente tímidas, em relação à totalidade das atividades que são demandadas na ação de fiscalização da produção, certificação e utilização de sementes e mudas. Mas se consideramos somente o item “Fiscalização realizada” da meta operacional das “Atividades Desenvolvidas” Executadas em 2009, só não foi maior, devido a fatores determinantes, mas também não menos importantes, que contribuíram para este resultado não fossem superiores, como destacamos:

O comprometimento dos Fiscais Federais Agropecuários, do quadro de servidores envolvidos, em análises documentais, com vistas à emissão de autorizações dos processos de exportação e importação de sementes e mudas, que permaneceu no mesmo

índice do número de requerimentos para exportação, e aumento de 100%, para o índice do número de requerimentos para importação, comparados com o exercício anterior, bem como o aumento da demanda de processos Administrativos, o que demandou um maior contingente de Servidores para atendimento a estas atividades, que foram estabelecidas como prioritárias em detrimento às outras, destacando a eficiência e eficácia com que o Serviço conduziu essa demanda atingindo seu objetivo de atendimento de 100% das solicitações de importação e exportação de Sementes e Mudanças apresentadas no SEFAG/DT/SFA-SC, em tempo hábil necessário.

Observamos que houve um pequeno decréscimo no item Inscrição no RENASEM²⁸ e Credenciamento no RENASEM, o que também demandam tempo para análise documental, inclusão e homologação no Sistema Eletrônico do RENASEM, bem como as renovações de Inscrições e Credenciamentos no RENASEM, com ocorrência de vencimento, a cada três anos, em um universo de 652 cadastrados no RENASEM, que foram efetivados nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, o que demanda hoje em média, para cada exercício, um volume de 163 renovações/exercício, com as mesmas necessidades de análise documental, inclusão e homologação no sistema eletrônico do RENASEM. Essa constatação não reflete uma baixa eficiência nessa ação e sim o caráter não programável da mesma, consequentemente, a eficácia com que atividade foi trabalhada nos exercícios anteriores, atingindo o objetivo de enquadrar a maioria dos envolvidos na atividade no Sistema Nacional de Sementes e Mudanças.

O resultado do indicador “Fiscalização realizada”, se comparado com o exercício anterior, observa-se que apresenta uma desproporcionalidade quantitativa bastante elevada, contudo o índice apurado no exercício 2009 é resultante da alteração dos critérios para computação do resultado alcançado nessa meta e que espelhe a realidade da ação realizada, critérios esses vislumbrados pela Coordenação Nacional de Sementes e Mudanças, como forma de aperfeiçoamento desses indicadores com a revisão e monitoramento constante, na busca da perfeição e melhoria da qualidade da gestão pública, portanto foi registrando a execução 435 fiscalizações, não tendo condição, deste modo de se fazer qualquer tipo de comparação e inferência com relação à eficiência e eficácia sobre o desempenho dessa meta. Entretanto o alcance desse índice, com desempenho superior em 107,75%, em relação as “Atividades Desenvolvidas” programadas para o exercício de 2009, se deve principalmente a execução de uma Força Tarefa, realizada com os Fiscais Federais Agropecuário deste Serviço de Fiscalização Agropecuária, envolvidos diretamente na ação, com o apoio de um Fiscal Federal Agropecuário do SEDESA/DT/SFA-SC e o apoio de mais 2 (dois) Agentes de Atividades

²⁸ Denominação dada ao Sistema de Registro Nacional de Sementes e Mudanças, mantido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e que tem o objetivo de inscrever e cadastrar as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades previstas no Sistema Nacional de Sementes e Mudanças instituído pela Lei Nº 10.711 de 05 de Agosto de 2003

Agropecuárias envolvidos com outras ações de responsabilidade de outras unidades do SEFAG/DT/SFA-SC, essas forças tarefas, tem com objetivo, coibir a produção, comercialização, utilização e o transito de sementes e mudas de formas ilegais “pirataria de semente” e “sementes clandestinas, como forma de conscientização dos comerciantes, produtores e usuários de sementes que estavam fora do Sistema Nacional de Sementes e Mudas, em descumprindo da legislação vigente, cujo resultando foi a apreensão de 51.000 Kg de sementes irregulares, índice bem inferior em relação ao exercício de 2008, que foi de 785.900,00 Kg de sementes irregulares. Essa redução justifica-se, pela conscientização e conhecimento, dos comerciante, produtores e usuários de semente, em função da realização de “Força Tarefa” em três anos consecutivos, fiscalizações de rotina, apuração de denúncias encaminhadas e a realização de 32 (trinta e duas) reuniões técnicas com produtores, descentralizadas nas diversas regiões do estado, realizadas no exercício de 2009.

Outro fator preponderante que contribuiu para reduzir as Metas Operacionais, no item Fiscalização realizadas, além do critério para o aperfeiçoamento dos indicadores, adotado pela Coordenação Nacional de Sementes e Mudas, é o reduzido quadro de servidores envolvidos, disponibilizados para execução da Ação. Embora a atual estrutura apresente uma equipe de 5 (cinco) Fiscais Federais Agropecuário, deve-se registrar que um dos fiscais afastou-se do quadro efetivo em face de aposentadoria a partir 14/07/2008, sendo que até a presente data não foi recomposta esta vaga. Devemos ainda registrar que um Fiscal Federal Agropecuário integrante do grupo de servidores envolvidos nesta ação, dedica-se apenas a 10% do seu tempo de trabalho, pois desenvolve outras atividades na Unidade Regional de Videira - SC, que compromete o desempenho dessa atividade.

Como ponto positivo, temos a integração de uma Auxiliar de Atividades Agropecuárias, somando-se a equipe de servidores envolvidos na ação e a participação de 2 (dois) Estagiários do Curso de Agronomia da UFSC, com jornada de trabalho de 20 horas semanais para cada estagiário.

Ação: 2909
Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
- FISAGROTOX -

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Finalística.
Finalidade	Assegurar a oferta e a aplicação de agrotóxicos e afins efetivos no controle de pragas e doenças das plantas, que apresentem baixo impacto ambiental, baixos níveis de resíduos nos alimentos, nenhum prejuízo às saúdes humanas e animal, mantendo-os adequados ao consumo humano.
Descrição	Fiscalização de estabelecimentos produtores de agrotóxicos e afins e de aplicadores de agrotóxicos como tratamentos fitossanitários com fins quarentenários de vegetais e suas partes e de embalagens de madeira de produtos destinados à exportação; fiscalização e inspeção da produção, comercialização, importação, exportação e aplicação de agrotóxicos e afins como tratamentos fitossanitários com fins quarentenários de vegetais e suas partes e de embalagens de madeira de produtos destinados à exportação; coleta de amostras para controle de qualidade e verificação de eficácia e praticabilidade agronômica dos produtos; realização de reuniões técnicas, cursos, estágios e treinamentos em serviço para capacitação de técnicos; elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGA/DFIA/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA-SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Luís Eduardo Pacifici Rangel
Responsável pela execução da ação no nível local	Francisco Rzatki

O objetivo principal desta ação é o registro, fiscalização e certificação de estabelecimentos produtores de agrotóxicos e afins; inspeção e fiscalização sobre a produção e a aplicação de agrotóxicos e afins como tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira de produtos destinados à exportação.

Em Santa Catarina ocorrem as atividades relacionadas ao credenciamento de empresas para executam tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira de produtos destinados à exportação, bem como a fiscalização de indústrias de produção, formulação e importação de agrotóxicos e empresas de pesquisa com Agrotóxicos para emissão de Laudos de Eficiência, Eficácia e Praticabilidade Agronômica. A fiscalização do comércio é exercida pelo órgão fiscalizador da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura, e o uso pela Fundação de Meio Ambiente FATMA.

Constam nos registros no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos – SIPE, que atualmente existem sessenta e quatro (64) estabelecimentos distribuídos no território catarinense (Figura 01) que realizam tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira. Todos se constituem em objeto das ações de fiscalização do Serviço de Fiscalização Agropecuária, porém, em função do limitado número de servidores atuando nessa ação, são priorizados os estabelecimentos que realizam tratamentos nas modalidades de fumigação com os produtos agrotóxicos Brometo de Metila e Fosfina, em número de vinte (20), tendo em vista esses produtos serem potenciais causadores de danos à saúde humana e animal e ao meio ambiente. Existem 6 (seis) empresas fabricantes e formuladores de agrotóxicos, 01 (uma) de Importação e 03 (três) de Pesquisa.

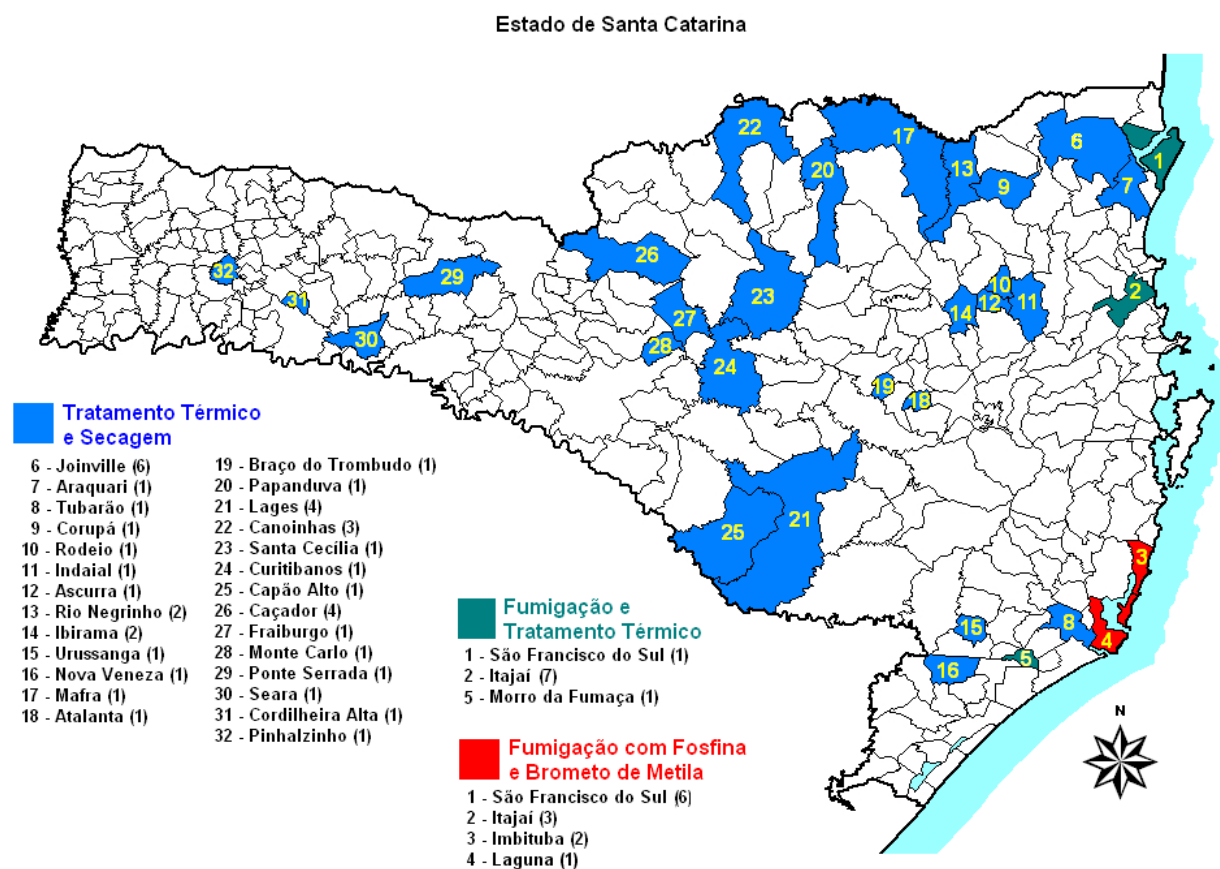


Figura 01 – Estabelecimentos que realizam tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira com uso de agrotóxicos Brometo de Metila e Fosfina

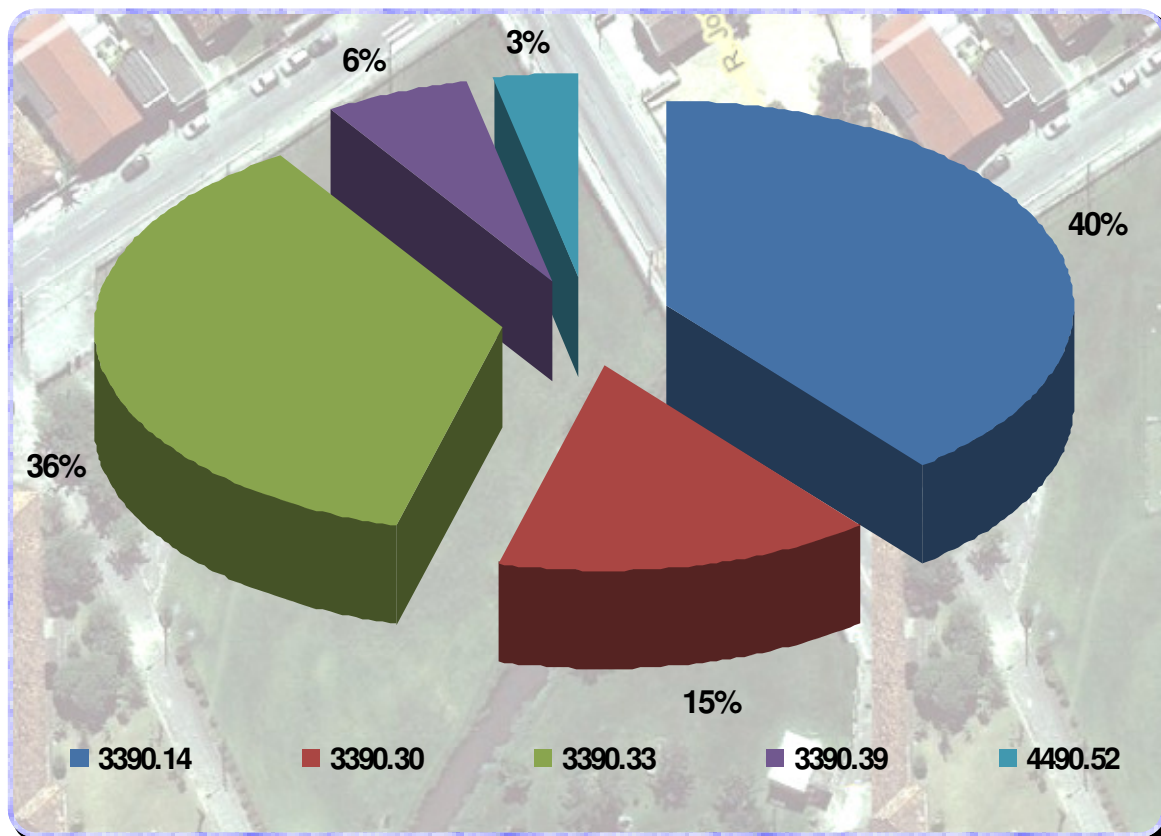
Para execução de todos os produtos da ação, mais os recursos para manutenção da estrutura de funcionamento, foi programado no SIOR²⁹ o montante demonstrado na tabela abaixo.

²⁹ Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e tem como o objetivo o de possibilitar a gestão dos créditos e execução orçamentária, autorização de emendas parlamentares, programações financeira e orçamentária. Possui interface com o SIAFI eliminando a ocorrência de erros em função da transcrição de dados.

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	16.648,43	16.648,43	100%
Materiais de Consumo	3390.30	6.425,41	6.425,41	100%
Passagens	3390.33	15.514,00	15.514,00	100%
Serviços	3390.39	2.474,59	2.474,59	100%
Material Permanente	4490.52	1.473,98	1.473,98	100%
Total	-	45.504,98	45.504,98	100%

Proporcionalidade na aplicação dos recursos executados por Elementos de Despesas



Comentário:

Com relação aos recursos gastos em diárias Elemento de Despesa: 3390-14, Suprimento de Fundos Elementos de Despesa: 3390-30 e 3390-39, passagens Elemento de Despesa: 3390-33 e Aquisição de Material Permanente Elemento de Despesa: 4490-52, cabe mencionar que foram todos liberados à tempo para realização das despesas envolvidas nas atividades e deslocamentos para execução de fiscalização. Entretanto houve dificuldade no cumprimento da programação da Atividade em tempo hábil devido ao reduzido quadro de técnicos envolvidos para atender a demanda requerida pela atividade, ou seja, não foi realizado maior número de fiscalização por falta de recursos humanos, também, pelo tempo despendido nos deslocamentos até as empresas para execução da ação fiscal que na sua maioria encontram-se distantes da sede. Outro fator determinante que contribuiu para o baixo desempenho da atividade foi o tempo gastos pelos Fiscais com os trabalhos burocráticos decorrentes das ações de fiscalização que demandam tempo e a atividade não dispõe de apoio de auxiliares na organização e controle da documentação, pois todos os trâmites administrativos são conduzidos pelos Técnicos da área comprometendo o desempenho da ação finalística.

A atividade utilizou parte dos recursos recebidos diretamente nas ações de fiscalização e parte dos recursos foram aplicados na manutenção e funcionamento da estrutura do Serviço, na aquisição de bens, materiais e serviços.

As atividades desta Ação foram realizadas com recursos descentralizados à Unidade executora SFA-SC, através do Plano Interno(PI) FISAGROTOX para custeio de diárias, combustível, manutenção de veículos, passagens aéreas, equipamentos de proteção individual – EPI e materiais de consumo. As descentralizações de recursos financeiros atenderam a programação para o exercício, no entanto, o fator determinante para um maior alcance desta Ação foi o reduzido quadro técnico disponível que conta somente com 01(um) Fiscais Federais Agropecuários com dedicação exclusiva, e esporadicamente com o apoio do Chefe do SEFAG/DT/SFA/SC que substitui na ausência do responsável Titular e também dispõe do apoio de 01(um) Engenheiro Florestal para atendimento de um universo de 64 empresas credenciadas no Estado de Santa Catarina, limitando a atuação de fiscalização junto às empresas registradas. Esta Ação contempla, ainda, a auditoria em centros de pesquisa de aplicabilidade agrônômica de agrotóxicos e em estabelecimentos que produzem, manipulam e importam agrotóxicos.

Os Técnicos que atuam na área vêm desenvolvendo ações no sentido de divulgação e orientação sobre a legislação e as boas práticas de uso de agrotóxicos junto aos exportadores, importadores, despachantes aduaneiros, administrações portuárias, estabelecimentos prestadores de serviços, entre outros interessados na área. Essa atuação

resultou num expressivo número de estabelecimentos credenciados para executarem tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira de produtos destinados à exportação. Atualmente Santa Catarina apresenta-se como um dos estados de maior importância em número de estabelecimentos credenciados como prestadores de serviços, principalmente quanto àquelas que realizam tratamento térmico e secagem, que não utilizam aplicação de agrotóxicos nos seus processos.

Tabela 3: Desempenho Operacional

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Atividades Desenvolvidas		
		2008	2009	
		Executadas	Programadas	Executadas
Fiscalização realizada	Fiscalização	65	62	66
Credenciamento	Número	7	Não programado	1
Recredenciamento	Número	11	Não programado	17
Participação Reunião/evento Nacional	Número	9	5	20
Participação em Curso / Congresso / Simpósio	Número	4	Não programado	4
Ministrar treinamento em serviço	Número	2	Não programado	2
Auto de Infração	Número	26	Não programado	10
Estabelecimento interditado	Número	1	Não programado	2

Comentário:

Os cursos realizados esclarecem dúvidas e interrogações encontradas nas inspeções e auditorias e elucidam pontos obscuros da Instrução Normativa que ainda ressona de revisão e aprimoramento conforme novas situações vão se apresentando no desempenho da atividade, que é relativamente recente.

Na programação das metas físicas foi priorizada a fiscalização de 100% dos estabelecimentos prestadores de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira de produtos destinados à exportação e credenciados junto à SFA-SC, garantindo a qualidade dos

tratamentos fitossanitários com fins quarentenários realizados no Estado de Santa Catarina, em consonância ao que dispõe a legislação de agrotóxicos e em atendimento às normas de proteção ambiental e da saúde dos trabalhadores.

Em vista da implementação da informatização dos relatórios mensais e trimestrais que os estabelecimentos prestadores de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira de produtos destinados à exportação passaram a enviar a partir de 2009, vislumbra-se uma aumento na eficiência das fiscalizações às empresas ao permitir verificar a situação de cada uma delas e apontar as medidas corretivas, segundo o que preconiza legislação de Agrotóxicos e Afins.

4.4 – PROGRAMA 1442

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

a) Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos sistemas agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Gerente do programa	Marcio Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Sávio José Barros de Mendonça
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público Alvo (beneficiários)	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

b) Objetivos Específicos

O programa visa beneficiar consumidores, produtores, exportadores e outros agentes das cadeias e redes produtivas pela elevação dos padrões de qualidade e competitividade da agropecuária brasileira ao patamar de excelência requerida pelos mercados nacional e internacional, mediante a disponibilização de material genético apropriado, treinamento e capacitação de técnicos e produtores, implantação de Sistemas Agropecuários de Produção Integrada (SAPI), desenvolvimento da agricultura orgânica, desenvolvimento do associativismo rural e do cooperativismo, adequação e melhoria de infra-estrutura e logística e na adequada utilização de práticas agropecuárias e no uso sustentável dos recursos naturais.

Ação: 8592
Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar
- RASTREAB -

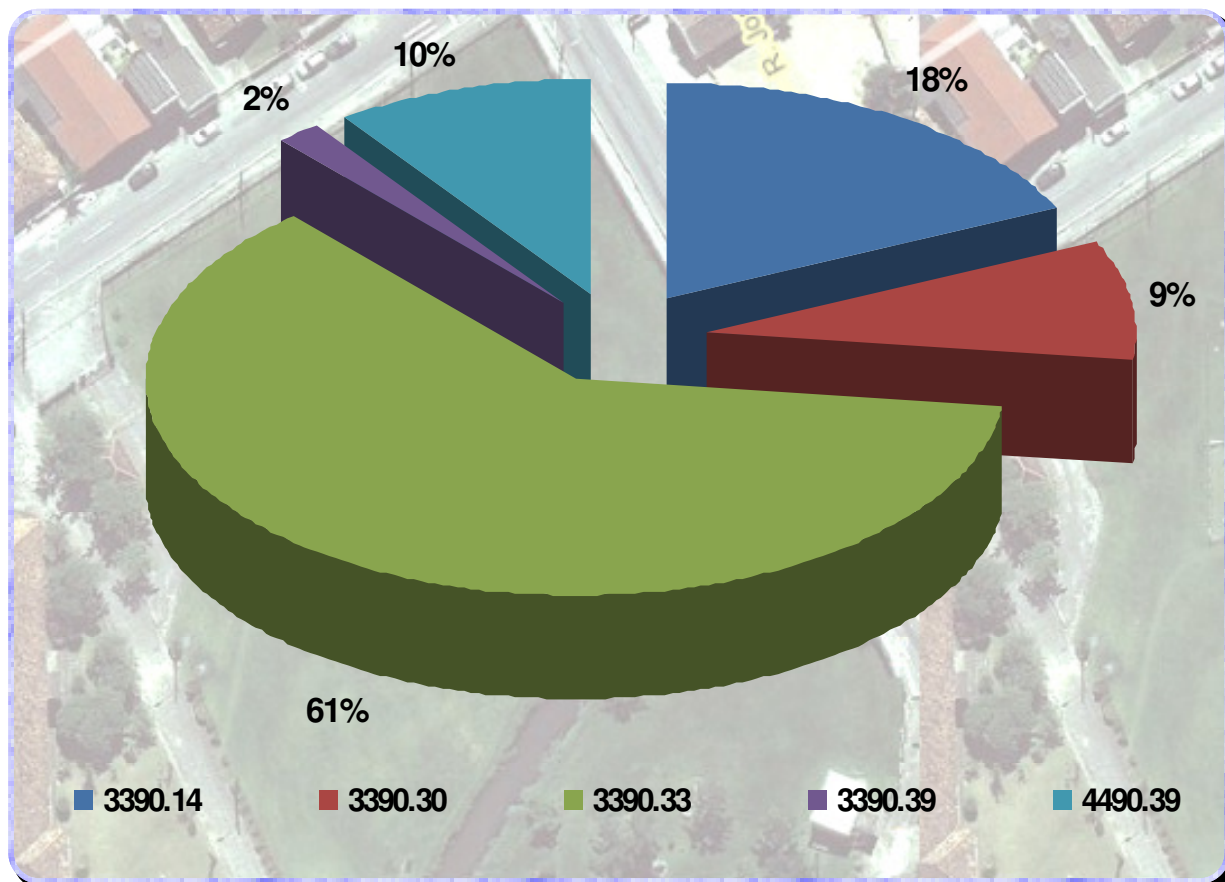
Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados externo e interno; Assegurar a fidedignidade das atividades de registro genealógico e zootécnico.
Descrição	Fiscalização, identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução de registro genealógico de diversas raças.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CSR/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Naor Maia Luna
Coordenador de ação Estadual	André Barbosa da Silva

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	7.670,15	7.670,15	100%
Materiais de Consumo	3390.30	3.713,79	3.708,02	99,84%
Passagens	3390.33	26.069,03	26.069,03	100%
Serviços	3390.39	655,50	655,50	100%
Animais Sacrificados (Indenização)	4490.39	4.150,00	4.150,00	100%
Total	-	42.258,67	42.252,70	99,99%

Proporcionalidade na aplicação dos recursos executados por Elementos de Despesas



Comentário:

Os recursos recebidos, na sua maioria, foram para atender as despesas com viagens de serviço, para treinamento e auditorias.

Tabela 3: Desempenho Operacional

<i>Objetivos / Metas Operacionais</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Universo de Atuação</i>	<i>Atividades Desenvolvidas</i>			<i>Indicadores</i>	
			<i>2008</i>	<i>2009</i>		<i>2008 / 2009</i>	<i>Eficácia</i>
			<i>Execu- tadas</i>	<i>Progra- madas</i>	<i>Execu- tadas</i>	<i>% executada / Períod Ant.</i>	<i>% executada / Meta Progr.</i>
Auditores Treinados	reunião	SEDESA	13	NP	9	69,23	...
Auditorias por auditor em ERAS	Eventos	SEDESA	24	NP	12	50,00	...
Auditorias em Certificadoras	reunião	SEDESA	NR	NP	3	-	...
Participação em reuniões	reunião	SEDESA	9	NP	5	55,56	...

NP – Não Programado

NR – Não realizado

Comentário:

No mês de janeiro, entre os dias 12 e 15, realizaram-se no município de Lages, auditorias em dois Estabelecimentos Rurais Aprovados no SIBOV - ERAS, tendo por resultado um ERAS aprovado para exportação à União Européia e outro aprovado conforme Lista Geral.

Ainda em janeiro, o Brasil recebeu a Missão da União Européia, que teve entre seus objetivos a avaliação do SISBOV. A Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade, em um primeiro momento, previu a ida de representantes da SFA-SC na reunião inicial e em vistoria a ERAS no estado de Goiás, porém posteriormente decidiu cancelar estas participações.

Entre os dias 13 e 15 de abril, realizou-se em Florianópolis, na sede da SFA-SC reciclagem dos auditores do SISBOV, que contou com a participação de oito pessoas. Um dos auditores catarinenses, por estar em férias no período do treinamento em Santa Catarina, realizou tal reciclagem no estado do Rio Grande do Sul.

Já entre 27 e 30 de abril ocorreu na sede da SFA-GO treinamento teórico para Fiscais Federais Agropecuários em Auditoria de Entidades Certificadoras do SISBOV. Este evento contou com a participação de um representante da SFA-SC. A parte prática deste treinamento foi realizada em três etapas, uma em São José do Rio Preto – SP, outra em Santa Cruz do Rio Pardo – SP, e a última em Florianópolis – SC. Tais treinamentos credenciaram um auditor catarinense a realizar auditorias de credenciamento e de conformidade em entidades certificadoras do SISBOV.

No intuito de auxiliar Estados da Federação que possuem uma grande demanda por auditorias em ERAS, a SFA-SC disponibilizou a ida de dois auditores para o Mato Grosso entre os dias 18 e 23 de maio e um auditor para Goiás entre os dias 25 e 30 de maio.

Em dezembro, ocorreu no município de Joinville auditoria em empresa fabricante de elementos de identificação, com a participação do responsável técnico do SISBOV na SFA-SC acompanhado de Fiscal Federal Agropecuário do estado de São Paulo.

Ainda, durante o ano, ocorreram quatro reuniões com o intuito de harmonizar procedimentos e discutir os aspectos técnicos do SISBOV, todas em Brasília. Em março, com a participação de um auditor da SFA-SC, em junho duas reuniões com participação de um auditor e do Chefe da Divisão Técnica da SFA-SC, e em setembro com a participação dos responsáveis técnicos do SISBOV na SFA-SC e na CIDASC.

Apesar de Santa Catarina não possuir muitos ERAS, a demanda de serviços é alta, principalmente em decorrência da análise de processos de credenciamento de certificadora, auxílio a estados com maior demanda, auditorias em entidades certificadoras e fabricantes de elementos de identificação e participação em reuniões técnicas. Tendo em vista que não há pessoa com dedicação exclusiva ao SISBOV na SFA-SC e que os auditores estão lotados em diversos Serviços, conclui-se que os trabalhos foram executados a contento em 2009.

Ação: 4720
Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
- CERTORGAN -

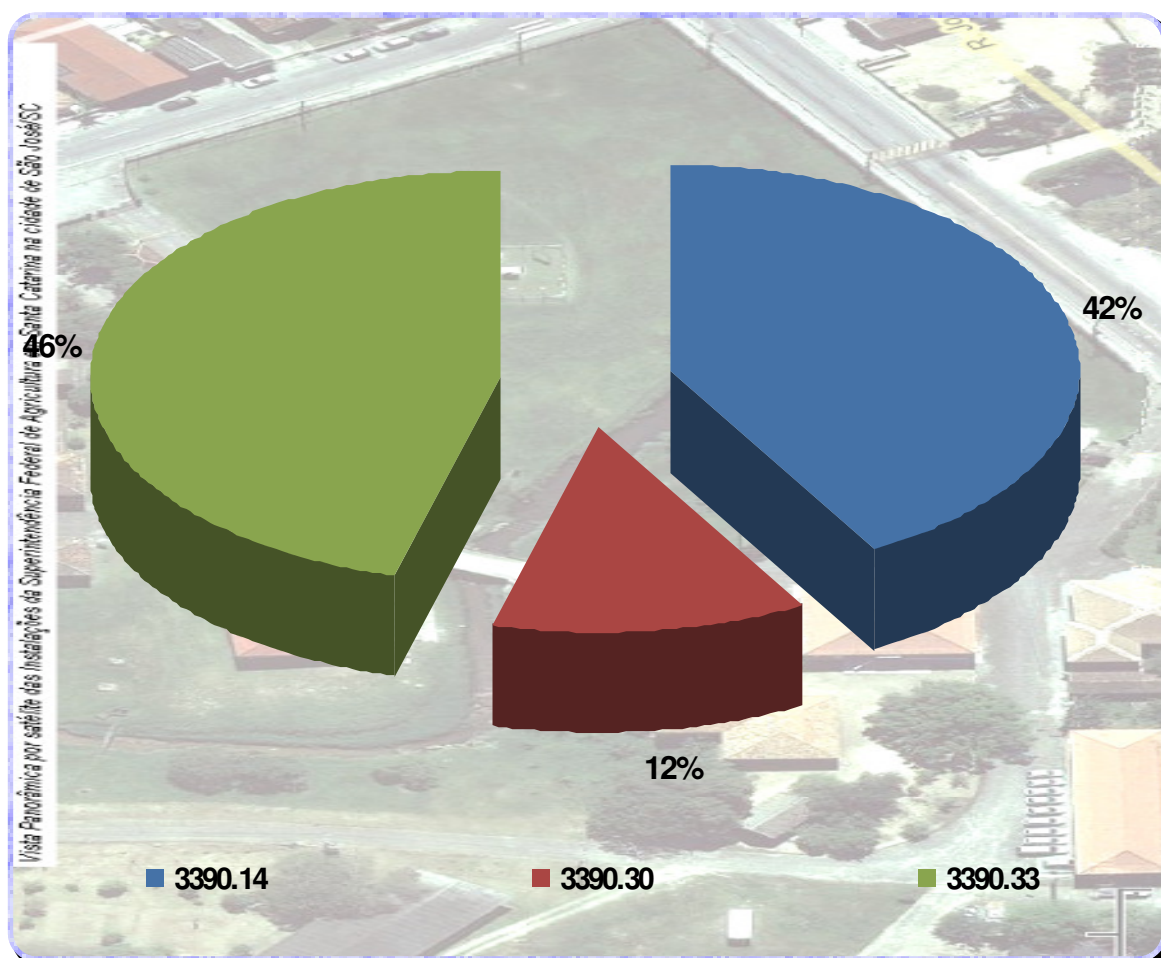
Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos
Descrição	Credenciamento, fiscalização e auditoria de OAC-organismos de avaliação da conformidade orgânica (certificadoras ou OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade, entidades ligadas aos SPG – Sistemas Participativos de Garantia); cadastramento de OCS-Organizações de Controle Social para venda direta de produtos orgânicos sem certificação; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção do SISORG – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, o sistema de controle dos organismos de avaliação da conformidade –OAC
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade – DEPROS/SDC
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDA/SFA/SC
Coordenador nacional da ação	Rogério Pereira Dias
Coordenador de ação Estadual	José Carlos Ramos

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	5.168,43	5.168,43	100%
Materiais de Consumo	3390.30	1.575,86	1.536,00	97,47%
Passagens	3390.33	5.689,00	5.689,00	100%
Total	-	12.433,29	12.393,43	99,68%

Proporcionalidade na aplicação dos recursos executados por Elementos de Despesa



Comentários:

O ano de 2009 foi marcado pela publicação das Instruções Normativas nº 19 e 50, além das INs Conjuntas nº 17 e 18 que completaram a regulamentação da Lei 10.831/2003 e permitiram a implantação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade de Produtos Orgânicos. Em 2009 também foi publicado o Decreto nº 6913/2009 referente ao registro de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica

A publicação das citadas INs, do Decreto tornando mais simplificado o registro de produtos fitossanitários. Nesse sentido a Comissão de Produção Orgânica do Estado de Santa Catarina, coordenada pela Superintendência Federal de Agricultura no Estado, realizou seis reuniões com foco nessa discussão, proporcionando a colaboradores eventuais ligados às instituições que a compõem, a oportunidade de contribuir para o aperfeiçoamento das normativas. Na fase de compilação das contribuições houve participação de um Fiscal Federal lotado na SFA-SC em reuniões fora do Estado.

Por tratar-se de legislação em atualização, houve a necessidade de desenvolver a capacitação de servidores em relação às novas normas. Foram capacitados quatro Fiscais Federais Agropecuários que participaram do 1º Curso de Preparação de Fiscais para Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica realizado em Pirenópolis GO no período de 07 a 12 de dezembro de 2008. Nesse sentido também foi concedido apoio ao deslocamento de Fiscais Federais Agropecuários lotados na Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo para viabilizar a participação no referido curso. A SFA/SP solicitou apoio na aquisição de passagens aéreas por não contar, naquele momento, com empresa contratada para tal finalidade.

Embora as instruções normativas que devem complementar a regulamentação da Lei nº 10.831/2003³⁰ dada pelo Dec. nº 6323/2007 não tenham sido todas publicadas, algumas ações de fiscalização foram desenvolvidas tendo sido realizadas de 3 inspeções em estabelecimentos interessados em produzir sucos e néctares orgânicos. Os estabelecimentos situavam-se em Joinville, Anita Garibaldi e Rio do Sul. Foram também concedidos registro de

³⁰ A Lei nº 10.831/2003, publicada no D.O.U. em 24.12.2003, dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências, estabelece que o sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

estabelecimento produtor de néctares orgânicos para uma empresa de Joinville e quatro registros de produtos (néctares orgânicos).

Para o ano de 2009 espera-se uma intensificação das ações em razão da publicação de novas normativas.

Ação: 8560
Fomento à Inovação no Agronegócio
- INDGRAF -

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Estimular a ampliação do capital intelectual protegido no agronegócio, para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários às inovações tecnológicas, que contribuam para a melhoria da competitividade e a sustentabilidade do setor agrícola.
Descrição	Promoção da cultura da propriedade intelectual com foco no agronegócio, enfatizando seu papel estratégico no estímulo à inovação, incentivando a ampliação do capital intelectual protegido, o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, a disponibilidade de recursos genéticos, visando o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário;
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária – CAPTA/DEPTA/SDC/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDA/DI/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Marilena de A. F. Holanda
Coordenador de ação Estadual	José Carlos Ramos

Comentários:

As atividades relacionadas com o Fomento à Inovação no Agronegócio estão focadas em estimular e viabilizar o acesso dos usuários a novas tecnologias, induzir a geração de novas tecnologias a partir de demandas locais, apoiar processos de proteção da inovação tecnológica, aumentar o capital intelectual protegido e ampliar a articulação entre atores das cadeias produtivas do agronegócio. Trata-se de uma área de ação ainda incipiente no âmbito da

SFA-SC, demandando a realização de levantamento das tecnologias em uso pelo setor produtivo, a realização de diagnóstico das demandas tecnológicas, a identificação dos estoques de tecnologias disponíveis, o estímulo à incorporação das soluções tecnológicas disponíveis e o estímulo às Unidades de Pesquisa e Desenvolvimento na busca de soluções aos problemas detectados.

Ação: 8591
Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
- APOIOAGRIC -

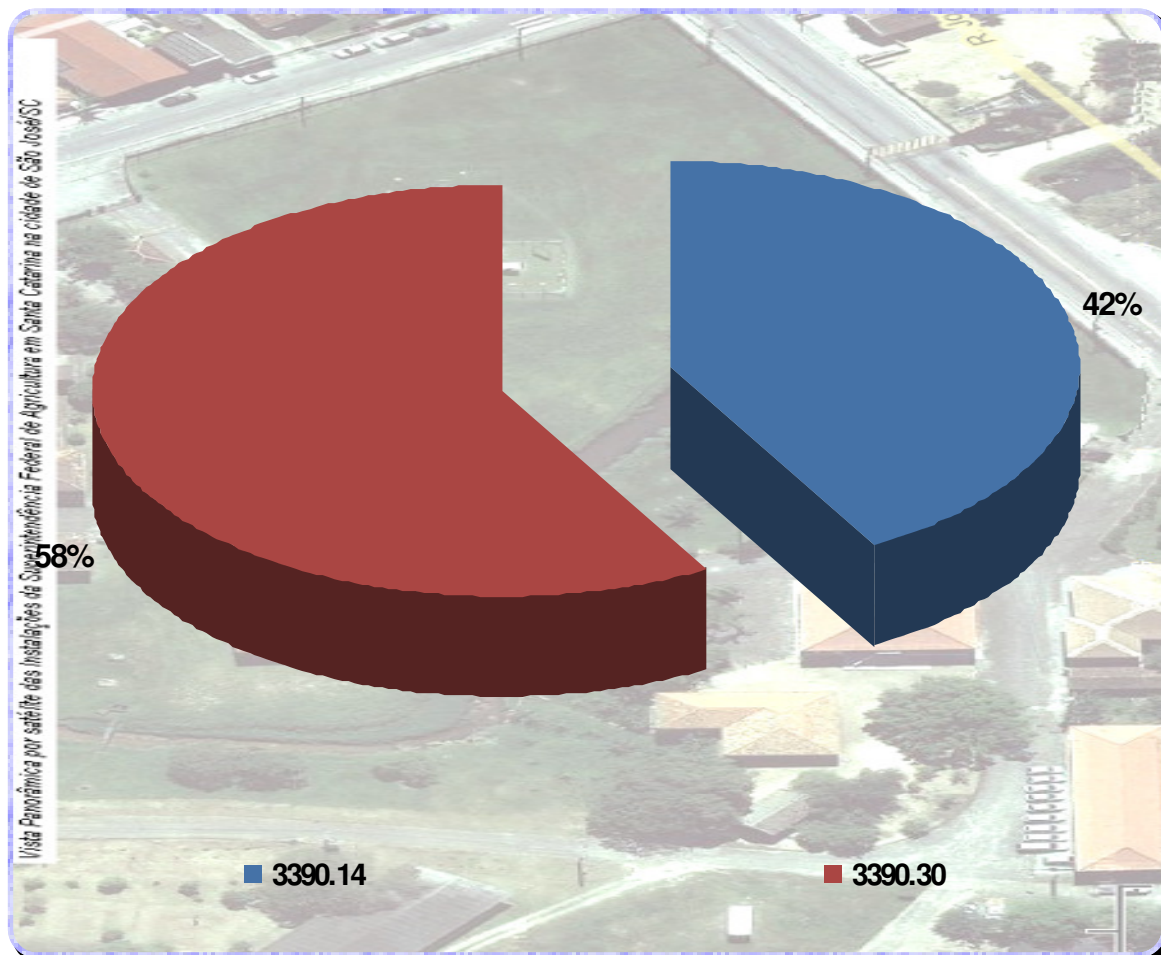
Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agropecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte a Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita, e comercialização, bem como de material genético melhorado para as cadeias produtivas do agronegócio.
Descrição	Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI), que é caracterizado por exploração pecuária sustentável, em conformidade com protocolos de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Sistemas de Produção Integrada e Rastreabilidade - Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade – CGSPR/DEPROS/SDC
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDA/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Adilson Kososki
Coordenador de ação Estadual	José Carlos Ramos

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	143,18	143,18	100%
Materiais de Consumo	3390.30	200,00	200,00	100%
Total	-	343,18	343,18	100%

Proporcionalidade na aplicação dos recursos executados por Elementos de Despesa



Comentários:

No Estado de Santa Catarina a ação se desenvolve em cinco sistemas de produção integrada: arroz, banana, maçã, mandioca e tomate de mesa. Trata-se de ação importante tendo em vista o foco de substituição da produção convencional por um sistema que prioriza a qualidade e a inocuidade dos alimentos, cumprimento da legislação ambiental e aos direitos do trabalhador rural. No ano de 2009 foram acompanhados os sistemas de produção integrada de arroz, banana e mandioca, com a participação de 120 pessoas em três eventos realizados.

Para o ano de 2010 é previsto aumentar o número de projetos para as culturas de cebola e morango, ampliando o público alcançado para 200 produtores. Pretende-se alcançar também o público consumidor, levando a esse segmento, informações sobre as vantagens de se consumir produtos oriundos de tais sistemas de produção, na melhoria da nutrição, segurança alimentar e saúde da população.

Ação: 8598
Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
- APOIOPEC -

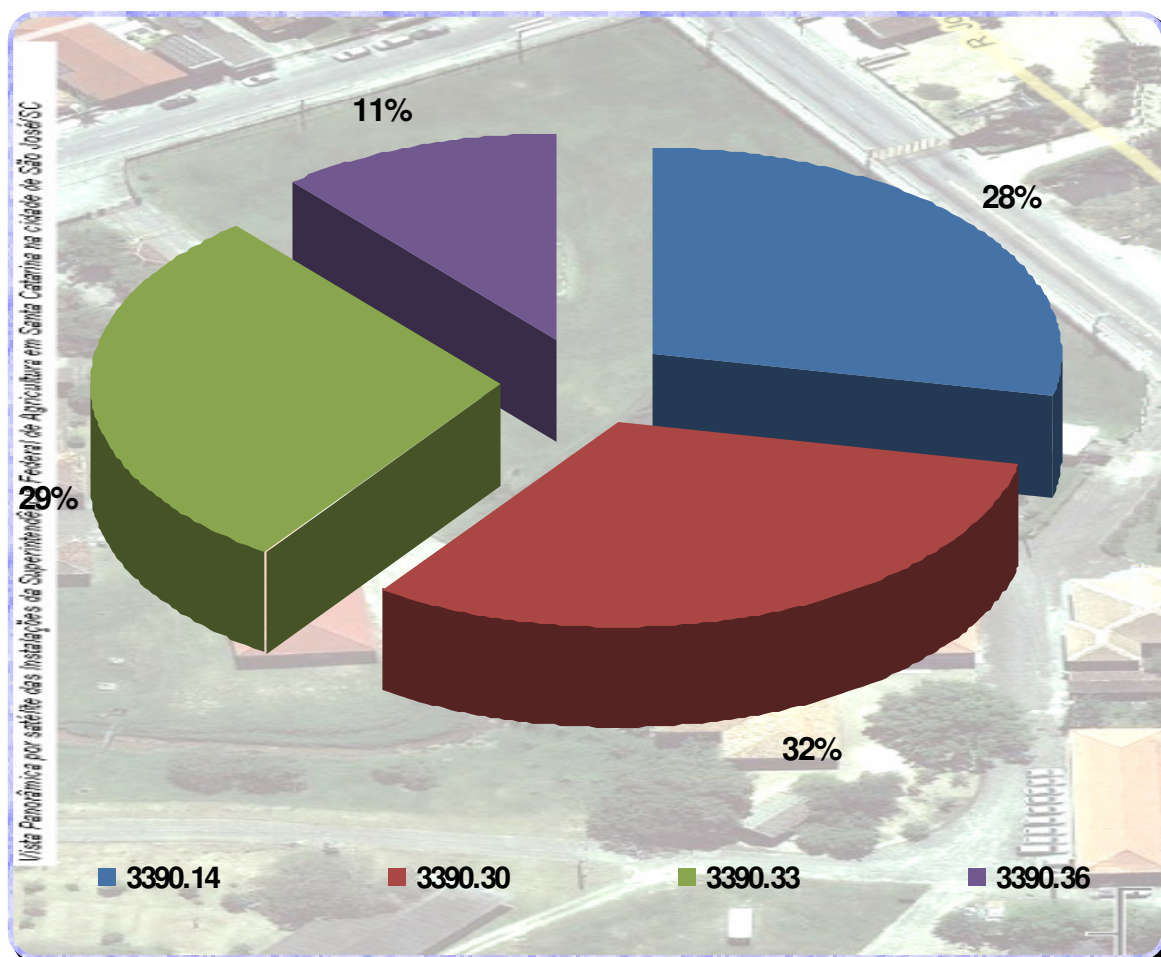
Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias pecuárias, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agropecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte a Produção Integrada, com a seleção, multiplicação e preservação de material genético animal e melhoria da eficiência da produção pecuária.
Descrição	Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI), que é caracterizado por exploração pecuária sustentável, em conformidade com as Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação da Produção Integrada da Cadeia Pecuária - Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade – CPIP/ CGSPR/DEPROS/SDC
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPdag/SFA/SC
Coordenador nacional da ação	Felipe José Carvalho Correa
Coordenador de ação Estadual	José Carlos Ramos

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	4.800,79	4.800,79	100%
Materiais de Consumo	3390.30	5.314,65	5.301,35	99,75%
Passagens	3390.33	4.941,52	4.941,52	100%
Serviços	3390.36	1.858,50	1.858,50	100%
Total	-	16.915,46	16.902,16	99,92%

Proporcionalidade na aplicação dos recursos executados por Elementos de Despesa



Comentários:

Nesta ação estão em andamento os sistemas de Produção Integrada para carne bovina e produtos da apicultura. Prospecta-se também a ampliação destes programas em diversas outras cadeias produtivas, destacadamente a do leite.

Destacou-se neste ano a participação do SEPDA/DT/SFA-SC no acompanhamento das atividades relativas à Produção Integrada de Carne Bovina, tendo em vista convênio firmado com a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina/ Centro Agroveterinário de Lages (UDESC/CAV). Ao longo do ano foram realizados vários encontros (março/julho/agosto/setembro/outubro) com a finalidade de elaborar as Normas Técnicas para o Sistema Agropecuário de Produção Integrada de Carne Bovina. Em setembro houve, também, o lançamento oficial do programa, em Porto Alegre/RS. Houve também a participação em duas reuniões realizadas em Brasília nos meses de maio e julho que visaram a padronização das normas técnicas na área da produção pecuária em âmbito nacional. No campo da capacitação houve a participação de um servidor no IV Seminário sobre Produção Integrada de Produtos Agropecuários em Petrolina/PE no mês de setembro.

No que diz respeito à produção integrada de produtos apícolas foram realizadas ações de acompanhamento e avaliação de convênio firmado com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI. O projeto que alcança cerca de 80 produtores deverá ter continuidade em 2010.

Novas ações na produção integrada de produtos lácteos deverão ser conduzidas em 2010, especialmente na Região do Alto Vale do Rio Itajaí e oeste de SC.

Ação: 8593
Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas
- ORGMANEJO -

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a atividade agropecuária, de forma integrada, competitiva e sustentável, mediante o estímulo à difusão e adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo dos recursos naturais direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo, principalmente do solo e da água, em termos qualitativos e quantitativos, bem como promover da produtividade agropecuária.
Descrição	Fomento à utilização de práticas conservacionistas, de natureza preventiva e corretiva, como o sistema de plantio direto na palha, integração lavoura-pecuária, otimização do uso da água e valorização da biodiversidade, fundamentada na concepção da microbacia hidrográfica. Articulação com outras instituições do setor público e privado em nível nacional, regional e local, para a promoção e desenvolvimento das tecnologias apropriadas aos sistemas produtivos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos - Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade – CMSP/DEPROS/SDC
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPdag/SFA/SC
Coordenador nacional da ação	Adilson Kososki
Coordenador de ação Estadual	José Carlos Ramos

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	82,78	82,78	100%
Total	-	82,78	82,78	100%

Comentários:

A ação 8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas³¹ – tem sido executada em parceria com a Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (FAESC) e com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) Área de Ciências Agrárias – com desenvolvimento na região do meio-oeste catarinense (Campos Novos e Curitiba) e na região oeste (Abelardo Luz). Tais atividades atingem aproximadamente 80 produtores. Havia a possibilidade de estender as atividades para a região do Alto Vale do Rio Itajaí, tendo sido realizada uma reunião com a Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí Ltda para avaliar a possibilidade. Prevê-se que seja implantado em 2010, aumentando o número de beneficiários para 150.

³¹ Agroecossistema são sistemas ecológicos naturais transformados em espaços agrários utilizados para produção agrícola ou pecuária, segundo diferentes tipos e níveis de manejo. Em muitos casos funcionam como sistemas monoespecífico, para monoculturas, gerando uma série de problemas ambientais. (www.ambientebrasil.com.br)

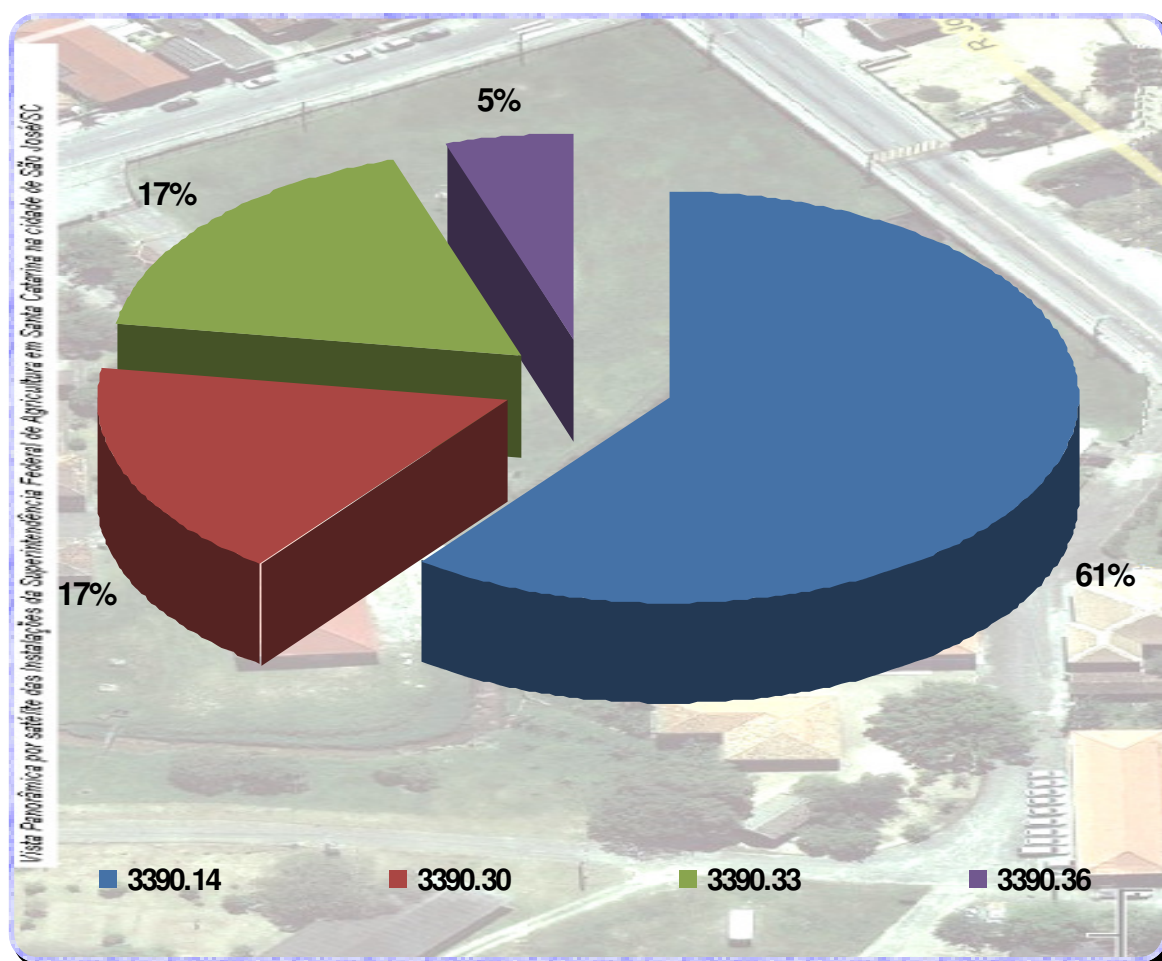
Ação: 8622
Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo
- PROMOCOOP -

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o associativismo e o cooperativismo objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.
Descrição	Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se reverterem em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida de suas comunidades. Contribuir para a diminuição da exclusão social. Fomentar as estruturas associativas. Apoiar a realização de diagnósticos locais e regionais e a elaboração de projetos que visem a agregação de valor ao produto das cooperativas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Acompanhamento - Departamento de Cooperativismo e Associativismo– CGA/ DENACOOOP/SDC
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDA/SC
Coordenador nacional da ação	Eduardo Mazzoleni
Coordenador de ação Estadual	José Carlos Ramos

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	4.955,31	4.808,61	97,04%
Materiais de Consumo	3390.30	1.420,00	1.393,00	98,10%
Passagens	3390.33	1.600,00	1.379,52	86,22%
Serviços	3390.36	410,00	410,00	100%
Total	-	8.385,31	7.991,13	95,30%



Comentário:

As ações do PROMOCOOP2 foram desenvolvidas no sentido de promover a intercooperação das associações entre entidades cooperativas e empresas do agronegócio, visando facilitar a competitividade e o acesso a novos mercados, por meio do estímulo à melhoria da qualidade dos produtos, formação de escala de produtos e melhoria nas práticas de gestão comercial e da empresa como um todo. Foram desenvolvidas ações com grupos de entidades de produtores de alimentos orgânicos e produtores de maçã. Nestas atividades estão sendo conduzidos dois convênios que atendem 62 empresas e cooperativas. Também foi realizado acompanhamento de missão chilena que veio ao estado conhecer a organização cooperativista. No campo da capacitação quatro servidores participaram de oficina de

capacitação do DENACOOOP e do Encomex Mercosul³² que proporcionaram ganhos de qualidade na prestação de serviços do MAPA.

Para o ano de 2010 pretende-se ampliar para 100 empresas atendidas, o que representa um acréscimo da ordem de 61,29% sobre a quantidade atualmente atendida.

³² Encontro de Comércio Exterior (Encomex) do Mercosul. Esse tipo de evento é promovido pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) desde 1997. Já foram organizadas 134 edições, em 80 cidades, tornando-o um importante canal de comunicação do governo com o exportador, principalmente os de pequeno porte.

4.5 – PROGRAMA 6003

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

a) Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Apoiar projetos que dêem suporte a ganhos de competitividade e melhoria do bem-estar dos envolvidos em todos os estágios da cadeia produtiva do agronegócio. Permitir atendimento de demandas direcionadas a resolver problemas emergentes de amplo efeito socioeconômico como a construção e modernização de instalações físicas para beneficiamento de produtos agrícolas, agregação de valor, infra-estrutura rural, escoamento da produção e promoção da atividade produtiva.
Gerente do programa	Silas Brasileiro
Gerente executivo	Márcio Cândido Alves
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público Alvo (beneficiários)	Produtores rurais

b) Objetivos

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário tem como objetivo permitir o atendimento de demandas direcionadas a resolver problemas de infra-estrutura rural como a construção e modernização de instalações físicas para beneficiamento de produtos, projetos de mecanização agrícola, construção de estradas vicinais para escoamento da produção, obras destinadas à comercialização de produtos agropecuários, centros de treinamento entre outros.

O programa é operado com recursos do Orçamento Geral da União – OGU, reservados aos municípios por meio de emendas parlamentares e de contrapartida, ou seja, de

recursos próprios dos municípios em complemento aos recursos alocados pela União, em conformidade com o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os beneficiários selecionados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apresentam Plano de Trabalho à Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina para análise.

Ação: 2B17
Fiscalização de Contratos de Repasse
- FISCONTRATO -

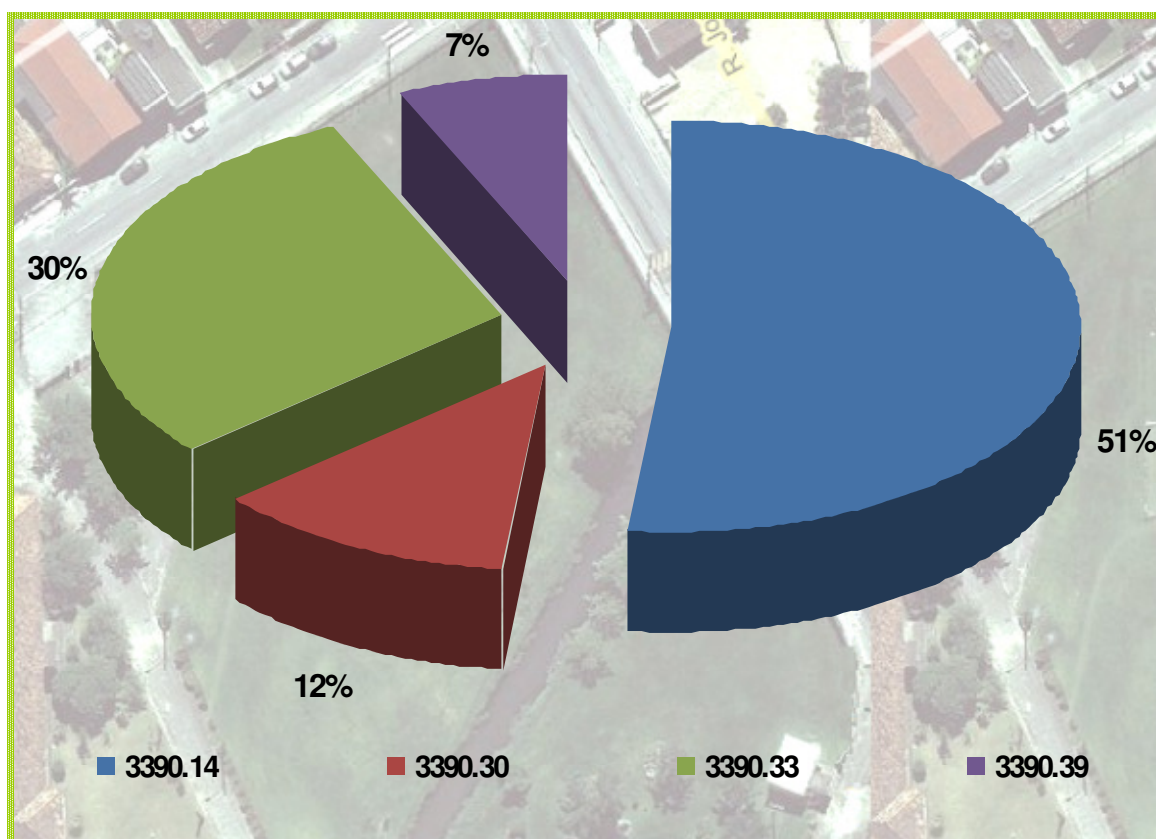
Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação os contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Infraestrutura e Logística – DIEL/SDC/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPdag/SFA/SC
Coordenador nacional da ação	Reinaldo Vergara
Coordenador de ação Estadual	José Carlos Ramos

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira

	Elemento de Despesa	Montante Recebido	Montante Executado	Participação %
Diárias	3390.14	15.222,95	15.222,95	100%
Materiais de Consumo	3390.30	7.676,07	7.599,07	99,0%
Passagens	3390.33	10.050,25	10.050,25	100%
Serviços	3390.39	3.943,22	3.943,22	100%
Total	-	36.892,49	36.805,49	99,76%

Proporcionalidade na aplicação dos recursos executados por Elementos de Despesas



Ação: 8611
Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
- APPRODUTOR -

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação os contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Infraestrutura e Logística – DIEL/SDC/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDA/SFA/SC
Coordenador nacional da ação	Reinaldo Vergara
Coordenador de ação Estadual	José Carlos Ramos

Comentário:

O Prodesa – Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário é integrado pelas ações “2B17” e “8611”, descritas anteriormente, e no decorrer do ano de 2009, ambos os PI’s – Planos Internos, beneficiou 160 (cento e sessenta) municípios catarinenses com a formalização de 255 (duzentos e cinquenta e cinco) contratos de repasse, que totalizaram uma transferência voluntária de recursos financeiros no montante de R\$ 49.512.199,66 (quarenta e nove milhões, quinhentos e doze mil, cento e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos), que foram aplicados quase que totalmente na compra de equipamentos agrícolas.

Nos gráficos “1” e “2”, a seguir, pode-se visualizar a evolução do programa no estado de Santa Catarina, onde constatamos que o número de contratos cresceu 53,61%, o número de municípios assistidos 33,33% e o montante de recursos apresentou uma evolução da ordem de 112,3%.

Gráfico 01 – Evolução no número de contratos de repasse e de municípios atendidos pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário/Prodesa entre os anos de 2005 e 2009 no estado de Santa Catarina:

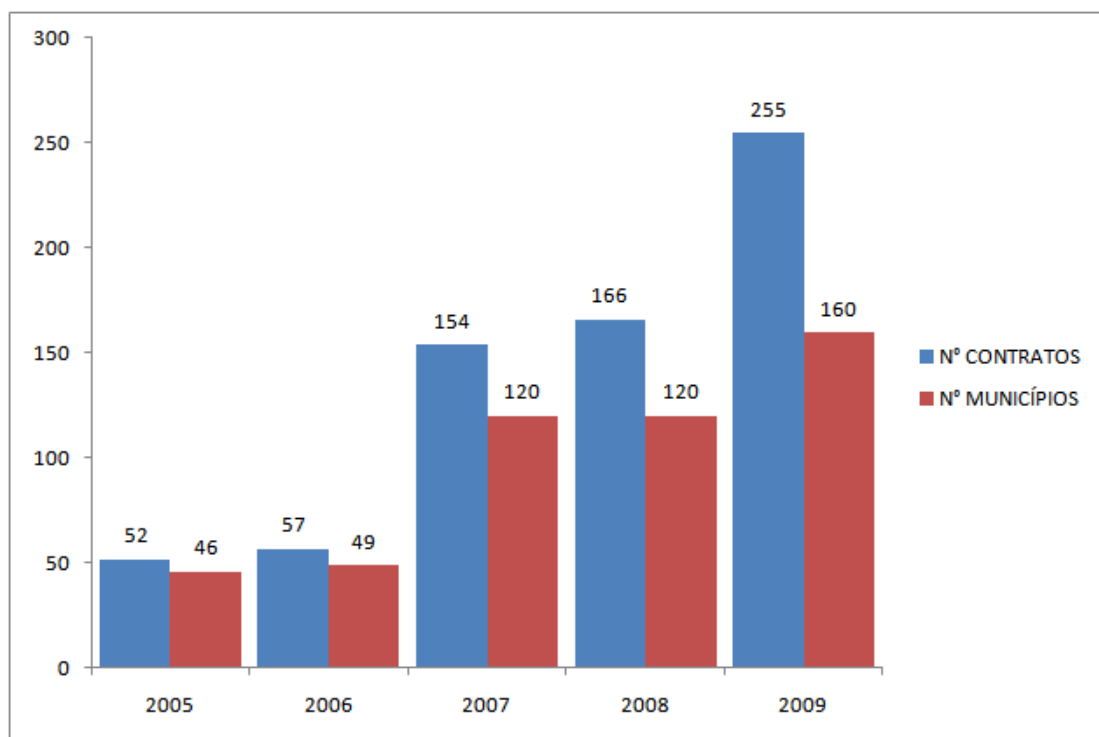
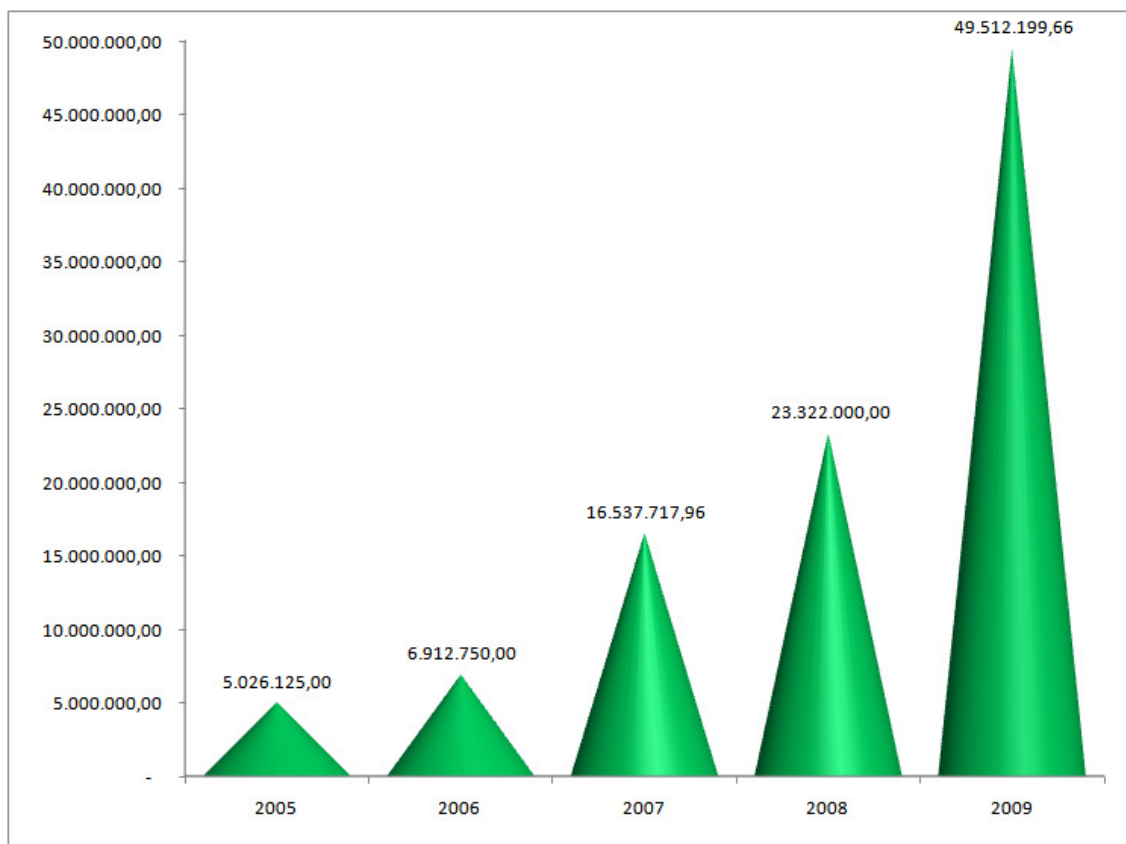


Gráfico 02 – Evolução dos valores repassados aos municípios catarinenses através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário/Prodesa entre os anos de 2005 e 2009:



Com os recursos do programa, os municípios propuseram a compra de 305 (trezentos e cinco) implementos agrícolas, 90 (noventa) tratores agrícolas, 89 (oitenta e nove) retroescavadeiras ou escavadeiras, 61 (sessenta e um) caminhões, 12 (doze) veículos utilitários, 8 (oito) motoniveladoras, 7 (sete) rolos compactadores, 4 (quatro) minicarregadeiras e 2 (dois) britadores móveis. Além disso, foram aprovadas as propostas para realização de 4 (quatro) obras de recuperação de estradas vicinais, a construção de 01 (um) mercado municipal e 01 (um) centro de treinamento e, ainda, serão equipados dois abatedouros públicos nos municípios de Santiago do Sul e Vitor Meireles.

De acordo com as estatísticas apresentadas, fica evidenciado que a maior parte dos recursos repassados aos municípios é destinada a compra de patrulhas mecanizadas.

Diante dessa verificação e, considerando a possibilidade de diversificar a aplicação dos recursos com base nas normas do Prodesa, o Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário/SEPAG/SFA-SC, iniciou uma ação visando aproximar o MAPA dos beneficiários desses recursos, mediante a realização de encontros regionais com os representantes das associações de municípios e de instituições afins, para levar informação e

dar conhecimento de outros programas do MAPA, que também podem ser contemplados com recursos do Prodesa.

A idéia foi deixar claro para essas pessoas que a apresentação de outros projetos, que não a compra de equipamentos agrícolas, **podem resultar em benefícios efetivos e duradouros para o desenvolvimento sustentável da região**, o que é diferente de uma máquina, que tem vida útil curta e não alcança a comunidade como um todo.

O trabalho de sensibilização desse público iniciou-se em setembro e foi até novembro de 2009, e resultou em 08 (oito) encontros regionais com as Associações de Municípios: do Nordeste de Santa Catarina – AMUNESC; do Vale do Itapocu – AMVALI; do Entre Rios – AMERIOS; do Meio Oeste Catarinense – AMMOC; do Noroeste Catarinense – AMNOROESTE; do Oeste de Santa Catarina – AMOSC; do Planalto Sul de Santa Catarina – AMPLASC; da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI; abrangendo um total de 90 (noventa) municípios.

A iniciativa mostrou um público distanciado do Ministério da Agricultura, uma vez que surpreendia-se a cada informação repassada pelos técnicos do SEPDA.

Como era de se esperar a ansiedade dos participantes foi tão grande que muitos assuntos pertinentes ao MAPA, e que não estavam na pauta do SEPDA foram discutidos na oportunidade.

Registre-se que esses encontros trouxeram informações importantes que podem contribuir para a proposição de outros projetos que contemplem um grupo de municípios com problemas semelhantes e que possam ser resolvidos conjuntamente, através de projetos regionais de desenvolvimento sustentável.

Entende-se que essas reuniões devem ter continuidade no ano de 2010, uma vez que são 22(vinte e duas) associações de municípios no estado de Santa Catarina, e no ano de 2009 foi possível reunir apenas 08(oito), e o que é mais importante, esses encontros propiciam uma boa visão das demandas de cada região, aproximam o MAPA do pequeno produtor rural e trazem informações de outras ações do governo federal, relativas ao desenvolvimento agropecuário sustentável no estado de Santa Catarina, executadas pelos ministérios afins.

O SEPDA, no ano de 2009, treinou três servidores lotados na UTRA-Chapecó sobre normas e operacionalização do SICONV, além de fiscalização dos convênios e contratos de repasse do Prodesa. Em razão disso, em 2009 foram realizadas 54 (cinquenta e

quatro) fiscalizações relativas a execução desses instrumentos jurídicos sendo que destas, 37(trinta e sete) foram executadas pelos servidores treinados, e o restante pelos técnicos do SEPDAG.

5 – EXECUÇÕES FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA SFA / SC

Na tabela abaixo relacionamos as ações orçamentárias constantes na LOA 2009 e que foram objetos da atenção desta UJ com as metas fixadas para o exercício comparado com os respectivos resultados atingido.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
20	125	0356	4745	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	26	73	(*)
20	603	0357	2134	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	57.000	70.942	(*)
20	604	0357	2139	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	48.000	46.760	(*)
20	603	0357	4738	A	3	Área Controlada (ha)	0	0	(*)
20	604	0357	4842	A	3	Área Livre (km²)	95.346	95.346	(*)
20	603	0357	8572	A	3	Área Controlada (ha)	300.000	330.000	(*)
20	604	0357	8658	A	3	Propriedade Atendida (unidade)	96.000	134.932	(*)
20	125	1442	8592	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	3	4	(*)
20	665	0356	4723	A	3	Análise Realizada (unidade)	(*)	(*)	(*)
20	125	0356	4746	A	3	Produto Fiscalizado (ton.)	500.000	795.318	(*)
20	125	0356	8938	A	3	Estabelec. Inspeccionado (unidade)	293	293	(*)
20	125	0356	8939	A	3	Estabelec. Inspeccionado (unidade)	350	399	(*)
20	603	0357	2180	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	59.741	74.542	(*)

20	604	0357	2181	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	32.998	45.104	(*)
20	125	0375	2019	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	196	103	(*)
20	125	0375	2124	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	104	99	(*)
20	125	0375	2140	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	80	84	(*)
20	125	0375	2141	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	332	371	(*)
20	125	0375	2177	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	14	9	(*)
20	125	0375	2179	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	445	431	(*)
20	125	0375	2909	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	69	72	(*)
20	125	1442	4720	A	3	Unidade Controlada (unidade)	(*)	(*)	(*)
20	572	1442	8560	A	3	Projeto Apoiado (unidade)	(*)	0	0
20	128	1442	8591	A	3	Pessoa Beneficiada (unidade)	(*)	120	200
20	125	1442	8598	A	3	Pessoa Beneficiada (unidade)	(*)	120	120
20	122	1442	2272	A	4				
20	541	1442	8593	A	3	Pessoa Beneficiada (unidade)	(**)	80	150
20	128	1442	8622	A	3	Entidade Assistida (unidade)	(**)	64	100
20	122	6003	2B17	A	3	Contrato Fiscalizado (unidade)	(**)	57	82
20	605	6003	8611	A	3	Produtor Atendido (unidade)	(**)	15.000	(*)

(*) – As metas não foram estabelecidas no SIPLAN.

(**) – O estabelecimento de metas fica impossibilitado pois a atuação depende de ato demandatório.

Poderão existir eventuais divergências entre as metas previstas na tabela acima e as descritas no desenvolvimento de cada ação no presente relatório.

Esta discrepância deriva do fato de que os números registrados acima foram tomados com base nas metas corrigidas no decorrer do exercício, sendo que em eventuais casos as metas informadas foram as previstas ainda no início do exercício de 2009.

6 – COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	339	339	550
Próprios	339	339	550
Requisitados	0	0	00
Celetistas	14	14	00
Cargos de livre provimento	10	10	10
Estatutários	09	09	09
Não Estatutários	01	01	01
Terceirizados	48	48	50
Total	411	411	610

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas		Retribuições	Gratificações		Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	354	12.331.782,30		244.372,60	11.702.726,88		1.342.885,70	768.600,12
2008	359	14.485.537,01		297.030,50	11.743.815,93		1.488.488,87	786.849,54
2009	364	16.343.082,18		64.030,60	20.784.640,65		2.596.499,94	705.709,69
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	0	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
2008	0	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
2009	14	0,00		535.210,69	0,00		0,00	21.009,84
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	0	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
2008	1	0,00		4.311,53	449,12		0,00	356,64
2009	1	0,00		32.336,52	2.694,71		0,00	4.249,20
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	0	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
2008	0	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
2009	0	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	0	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
2008	0	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
2009	0	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	13	413.934,75	0	0,00	0	0,00	41	61.891,98
2008	17	414.987,80	0	0,00	0	0,00	21	128.823,60
2009	17	471.750,87	0	0,00	0	0,00	31	140.154,00

7 – CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE ÁREA-FIM

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
Observação:									

Obs.: Esta tabela não se aplica a UJ.

8 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Atualmente não é adotado cálculo de indicadores gerenciais multidisciplinares para avaliação de desempenho dos servidores lotado na UJ.

9 – ANÁLISE CRÍTICA

A Divisão de Apoio Administrativo movimentou em recursos para a SFA-SC, a importância de R\$ 8.345.447,19 (oito milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta mil e dezenove centavos), comparando ao exercício 2008, houve acréscimo de ordem de 100% dos gastos diretos.

Entre as atividades desenvolvidas por esta Divisão, destacamos a condução dos processos licitatórios, realizados no final do ano 2008, que resultaram na execução das obras e instalação da rede lógica que proporcionaram a tão esperada mudança da sede, até então alugada para sede própria.

No ano de 2009, foram realizados os seguintes certames licitatórios: 01 Concorrência Pública – objeto reforma e ampliação do bloco “J”, que abrigará o SEDESA e o SIPAG, no montante de R\$ 935.442,94 (novecentos e trinta e cinco mil quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos); Tomadas de Preços, sendo a primeira para construção da garagem da Superintendência, no valor de R\$ 728.071,90 (setecentos e vinte e oito mil, setenta e um reais e noventa centavos) e segunda, para construção do bloco do Protocolo e Arquivo Central, com o valor de R\$ 403.871,32; e uma carta convite, para elaboração dos projetos executivos de engenharia civil, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Especificamente no que tange aos pregões eletrônicos, desenvolvemos vinte e três, alguns podemos ressaltar que impactaram diretamente nas atividades fins deste órgão: prestação de serviço de gerenciamento de fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool, óleo diesel, lubrificantes e filtros), através de postos credenciados, por intermédio de um sistema informatizado mediante cartão eletrônico, para atender a frota de veículos oficiais; contratação de empresa para prestação de serviços de mecânica, elétrica, borracharia, funilaria, pintura, balanceamento, geometria, ar condicionado, incluindo os fornecimentos de guincho, peças e acessórios; prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais, em vôos regulares e não regulares destinadas aos servidores, convidados e colaboradores eventuais quando em viagens a serviço ou de interesse da SFA-SC; contratação do serviço de mão de obra interna terceirizada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva em servidores, notebooks, microcomputadores, monitores, mouses, teclados, impressoras, scanners, projetores

multimídia, periféricos de rede como switches, hubs, concentradores ópticos, cabeamentos e roteadores; contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância desarmada e armada para atuar na Sede própria; registro de preços para o fornecimento de pneus novos, originais, de 1ª linha e de fabricação nacional, incluída a substituição; registro de preços para construção e execução dos serviços de colocação dos itens licitados, com fornecimento de material; registro de preços para o fornecimento de cartuchos de toner para fotocopidora/impressora XEROX PHASER 3100MFP 106R01379, com entregas parceladas, para SFA/SC, em São José e suas unidades localizadas em Chapecó, Concórdia, Joinville, Lages e Videira; contratação do serviço continuado de mão de obra interna terceirizada para a prestação de serviços de telefonista; e a contratação de telefonia móvel e serviço de comunicação de dados via rede móvel digital, de velocidade um MB (banda larga móvel) com fornecimento de modem 3G em comodato, com franquia ilimitada.

Ponto importante a ser salientando foi a implementação da *Cotação Eletrônica*, nas compras de materiais, realizadas na plataforma do SIASG, possibilitando desta forma abranger maior número de fornecedores, com preços melhores e, por conseguinte aprimoramento da transparência dos atos administrativos.

No tocante as atividades de recursos humanos, damos ênfase as ações empreendidas pelo do Programa de Valorização de Recursos Humanos, que durante o ano de 2009, realizou atividades de interiorização, cujo objetivo é aproximar os servidores lotados na Sede com os demais servidores distribuídos no interior do Estado, tendo como resultado a valorização do Servidor. Registramos também a implantação da ginástica laboral na Sede, os exercícios físicos têm como objetivo além de evitar lesões por esforços repetitivos e oportunizar momentos de descontração aos servidores.

Entretanto a capacitação dos servidores foi à tônica do ano de tela, onde conseguimos atingir na área administrativa, a impressionante marca de todos os servidores participarem de ações de educação continuada, com mínimo de oito horas de treinamento. O resultado deste constante investimento é melhoria dos serviços prestados tanto para os clientes internos como externo.

Cabe ressaltar parcerias que ajudaram a lograr este êxito: Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas – CGDP/SE; Escola Superior de Administração Fazendária, Ministério do Planejamento, dentre outros parceiros.

Frisamos a importância do SIASS – Subsistema de Atenção a Saúde do Servidor, aonde servidores deste órgão participaram de forma efetiva a fim de implantar esta Unidade no município de Florianópolis.

No ano 2009, também foi regularizado adicional de insalubridade, laudo este emitido pelo Ministério do Trabalho, atendendo assim demanda dos órgãos de controle.

No ano em tela, foi dada continuidade a renovação da frota de veículos da SFA-SC, possibilitando assim as atividades fins melhor segurança para realizar suas atividades.

No ano de 2009, através da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação foram entregues trinta novos computadores, também foram adquiridos computadores e impressoras portáteis, e no final do ano foram empenhados com recursos do MANUTSFA, mais trinta e cinco computadores, cinquenta novos monitores de tela LCD; móveis de escritório; cadeiras ergonômicas; e materiais de consumo e informática; veículos de passeio e utilitários dando assim suporte atividades da SFA-SC.

10 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

O quadro abaixo contempla as informações contabilizadas pelas Unidades Gestoras (UG) associadas à UJ no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI na Conta Contábil 2.1.2.1.11.00, a título de Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, que se descrevem a seguir.

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.11.00					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Inicial	Movimento Devedor	Movimento Credor	SALDO FINAL
...					
TOTAL					

Obs.: Esta tabela não se aplica a UJ.

11 – PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR

O Quadro abaixo contempla os valores acumulados no exercício de 2009 referentes ao pagamento de Restos a Pagar, estando dividido em duas partes, Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	54.781,45	0,00	54.781,45	0,00
2007	3.991,50	0,00	0,00	3.991,50
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	3.794.073,30	143.517,45	3.621.717,86	28.837,99
2007	1.650,00	0,00	1.000,00	650,00
Observações:				

12 – QUADRO DE DETALHAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS

O Quadro abaixo contempla os valores das transferências vigentes no exercício de 2009. A UJ deverá informar, por concedente, o conjunto de transferências vigentes no exercício, apresentando o tipo da transferência, a identificação do conveniente, os valores e contrapartidas pactuadas, os repasses efetuados no e até o exercício, desde o início da vigência da transferência, as datas de início e fim de vigência, considerados todos os termos aditivos, e a situação da transferência registrada no Sistema SIAFI.

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Texto							
...		...							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	

Obs.: Esta tabela não se aplica a UJ.

13 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS CONCEDIDAS PELA UJ

O Quadro abaixo contempla informações sobre o tributo no qual a renúncia incide, a legislação que disciplina a renúncia (leis, decretos, portarias etc.), a sua natureza, conforme o disposto no art. 14, § 1º, da LRF, os objetivos sócio-econômicos da renúncia e a condição imposta para fruição do benefício tributário (contrapartida), com a discriminação dos critérios estabelecidos para seu cumprimento e da legislação que os define, conforme se descreve a seguir.

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Sócio- Econômicos	Contrapartida Exigida

Obs.: Esta tabela não se aplica a UJ.

14 – VALORES CONCEDIDOS A TÍTULO DE RENÚNCIA DE RECEITA E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

O Quadro abaixo contempla os valores da receita renunciada e da captação de recursos decorrente da contrapartida exigida, no exercício ao qual se refere o relatório de gestão/processo de contas e nos dois anteriores.

Valores	2007		2008		2009	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Renúncia						
Contrapartida						

Obs.: Esta tabela não se aplica a UJ.

15 – USUFRUTÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA – Pessoa Jurídica e Física

O quadro a seguir contempla o quantitativo de pessoas físicas e jurídicas que usufruíram diretamente da renúncia (beneficiários diretos, que deixam de recolher o valor total do imposto devido aos cofres públicos), respectivamente, assim como os valores renunciados pela unidade da federação, no exercício ao qual se refere o relatório de gestão e nos dois anteriores.

UF	2007		2008		2009	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						

Obs.: Esta tabela não se aplica a UJ.

16 – BENEFICIÁRIOS DA RENÚNCIA – Pessoa Jurídica e Física

Os dois (2) quadros a seguir contemplam o quantitativo de pessoas físicas e jurídicas que receberam recursos oriundos da renúncia, respectivamente, assim como os valores recebidos e sua distribuição pelas unidades da federação, no exercício ao qual se refere o relatório de gestão e nos dois anteriores.

Beneficiários da Renúncia – Pessoas Físicas

UF	2007		2008		2009	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						

Beneficiários da Renúncia – Pessoas Jurídicas

UF	2007		2008		2009	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						

Obs.: Esta tabela não se aplica a UJ.

17 – AÇÕES FINANCIADAS COM RECURSOS DE RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ

Informar as ações financiadas com recursos oriundos de renúncia de receita e recursos do Orçamento da União, em programas, projetos ou atividades geridos pela própria UJ.

Renúncia	Ações	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		2007	2008	2009	2007	2008	2009

Obs.: Esta tabela não se aplica a UJ.

18 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Informar a situação das prestações de contas referentes à aplicação dos recursos oriundos da renúncia, no exercício ao qual se refere o relatório de gestão e nos dois anteriores, nas seguintes situações: não apresentadas; aguardando análise; em análise; não aprovadas; aprovadas.

Situação	2007		2008		2009	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas						
PC Aguardando Análise						
PC em Análise						
PC não Aprovadas						
PC Aprovadas						

Obs.: Esta tabela não se aplica a UJ.

19 – INDICADORES DE GESTÃO DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Descrever os Indicadores de Gestão de Renúncia de Receitas, bem como a participação do valor renunciado em relação ao PIB nacional e regional, ou ao menos em relação a um deles, e a geração de empregos diretos e indiretos.

Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)		Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.	Nac.	Reg.	Diretos	Indiretos
2007								
2008								
2009								

Obs.: Esta tabela não se aplica a UJ.

20 – DECLARAÇÃO

Obs.: Esta Declaração não se aplica a UJ em face da inexistência de informações no quadro anterior.

21 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU

As informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para dar cumprimento às suas deliberações ou as justificativas para o caso de não cumprimento estão estruturadas em dois (2) blocos de informação (Unidade Jurisdicionada e Deliberações do TCU), dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: “Deliberações expedidas pelo TCU”, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, a nível de item do Acórdão, e “Providência Adotada”, que apresenta as informações apresentadas pelo gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão ou as justificativas para o seu não cumprimento.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Obs.: Não há registro a ser feito.

22 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

A Composição Acionária do Capital Social da UJ como entidade investida incluirá a sua denominação completa, a relação dos acionistas com respectivas participações, divididos em governamentais e não governamentais no exercício de referência e nos dois anteriores, segregando-se as ações ordinárias das preferenciais, de acordo com o quadro abaixo.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2009				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Texto				
Ações Ordinárias - %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Governamental	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
Não Governamental	Free-Float	Σ	Σ	Σ
	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
Total				
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
Governamental	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
Não Governamental	Free-Float	Σ	Σ	Σ
	Capital Estrangeiro			
	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
Total				

Obs.: Esta tabela não se aplica a UJ.

23 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA UJ COMO INVESTIDORA

A Composição Acionária da UJ como investidora incluirá a sua denominação completa; a relação das empresas investidas no exercício de referência e nos dois anteriores, segregando-se as ações ordinárias das preferenciais, de acordo com o quadro abaixo.

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES			
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2009			
Denominação completa:			
Texto			
Ações Ordinárias - %			
Investida	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
...			
Total			
Ações Preferenciais - %			
Investida	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
...			
Total			

Obs.: Esta tabela não se aplica a UJ.